

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Gabriela Freller

Aparelhos privados de hegemonia e a disputa da educação política: o caso Politize!

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo
2025

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Gabriela Freller

Aparelhos privados de hegemonia e a disputa da educação política: o caso Politize!

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Ferreira da Silva

São Paulo
2025

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Código de Financiamento 131461/2023-0

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Finance Code 131461/2023-0

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Ana Paula Ferreira, que me inspira como ser humano, como pesquisadora e como professora. Agradeço por ter me ajudado a transformar angústias em problemas de pesquisa, pela constante generosidade e pela parceria ao longo do processo da escrita. Ter você como orientadora foi imprescindível para eu conseguir fazer esta pesquisa.

À minha mãe, Suely Bogochvol, e ao meu pai, André Freller, que me deram todo o apoio e o incentivo que precisei durante esse mestrado e em toda minha vida. Vocês são fontes inesgotáveis de amor, completamente essenciais para eu conseguir fazer este estudo e para ter me tornado quem eu sou. Vocês me inspiram todos os dias: minha mãe, por sua empatia incansável, por seu olhar atento ao ser humano e ao mundo; meu pai, por sua curiosidade pelo saber, pela sua força interna que irradia para todos à sua volta. Agradeço também à minha madrasta, Vera Regina Fernandes Freller, pelo cuidado e pelo carinho que tem comigo e que tanto me fortalecem.

A meus queridos amigos - Gabriel Casnati, Gabriel Jardanovski, Michael Burt, Tássia Almeida, Victoria Alves, Júlia Forbes, Izadora Feldner, Luiza Foltran, Clarissa Viana, Helena Montechi, Gabriel Regensteiner, João Pedro Mendonça, Maria Sette, Lucas Rossi, Lucas Zinet, Lucas Marcondes, Mariana Ribeiro, Bruno Lescher, Joana Ramos, Julia Knudsen, Deborah Cavalcante, Marjorie Finguerman e tantos outros -, que me dão a força e a leveza que me mantêm de pé. Sou muito grata por ser cercada de pessoas maravilhosas, e são as trocas com vocês que tornam possível tudo o que faço. Ao meu amado parceiro Alexandre Rodrigues Pereira, que me escutou e me acolheu com todo o carinho nesse processo e em outros vários, e com quem redescubro a cada dia novos significados de cuidado e de companheirismo. Vocês todos são a prova viva pulsante do quanto há de potência nesse mundo.

A todos aqueles com quem dividi, divido e dividirei sonhos e lutas na militância. Aquilo que aprendi com vocês eu não poderia encontrar nem com décadas de estudos dentro de uma sala. Em vocês me inspiro e reinvento a esperança e a força para construir uma outra forma de existência.

Aos educadores que passaram pela minha vida e aos meus alunos, com quem aprendi e aprendo a potência não só da aprendizagem, mas do próprio ser humano e de suas interações com os demais.

FRELLER, Gabriela. **Aparelhos privados de hegemonia e a disputa da educação política:** o caso Politize! Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

RESUMO

O objetivo central da pesquisa é destrinçar os significados hegemônicos de ação política, de cidadania e de formação cidadã difundidos no Brasil após a década de 1990. Argumentamos que se constituiu um processo de repolitização da política, que redefiniu os sentidos e as práticas referentes a essa esfera. A difusão desses significados é tomada como um caso exemplar de disputas de concepções de mundo marcadas pelas relações de poder e levadas à frente pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs). Os APHs são considerados agentes-chave para a disputa de hegemonia, elaborando e difundindo visões de mundo de tal forma que impregnam o senso comum e orientam a prática de amplos setores da sociedade. A *Politize!* é compreendida como um APH patrocinado pelo empresariado e voltado para a educação política das classes dominadas. Os materiais educacionais digitais da organização foram tomados como documento empírico para essa análise. Tal opção metodológica se deu pela compreensão de que diversos educadores e educandos utilizam de plataformas digitais para sua formação pessoal e para sua prática. O foco está nas redes de conexões da entidade, às iniciativas da Escola da Cidadania Ativa e ao programa de formação de lideranças. Como objetivos específicos, delimitamos identificar as correspondências e as divergências entre as concepções e ações da entidade e aquelas formuladas por meio da pedagogia da hegemonia neoliberal, e compreender as relações dessa associação com o poder público e privado, localizando-a dentro das disputas de classe por hegemonia. As análises indicam uma rede de conexões entre representantes do empresariado nacional e internacional, organizações privadas e o poder público, demonstrando grande capacidade de estabelecer consensos e difundir suas concepções. As associações privadas passam a assumir responsabilidades até então atribuídas ao poder público, sem passar pelo crivo de um processo eleitoral decisório. No vocabulário que é difundido pela ação dos APHs, o terreno da cidadania é associado à sociedade civil, e este é tratado como um lócus do bem, da harmonia e da eficiência, sendo destituído de conflitos inerentes à arena política. Ocorre um processo de desqualificação da política, com a depreciação do papel do Estado e a negação dos debates referentes à esfera macro da sociedade. O movimento de desqualificação da política é seguido por sua repolitização. A ação política é direcionada para atitudes individuais por meio da lógica do empreendedorismo e da cooperação com os poderes público e privado. Emerge uma cidadania despolitizada, já que é alheia a discussões globais. A análise com o conceito de APH possibilita concluir que o processo de seleção de determinados significados se efetiva por meio da pedagogia da hegemonia. Determinadas concepções de mundo têm mais força quanto mais um grupo social é capaz de difundi-los como se fossem universais e desassociados de interesses específicos. A construção das concepções de cidadania, educação política e formação cidadã é percebida nessa investigação como um caso exemplar desse processo.

Palavras-Chave: Cidadania; Formação cidadã; Pedagogia da hegemonia; Neoliberalismo; Terceira Via.

ABSTRACT

The central objective of this research is to analyze the hegemonic meanings of political action, citizenship, and citizenship education disseminated in Brazil after the 1990s. We argue that a process of repoliticization of the political sphere has taken place, redefining the meanings and practices within this field. The dissemination of these meanings is treated as an exemplary case of disputes over worldviews, marked by power relations, and advanced by the Private Apparatuses of Hegemony (APH). APHs are understood as key agents in the struggle for hegemony, producing and diffusing worldviews that permeate common sense and guide the behavior of broad sectors of society. Politize! is examined as an APH backed by the business sector, oriented toward the political education of subaltern classes. The organization's digital educational materials constitute the empirical sources for this analysis, acknowledging the widespread use of digital platforms by educators and learners alike. Our focus falls on the organization's network connections, particularly the Escola da Cidadania Ativa ("Active Citizenship School") and its leadership training program. Among the specific objectives are identifying the convergences and divergences between the entity's conceptions and actions and those shaped by the pedagogy of neoliberal hegemony, as well to understand its relationships with public and private power, situating it within in the context of class-based struggles for hegemony. The analysis reveals a network linking the national and international business actors, private organizations, and public authorities, evidencing a strong ability to build consensus and disseminate its worldview. Private associations increasingly assume responsibilities formerly attributed to the public sector, without undergoing democratic electoral scrutiny. In the lexicon disseminated by APHs, citizenship is associated with civil society, portrayed as a realm of goodness, harmony, and efficiency, stripped of the conflicts intrinsic to the political arena. A process of delegitimizing politics occurs, marked by the devaluation of the State's role and the denial of debates related to the macro-social sphere. This delegitimization is subsequently followed by a repoliticization. Political action is directed toward individual attitudes based on the logic of entrepreneurship and in cooperation with public and private powers. The result is a depolitized citizenship, detached from broader, global deliberations. By applying the concept of APH, the research allow us to conclude that the selection of particular meanings is carried out via a pedagogy of hegemony. Worldviews gain strength to the extent that a social group succeeds in promoting them as universal and detached from particular interests. The construction of concepts such as citizenship, political education, and citizenship education is understood in this study as a paradigmatic example of this process.

Keywords: Citizenship; Citizenship education; Pedagogy of hegemony; Neoliberalism; Third Way.

SUMÁRIO

1 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA	10
2 OS APARELHOS DE HEGEMONIA NEOLIBERAIS: FORMULAÇÃO E DIFUSÃO DE CONCEPÇÕES DE MUNDO	25
2.1 A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA NEOLIBERAL	25
2.2 O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL.....	32
2.3 O MERCADO E A SOCIEDADE CIVIL	37
3 REPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA E A FORMAÇÃO CIDADÃ EM TEMPOS DE APHS ...	41
3.1 DESPOLITIZAÇÃO E REPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA	41
3.2 A FORMAÇÃO CIDADÃ E A EDUCAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA .	47
3.3 A EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A INFLUÊNCIA DOS APARELHOS HEGEMÔNICOS	53
4 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A DISPUTA DA FORMAÇÃO CIDADÃ: O CASO <i>POLITIZE!</i>	59
4.1 CONEXÕES PRIVADAS E PÚBLICAS: A REDE DE RELAÇÕES DA <i>POLITIZE!</i>	59
4.2 <i>POLITIZE!</i> E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS	70
4.3 <i>POLITIZE!</i> SEGUNDO SEUS MEMBROS	77
5 ESCOLA DA CIDADANIA ATIVA	80
5.1 O CONCEITO MODERNO DE CIDADANIA E SUAS CONTRADIÇÕES	81
5.2 A ESCOLA DA CIDADANIA ATIVA: QUAL CIDADANIA?	89
5.2.1 Plano de aula: simulando negociação sobre direitos fundamentais negados durante a pandemia	93
5.2.2 Plano de aula: hegemonia nos espaços de tomada de decisão	95
5.2.3 Plano de aula: diferença entre equidade e igualdade	97
5.2.4 Indicadores de aprendizagem	99
6 CONCLUSÃO.....	104
FONTES PRIMÁRIAS	115
REFERÊNCIAS	117

A escola do mundo ao avesso é a mais democrática das instituições educativas. Não requer exame de admissão, não cobra matrícula e dita seus cursos, gratuitamente, a todos e em todas as partes [...]

Na escola do mundo ao avesso o chumbo aprende a flutuar e a cortiça a afundar. As cobras aprendem a voar e as nuvens a se arrastar pelos caminhos [...] Seus mestres caluniam a natureza: a injustiça, dizem, é lei natural. [...]

No mundo como ele é, mundo ao avesso, os países responsáveis pela paz universal são os que mais armas fabricam e os que mais armas vendem aos demais países. Os bancos mais conceituados são os que mais narcodólares lavam e mais dinheiro roubado guardam. As indústrias mais exitosas são as que mais envenenam o planeta, e a salvação do meio ambiente é o mais brilhante negócio das empresas que o aniquilam. [...]

O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda. Em sua escola, escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação. Mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre sua contraescola. (GALEANO, 2009, p. 5-8).

1 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

A linguagem / 3

Em 1995, quando das explosões nucleares da França no Pacífico sul, o embaixador francês na Nova Zelândia declarou: “Não gosto da palavra bomba. Não são bombas. São artefatos que explodem” [...].

Dignidade era o nome de um dos campos de concentração da ditadura chilena e Liberdade o maior presídio da ditadura uruguaia; Chama-se Paz e Justiça o grupo paramilitar que, em 1997, matou pelas costas 45 camponeses, quase todos mulheres e crianças, que rezavam numa igreja do povoado de Acteal, em Chiapas. (GALEANO, 2009, p. 41).

Nesta pesquisa, partimos do entendimento de Neves (2005a), para quem o Brasil adotou, desde a década de 1990, princípios neoliberais que implicaram um processo de repolitização da sociedade civil e da política. Nos baseamos na análise de Fontes (2021), que considera que cumpriram papel-chave para a produção e reprodução desse fenômeno os organismos privados voltados para a Educação Básica e para a atuação política e social da classe trabalhadora.

Entre as várias faces desse processo, focalizamos na presente pesquisa a atividade dessas instituições privadas na elaboração e difusão de ideias de ação política, cidadania e formação cidadã, utilizando como material empírico o caso da organização *Politize!*. De acordo com Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), essas associações compõem um movimento mais amplo de reordenamento do Estado, de reorganização da sociedade civil e de redefinição dos termos da consciência e da ação política. Por isso, têm importante impacto nas concepções sobre cidadania e formação cidadã.

Nossa análise utilizará o conceito gramsciano de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), que, segundo Fontes (2021), permite compreender a natureza das organizações privadas voltadas para a área social que, mantidas por forças empresariais, configuram-se como agentes-chave na conformação de uma hegemonia de classe por meio da elaboração e da difusão de visões de mundo favoráveis à classe dominante.

Na gama das instituições privadas voltadas para a área social e educacional, há uma enorme variedade: organizações genericamente caracterizadas como de Terceiro Setor, Organizações não Governamentais (ONGs), Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (Fastfil), Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil (OSC). Essas entidades cresceram em quantidade e influência, formaram redes de conexões privadas e passaram a se infiltrar nos serviços públicos,

recebendo recursos estatais por meio das parcerias público-privadas e de isenções fiscais. Mais especificamente, passaram a dominar o universo educacional a partir da elaboração de currículos e de materiais didáticos e da prestação de serviços diversos ao Estado.

Leher (2010) mostra que, entre 1996 e 2005, aumentou em 325,1% a quantidade de fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, passando de 107,3 mil para 338,2 mil. Esse montante diminuiu na pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, mas segue significativo: são identificadas 236.950 associações desse caráter (BRASIL, 2018c). Do emaranhado de organizações que atuam no Brasil, 80% afirmavam, em 2018, agir na área da educação (GIFE, 2019). Fontes (2021) chama atenção para essa categoria, salientando que esses institutos são determinantes na disputa de visões de mundo, na ação de professores e na decisão sobre políticas públicas educacionais.

Na miríade diversa dessas organizações, todas têm em comum sua autodenominação como da sociedade civil, sem fins lucrativos e não governamentais, apresentando-se como “[...] tão longe portanto do dinheiro quanto do poder” (ARANTES, 2000, p. 13). Mas a realidade se mostra bastante distinta disso, revelando que muitos desses agentes são peças-chave na determinação do movimento dos poderes político e econômico. Faz-se necessário, portanto, compreender sua relação com ambos.

Sobre o primeiro, Fontes (2021) demonstra como a contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro, levada à frente desde 1995, escancarou as portas do poder público para essas instituições. Por meio de parcerias público-privadas, de isenções e de imunidades fiscais, essas entidades tornaram-se destino comum dos recursos públicos. De acordo com a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2018, R\$ 75 bilhões foram transferidos anualmente do poder público para as organizações da sociedade civil entre 2010 e 2017 (BRASIL, 2018c, p. 121). A maior parte dos recursos públicos é destinada, entretanto, para as organizações de maior poder econômico - as OSCs com mais de uma centena de vínculos de trabalho receberam mais de 90% dos valores totais (BRASIL, 2018c, p. 121).

Arantes (2000) destaca que a característica da organização como não governamental é justamente a que lhe dá autoridade para receber financiamento público para exercer funções originalmente estatais, como educação e inclusão social. Essa aparente contradição é parte fundamental da sustentação de um processo que

Falleiros, Pronko e Oliveira (2010) caracterizam como uma repolitização da política: a partir do enaltecimento da sociedade civil e da negação do papel do Estado para a melhoria da sociedade, redefinem-se o sentido, os agentes, as prioridades e os métodos da ação política.

É evidente, portanto, uma profunda conexão dessas associações com o poder público, apesar de sua denominação como não governamental. A respeito do poder privado, Fontes (2021) destaca que essas instituições formam redes de relações, criam novas entidades semelhantes e se associam a empresas que nelas realizam “investimentos sociais”. Arantes (2000) chama atenção para o fato de que o atributo de não terem fins lucrativos não implica um afastamento do universo do lucro - pelo contrário, muitas vezes é o fundamento da aproximação. Quando uma empresa realiza um “investimento social”, parte de seus devidos impostos deixa de ir ao governo. De acordo com Caetano e Mendes (2020), essas iniciativas têm retorno financeiro porque permitem às empresas ampliarem patrimônio, recrutarem quadros qualificados e disseminarem suas próprias ideias.

Um breve levantamento sobre as empresas mais valiosas hoje no Brasil¹ demonstra a profunda conexão entre o capital econômico e as instituições privadas voltadas para a área social. A Petrobras, empresa mais valiosa atualmente na Bolsa de Valores do Brasil, afirma seu “[...] orgulho em participar de ações que fazem uma sociedade melhor e mais justa”, dizendo realizar investimentos sociais visando “[...] inspirar movimentos que melhorem a vida de toda a sociedade”². Também o Santander, que ocupa o nono lugar no ranking de valor, afirma que destina capital para “[...] ajudar a construir uma sociedade mais justa”³. O Itaú Unibanco, que ocupa a segunda colocação na lista, ressalta seus investimentos na “[...] busca por um mundo melhor”⁴. A Vale, empresa responsável pelas duas maiores tragédias socioambientais do Brasil e terceira mais valiosa do país, destaca que realiza investimentos em “[...] iniciativas que contribuem para o desenvolvimento da

¹ Constam na lista de 05/09/2024, em ordem: Petrobras; Itaú Unibanco; Vale S.A.; Weg S.A.; Ambev; Banco do Brasil S.A.; Banco BTG Pactual SA Unit; Banco Bradesco S.A.; Banco Santander Brasil; Itausa SA Preference Shares. Disponível em: <https://exame.com/invest/guia/quais-sao-as-maiores-empresas-do-brasil/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

² Disponível em: <https://petrobras.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social>. Acesso em: 15 mar. 2025.

³ Disponível em: <https://www.santander.com.br/sustentabilidade/sociedade/investimento-social>. Acesso em: 15 mar. 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.itau.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

sociedade como um todo”⁵. Também o Banco do Brasil divulga esses repasses para “[...] programas que sejam de interesse público”⁶. Todas elas patrocinam iniciativas de organismos privados sem fins lucrativos ou têm fundações próprias voltadas para essas perspectivas.

Para os fins da presente pesquisa, selecionamos exemplos de como essas empresas ou as fundações associadas a elas abordam a temática da cidadania. A Fundação Itaú afirma como seu objetivo o “[...] desenvolvimento de cada brasileiro como cidadão capaz de transformar a sociedade”⁷. De acordo com o Banco BTG, seus “[...] números que importam são os da cidadania”, expressos em investimentos na “[...] prática de uma cidadania ativa por meio do apoio à [sic] projetos sociais que ampliam o acesso à educação e qualidade de vida em todo o país”⁸. O Santander destaca quatro programas sociais de sua incumbência, ao lado de iniciativas para seus funcionários e estagiários que lhes dão “[...] oportunidades de exercer a cidadania por meio do voluntariado”⁹. São utilizadas pelas empresas expressões como “cidadania corporativa”¹⁰, “cidadania financeira”¹¹ e “cidadania digital”¹². Destaca-se ainda que a Petrobras enaltece seu investimento no projeto Cidadania 382¹³, da OSC *Politize!*, que será objeto de estudo aprofundado por nós a partir do terceiro capítulo desta pesquisa.

A Ambev, quinta colocada no *ranking* de valor no Brasil, também realiza seus investimentos sociais e em ações voltadas para a cidadania. Ela faz parte de uma rede de conexões com iniciativas sociais e educacionais. Um de seus principais sócios, Jorge Paulo Lemann, dirige a Fundação Lemann, que se apresenta como uma organização filantrópica e apartidária movida pelo “[...] desejo de contribuir significativamente para um Brasil mais justo e avançado”¹⁴ através de iniciativas voltadas para a educação e para a formação de lideranças políticas. Essa fundação é

⁵ Disponível em: <https://vale.com/pt/social>. Acesso em: 15 mar. 2025.

⁶ Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/sustentabilidade/investimento-social#/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

⁷ Disponível em: <https://prod-fundacao-2023-front.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 15 mar. 2025.

⁸ Disponível em: <https://www.btgpactual.com/cidadania>. Acesso em: 15 mar. 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.santander.com.br/sustentabilidade/sociedade/investimento-social>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹⁰ Disponível em: https://petrobras.com.br/documents/d/f3a44542-113e-11ee-be56-0242ac120002/cdhcc_petrobras_2023_pt?download=true e <https://www.itausa.com.br/Sustentabilidade>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹¹ Disponível em: <https://banco.bradesco/html/classic/sobre/sustentabilidade/internas/relacionamento-clientes.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.itausa.com.br/Sustentabilidade>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹³ Disponível em: <https://petrobras.com.br/w/cidadania-382>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 15 mar. 2025.

exemplar em suas conexões com o capital econômico brasileiro, recebendo investimentos da própria Ambev, da Fundação Vale, do Instituto Unibanco, do Itaú Social - entre outras tantas fundações e associações ligadas a empresas que não constam nas primeiras colocações do *ranking* selecionado por nós. A Fundação também se conecta à *Politize!*, como buscou-se demonstrar no quarto capítulo desta pesquisa.

Os investimentos nessas iniciativas extrapolam as fronteiras nacionais. Em agosto de 2022, uma reportagem da *Neofeed* questionava “Por que a bilionária Mackenzie Scott está preocupada com a educação política no Brasil?”¹⁵. Trata-se de mais um investimento na *Politize!*, dessa vez no valor de R\$ 2,5 milhões feito pela fundadora da Amazon, ex-esposa de Jeff Bezos e quinta mulher mais rica do mundo naquele ano. O título e o desenvolvimento da matéria apontam para uma suposta convergência de interesses éticos voltados para a formação cidadã.

Esse levantamento é uma amostra reduzida de uma ampla rede de ações voltadas para a cidadania patrocinadas por empresas e levadas a frente por fundações sociais e organismos privados sem fins lucrativos. De acordo com Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), trata-se de um fenômeno crescente no neoliberalismo e que passa a marcar a sociabilidade e o vocabulário da população de países periféricos:

Embasadas em palavras de ordem como "cidadania", "empreendedorismo", "colaboração" e "responsabilidade social", entre outras, e repetidas até a exaustão pelas grandes empresas de comunicação e nas propagandas empresariais e governamentais, começaram a se entranhar no senso comum dos latino-americanos. (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 78).

Arantes (2000) destaca que nesses espaços “[...] tudo é ‘desafio’: miséria, violência, fome, desemprego, etc. [...] O maior ‘desafio’, porém, é a ‘incorporação da cidadania’” (ARANTES, 2000, p. 12). Fontes (2021) também chama atenção para a repetição de alguns termos políticos reforçados permanentemente pelos organismos privados que orbitam essa esfera. De acordo com a autora, as expressões mais frequentes entre eles são: “transformar”, ‘mudar’, ‘mudar para valer’, ‘mobilizar’, ‘voluntariar’, ‘justiça’, ‘inclusão’, ‘sustentabilidade’, ‘equilíbrio entre o público e o privado’, ‘melhoria da vida’, ‘solidariedade’, ‘pobres’, ‘vulneráveis’, etc.” (FONTES,

¹⁵ Disponível em: <https://neofeed.com.br/blog/home/por-que-a-bilionaria-mackenzie-scott-esta-preocupada-com-a-educacao-politica-no-brasil/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

2021, p. 70). Está no centro a ação social e política, sempre associada, ainda que de forma pouco precisa, à cidadania.

Percebe-se a manifestação de intenções a respeito de temas que *a priori* parecem inquestionáveis. Além disso, expressam ideias e valores comumente associados a movimentos sociais contra-hegemônicos, como transformação e mobilização social. Mas o que significam essas pautas quando são enunciadas por essas outras organizações? Por que se formam essas associações privadas sem fins lucrativos com esses objetivos? E as empresas mais valiosas do Brasil e os bilionários estrangeiros, por que se associam a essas instituições? Trata-se somente de uma positiva congruência ética entre os representantes mais poderosos do capital no país e uma rede de interessados na melhoria social? Onde atua o Estado nesse processo no qual organismos privados passam a se colocar como representantes do interesse público? Essas são algumas das perguntas de fundo que motivam de forma mais ampla esta pesquisa

Para compreender de forma adequada a ação dessas instituições, sem aderir ao que elas afirmam sobre si mesmas, selecionou-se um conjunto de autores que fazem uso do conceito gramsciano de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs). A utilização dessa categoria permite situar a ação desses organismos dentro de um contexto de atuação da classe dominante para preservar e reproduzir sua hegemonia na sociedade.

Antes de prosseguir com a análise da atuação desses APHs, faz-se necessário desenvolver alguns tópicos da teoria gramsciana de hegemonia que nos servirá de apoio. Gramsci (2007) comprehende a disputa por hegemonia como uma relação pedagógica por meio da qual as distintas classes sociais tentam difundir determinadas visões de mundo associadas a seu projeto específico de sociedade. Para Martins e Neves (2010), esse conceito põe no centro os movimentos de um grupo social para tentar convencer os demais de uma concepção particular de mundo, transformando-a em senso comum. Tais movimentações se inserem na disputa pela reprodução ou pelo rompimento da dominação de classe.

De acordo com Bianchi (2018 *apud* CARIELLO, 2024), o conceito de hegemonia parte da compreensão da necessária combinação entre força e consenso, que deve ser traduzida de tal modo que a primeira apareça como se fosse sustentada pela segunda. Uma classe que se propõe a ser dominante deve ser ao mesmo tempo direção intelectual e moral da sociedade, sendo efetiva na formação dos consensos.

Por isso, a disputa por hegemonia implica a busca pela dominação moral e intelectual, por meio da educação e da subordinação. Mais especificamente, forma-se um conjunto de organismos privados com papel-chave para forjar e reproduzir tais processos.

Para Williams (2011), Gramsci dá uma contribuição decisiva para a compreensão do processo geral de criação e difusão de ideias na sociedade ao propor o conceito de hegemonia, retomando e atualizando concepções marxianas. Marx e Engels (2007) colocaram no centro o fato de que a produção de ideias e valores em nossa sociedade está relacionada à sua base material. Em oposição ao idealismo filosófico que afirmava a primazia da consciência para a determinação da vida humana, os autores identificam um processo inverso, salientando como ponto de partida os homens concretos em suas atividades materiais. De acordo com o autor: "Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde." (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Dessa forma, a consciência é tomada pelo autor como um produto social, marcado pelas condições de produção e circulação específicas de uma sociedade. No caso da sociedade capitalista, ela está associada às relações entre as classes sociais em disputa. Por isso, está implicada no processo de dominação, levando em conta que:

A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso, dos meios para a produção espiritual, o que faz com que lhe sejam submetidas, da mesma forma e em média, as ideias daqueles que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. (MARX; ENGELS, 2007, p. 71).

Assim, Marx e Engels destacam que a dominação econômica na vida social envolve também uma dominação espiritual - ou seja, intelectual e moral. Entretanto, o autor formula essa concepção não só em oposição ao idealismo, mas também ao materialismo vulgar, que não considera a ação humana e sua historicidade dialética. A concepção marxiana passou, porém, por um processo de simplificação, abstração e mecanização que voltou a ocultar a atividade humana que fundamenta as relações sociais. Se em Marx e Engels, para a compreensão da produção da consciência, "[...] parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos" (MARX; ENGELS, 2007, p. 94), na

versão distorcida da análise marxiana, as visões de mundo e as práticas culturais e intelectuais foram tomadas como superestruturas ideológicas, determinadas de forma imediata, mecânica e coesa pela base material econômica, abstraída da atividade humana real.

Como reação a esse processo, alguns autores passaram a substituir os conceitos de base e superestrutura pelo de totalidade. Esse uso, porém, muitas vezes camufla um dado essencial da realidade. Para Williams (2011), a percepção da redução operada nos conceitos marxianos não deve levar à negação das intenções sociais e econômicas implicadas em cada ação humana, e menos ainda do fato de que tais intenções são direcionadas majoritariamente por uma classe específica. As experiências humanas, até o presente momento, passaram pela difusão de visões políticas e ideológicas que correspondem aos interesses da classe dirigente e são tratadas como universais, naturais e inquestionáveis. Assim, reconhecer o elemento superestrutural dentro da totalidade é essencial, sem, entretanto, retornar ao reducionismo supracitado.

Diante de tais constatações, o autor defende a pertinência do conceito de hegemonia, que toma a produção de sentidos de forma verdadeiramente total, e não como mero elemento secundário ou superestrutural, “[...] como no sentido fraco de ideologia” (WILLIAMS, 2011, p. 51). Ao contrário, a categoria permite entender o processo de produção de ideias, representações e valores como algo que “[...] satura a sociedade a tal ponto que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência” (WILLIAMS, 2011, p. 51). Essa compreensão de hegemonia permite entender a realidade da dominação cultural e intelectual, sem reduzi-la unicamente aos processos de manipulação ou imposição, embora estes sempre estejam presentes. A produção da hegemonia se sustenta pela capacidade das classes em disputa de esgotar os sentidos produzidos e reproduzidos na sociedade.

Esses sentidos não são abstrações teóricas e nem superestruturas distantes. Pelo contrário, são vividos na realidade cotidiana e a organiza. Por isso, implicam limites fora dos quais os membros da sociedade dificilmente podem se mover. As mais distintas áreas da vida social estão conectadas à disputa de hegemonia, sendo que esta é sempre sustentada pela atividade humana real, que tem como centro a esfera produtiva, mas a extrapola.

A efetividade da dominação depende, portanto, de um processo real de produção e reprodução de práticas e ideias, umbilicalmente conectadas. Para que isso se efetive, é central a atuação de partidos, de intelectuais orgânicos e dos APHs, que ajudam a disputar os limites do senso comum e da prática humana. Há aparelhos hegemônicos e contra-hegemônicos, que contribuem no sentido de reproduzir a dominação constituída ou de combatê-la. Os aparelhos hegemônicos ou APHs são, de acordo com Fontes (2021), formas associativas que se apresentam como de colaboração voluntária e formalmente separadas do mercado e do Estado, embora profundamente conectadas a ambos. As denominações não governamentais e não lucrativas enfatizam esse distanciamento formal. Tais aparelhos podem ter diferentes configurações, mas têm em comum seu papel fundamental na produção e na transmissão de visões de mundo hegemônicas.

Conforme Hoeveler (2020), a categoria APH é construída por Gramsci como uma via que dá base material ao conceito de hegemonia, permitindo compreender a associação de agentes na disputa objetiva de seus rumos. Dessa forma, a luta na opinião pública não é associada a “[...] uma vaga e volátil ‘batalha de ideias’, e sim a uma estrutura precisa” (HOEVELER, 2020, p. 148), expressa nos aparelhos. Estes permitem um contínuo processo de elaboração e reprodução de um projeto de classe. Por isso, o conceito de APH também é em alguns momentos referidos por Gramsci como:

[...] “estrutura material da superestrutura” (CC4, §12, v. 6; CC11, § 29, v.1), como “complexo de trincheiras e defesas”, como “estrutura ideológica de uma classe dominante”, ou, mais extensamente, como “organização material com o propósito de manter, defender e desenvolver o “front teórico ideológico” (BOLLINGER; KOIVISTO, 2009, p. 304 *apud* HOEVELER, 2020, p. 150).

Trata-se de uma concepção de superestrutura que supera a abstração realizada por alguns dos teóricos marxianos, ao lhe dar uma base material sustentada por sujeitos com agência, que se associam entre si de distintas formas. No entanto, a abordagem reconhece seu propósito fundamentado nos interesses de classe e na busca ideológica pela reprodução da dominação. Assim, os APH são mecanismos de mediação da hegemonia de uma classe em determinado contexto.

Tais agentes privados de hegemonia atuam como partidos da classe dominante (FONTES, 2021), colaborando para a combinação entre força e consenso. De acordo com Gramsci e em sintonia com o que acontece no Brasil, diante da demanda de

reprodução da hegemonia a partir da afirmação do consenso, esses organismos são muitas vezes “[...] artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Segundo Hoeveler (2020), foi a pesquisa histórica feita por Gramsci que possibilitou que ele gestasse a ferramenta conceitual dos APH. Analisando a política francesa pós-1870, o pensador italiano percebeu que iniciativas políticas decisivas eram construídas por organismos ditos privados, e não por aqueles classicamente atribuídos ao universo da política - os baseados no voto. A autora destaca que Gramsci as caracteriza como “ditas privadas” para ressaltar que, por trás dessa nomenclatura, há uma profunda conexão do Estado com esses agentes particulares - compondo o Estado ampliado, conceito cuja menção é importante, mas que não será aprofundado aqui. O que chamou atenção de Gramsci naquele momento foi a “[...] figura do homem de negócios que sabe associar, em todas as atividades profissionais, industriais e comerciais, seu interesse pessoal com o interesse geral” (GRAMSCI, 2007, p. 297). Tal fenômeno é perceptível pela ação das empresas de maior poder econômico no Brasil atual, todas elas sustentando iniciativas voltadas para a área social.

A força de um APH depende, portanto, da capacidade de setores do empresariado de se associarem a outros agentes em busca de objetivos compatíveis com seus interesses. As associações que emergem desse processo, entretanto, são muitas vezes tratadas como independentes do poder econômico e político que lhe origina. Conforme Fontes (2010):

[...] muitos dos APHs, como jornais e partidos, se apresentam como totalmente descolados da organização econômica e política, como desconectados de interesses de classe, seja como porta-vozes de uma unidade nacional ou de uma neutralidade informativa, e isso é um dos elementos que podemos aferir como uma diferença específica (se compararmos, por exemplo, com associações de caráter econômico-corporativo). (FONTES, 2010, p. 134).

Esse fenômeno é percebido nos APHs sustentados pelas maiores empresas do Brasil, que mobilizam termos como “interesse geral”, “melhoria da sociedade como um todo” e outras expressões que as colocam como se fossem representantes de uma pretensa unidade nacional. De acordo com Hoeveler (2020), o destaque de Fontes (2010) consiste em um importante alerta metodológico para o pesquisador. A análise dos aparelhos de hegemonia deve buscar identificar suas conexões com interesses de classes, comumente camuflados em nome da neutralidade e do

consenso. A autora propõe, assim, uma base pertinente para a compreensão de um APH:

A quem ele se dirige, que base social organiza, quais objetivos se propõe, eis questões primordiais na análise de um APH. Algumas perguntas iniciais são fundamentais na análise de qualquer APH. Trata-se de um APH da classe dominante dirigido para a própria classe dominante? Trata-se de um APH da classe dominante dirigido para uma atuação política voltada para as grandes massas? Ou ainda, trata-se de um APH forjado pela classe trabalhadora e seus aliados, que eventualmente se converteu em APH funcional para a dominação burguesa? (HOEVELER, 2020, p. 156).

Para os fins da presente pesquisa, o direcionamento se dá para a segunda categoria de APHs propostos por Hoeveler, isto é, aqueles criados pela classe dominante e direcionados para a atuação política da classe dominada. De acordo com Fontes (2021), esse grupo tem uma força destacada no Brasil e é central para a constituição da hegemonia por meio do convencimento popular massivo. Esses organismos se apresentam como institutos que “[...] desinteressadamente vendem programas de comportamento ético às ‘classes produtoras’” (ARANTES, 2000, p 25). A análise dessas associações deve levar em conta suas técnicas para impregnar a classe trabalhadora de determinadas visões de mundo.

Leher (2010) também destaca a atuação desses agentes, tida como essencial para organizar e difundir a ideologia dominante de forma efetiva. A ideologia aqui não é utilizada no sentido restrito criticado por Williams (2011), e sim como ideias e práticas dominantes que constituem a hegemonia, saturando as percepções e limitando as possibilidades de ação dos agentes. A partir da ação dos organismos privados, a sociedade civil tem sua participação social dirigida pelos detentores de capital, que assim difundem uma pedagogia da hegemonia.

Para Martins e Neves (2010), a pedagogia da hegemonia envolve a atuação de APH e do Estado para conformar e difundir um conjunto de ideias e práticas por meio da educação escolar e não escolar. Os autores destacam que, conforme Gramsci, a busca de hegemonia sempre implica uma relação pedagógica. Por isso, é central a atuação de uma classe ou de uma fração de classe para transformar sua visão de mundo em um senso comum difundido e aceito como universal pela população, sendo este expresso em uma pedagogia da hegemonia compatível com a situação concreta.

Entende-se, assim, que os sentidos veiculados pelos APHs e pelas empresas compõem uma mesma pedagogia da hegemonia que difunde determinados

significados e oculta outros tantos. As palavras repetidas por esses organismos carregam visões de mundo hegemônicas cujos fundamentos precisam ser tornados visíveis. No caso da presente pesquisa, buscaremos destrinçar os significados vinculados à cidadania e à formação cidadã, como casos exemplares de disputas de concepções de mundo marcadas pelas relações de poder e levadas à frente pelos APHs. Os materiais educacionais da organização *Politize!* serão tomados como documento empírico para essa análise. O foco será direcionado às redes de conexões da entidade, às iniciativas da Escola da Cidadania Ativa e ao programa de formação de lideranças. Buscaremos, assim, identificar as correspondências e as divergências entre as concepções e ações da entidade e aquelas formuladas por meio da pedagogia da hegemonia. Pretende-se também compreender as relações dessa associação com o poder público e privado, localizando-a dentro das disputas de classe por hegemonia.

Para tal investigação, optamos por orientar a busca para conteúdos digitais da *Politize!* voltados à capacitação dos professores para a formação cidadã. Essa opção metodológica se deu pela compreensão de que diversos educadores utilizam de plataformas digitais para sua formação pessoal e para sua prática docente. De acordo com Deslandes e Coutinho (2020), a adesão ao estudo de ambientes digitais começa a se consolidar em 2010 e avança aceleradamente no período da pandemia do coronavírus por necessidade dos pesquisadores. O universo *online* é tido pelos autores como um complemento do mundo cotidiano *offline*, consequentemente ao movimento de digitalização desse ambiente. Logo, as experiências digitais revelam não somente as experiências *online*, mas aquelas vividas fora da internet.

Nazário, Santos e Ferreira Neto (2021) também identificam pertinência no estudo do ambiente digital para reconhecer as mensagens propagadas na sociedade, inclusive no que diz respeito aos debates educacionais. Os autores apontam o alto número de usuários das plataformas digitais no Brasil e concluem que elas se constituem como locais relevantes de “[...] difusão e compartilhamento de informações, ideias, perspectivas e possíveis campos de pesquisa, que mantêm atualizada e reatualizada a discussão” (NAZÁRIO; SANTOS; FERREIRA NETO, 2021, p. 3-4). Portanto, o pesquisador pode fazer dessas plataformas fontes para identificar os aspectos citados pelos autores - e foi essa a opção motivadora da presente pesquisa.

Assim, foram selecionadas algumas instituições tidas como referências dentro do meio educacional, destacando-se em visibilidade, acesso e propagação entre educadores. Entende-se, tal como afirmam Mutz e Gomes (2022), que cada mídia voltada para a educação ensina pretensas verdades aos educadores e educandos, e que sua capilaridade aumenta a importância da pesquisa dos discursos lá produzidos.

Para a seleção das instituições, optou-se por duas que se destacam nos aspectos citados: Instituto Porvir e Associação Nova Escola. O Porvir é uma organização sem fins lucrativos criada em 2012 e voltada para difundir tendências para a educação brasileira. A plataforma se apresenta como “[...] a principal plataforma de conteúdos e mobilização sobre inovações educacionais do Brasil” (PORVIR, 2023). A Nova Escola¹⁶ é uma organização social sem fins lucrativos nascida em 2015 e voltada para professores da Educação Básica. Sua mantenedora é a Fundação Lemann, organização com relevância em diversos ramos da economia brasileira. De acordo com o próprio site, a plataforma é acessada por mais de 3 milhões de pessoas por mês (NOVA ESCOLA, 2023). Já o site Similarweb indica que, entre setembro e dezembro de 2023, a Nova Escola teve uma média 1,8 milhão de acessos, enquanto o Porvir nesse mesmo período foi acessado em média 177.666 vezes (SIMILARWEB, 2023).

Na busca de produções do Porvir, encontrou-se mais de uma vez a indicação para a organização *Politize!* e para seu Programa Escola da Cidadania Ativa. A plataforma se autointitula uma união de pessoas que creem na mudança para “[...] atacar um dos problemas mais complexos do nosso país: o despreparo para o exercício da democracia” (POLITIZE!, 2023). O site é, portanto, focado nas temáticas políticas, mais especificamente na participação ativa para a prática democrática. Apesar de não ser restrito ao universo da educação, propõe-se a contribuir com essa área, contando com partes de destaque voltadas para a Educação Básica. Durante a investigação no site da Nova Escola, encontramos uma recomendação à *Politize!* e diversos usos de textos produzidos por esta organização. A reincidência da

¹⁶ A Revista Nova Escola foi criada em 1986, pela Fundação Victor Civita. Ela se tornou referência entre os professores da educação básica, porque fez parceria com muitas Secretarias de Educação e entregava seus exemplares mensalmente em todas as unidades escolares. Em 2006, ao comemorar 20 anos da revista, a Fundação Victor Civita foi homenageada na Assembleia Legislativa de São Paulo, e a reportagem noticiou que “[...] a publicação Nova Escola, a segunda maior revista em circulação no Brasil [atrás apenas da revista Veja], [é] lida por cerca de 2 milhões de professores.” (Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=297279>) Em 2015, a Fundação Lemann adquiriu as marcas das revistas *Nova Escola* e *Gestão Escolar*.

recomendação feita por grandes plataformas educacionais, a capilaridade do *site* - com 1,1 milhão de acessos mensais (SIMILARWEB, 2023) - e seu foco na formação cidadã nos levaram a escolher o material oriundo de suas produções.

O Programa Escola da Cidadania Ativa, da *Politize!*, contém diversos conteúdos para professores, estudantes e Secretarias de Educação, tais como, planos de aula, itinerários formativos e atividades de formação. Esse conjunto de materiais foi selecionado como objeto de análise, por oferecer um caminho viável diante de uma ampla gama de recursos disponíveis nos *sites* pesquisados. Pretendeu-se, portanto, utilizar essas distintas iniciativas como objeto de estudo das propostas de formação cidadã. Optamos por uma abordagem qualitativa para o aprofundamento das concepções presentes em cada material. A *Politize!* é uma OSC que se afirma como uma organização que

[...] produz conteúdos gratuitos e imparciais e campanhas de educação cívica na internet, capacita líderes cívicos para serem capazes de resolver problemas públicos e treina professores para educar jovens no processo de se tornarem cidadãos engajados nas escolas. (POLITIZE!, n.d.k).

Além de sua capilaridade no meio digital, a *Politize!* conta com inserção no meio estatal, por meio de acordos com Secretarias de Educação dos estados de Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul, Roraima, Amazonas, Bahia, Sergipe, Acre, São Paulo e Distrito Federal. De acordo com a instituição, ela já atingiu mais de 14.000 professores e 150.000 alunos com sua plataforma (POLITIZE!, n.d.k). Em 2024, a organização ampliou sua atuação na América Latina, com *sites* direcionados ao México, à Colômbia e à Argentina.

A *Politize!*, como uma OSC, é uma entidade privada profundamente conectada ao poder público e ao capital econômico, sendo, portanto, um exemplo de APH. Como veremos, há um conjunto de vocabulários, propostas e iniciativas reproduzidos pela OSC que estavam ausentes na literatura específica sobre cidadania e formação cidadã, mas presentes nos estudos sobre os APHs. Por isso, considerou-se pertinente analisar essa instituição a partir do aporte conceitual sobre os aparelhos hegemônicos.

Dessa forma, a investigação está organizada em seis capítulos. Este primeiro apresentou a ferramenta conceitual dos APHs, que será utilizada para compreender o caráter das organizações voltadas para a área social patrocinadas pelo mercado,

inserindo-as nas disputas de hegemonia traduzidas pela produção e difusão do senso comum. O segundo capítulo analisa os fundamentos teóricos e práticos dos APHs contemporâneos. Já o terceiro capítulo analisa a expressão de tais fundamentos nas esferas da educação política, da cidadania e da formação cidadã. O quarto capítulo faz uma análise da *Politize!* e de suas relações com outros APHs, com o poder público e com o capital. Já a quinta parte investiga alguns materiais da associação voltados para a formação cidadã, reunidos na plataforma Escola da Cidadania Ativa. O último capítulo propõe uma conclusão diante da investigação realizada.

2 OS APARELHOS DE HEGEMONIA NEOLIBERAIS: FORMULAÇÃO E DIFUSÃO DE CONCEPÇÕES DE MUNDO

O sistema / 2

Tempo dos camaleões: ninguém ensinou tanto à humanidade quanto estes humildes animaizinhos. Considera-se culto quem oculta, rende-se culto à cultura do disfarce. Fala-se a dupla linguagem dos artistas da dissimulação. Dupla linguagem, dupla contabilidade, dupla moral: uma moral para dizer, outra moral para fazer. A moral para fazer se chama realismo.

A lei da realidade é a lei do poder. Para que a realidade não seja irreal, dizem os que mandam, a moral deve ser imoral. (GALEANO, 2002, p. 90-91).

Buscamos situar, no primeiro capítulo, o fenômeno de proliferação de organizações sociais sem fins lucrativos voltados para a área social e para a educação. Parte dessas associações são compreendidas neste estudo como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), que têm papel-chave na conformação e difusão de visões de mundo compatíveis ao interesse de reprodução da dominação de classe. No presente capítulo procuramos mostrar as bases de atuação desses APHs no Brasil a partir da década de 1990, salientando como uma de suas consequências a repolitização da política, por meio da afirmação de uma forma específica de exercício da cidadania na sociedade civil.

2.1 A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA NEOLIBERAL

De acordo com Neves (2005a), a ação dos APHs deve ser compreendida como parte constituinte de uma pedagogia da hegemonia - um conjunto de práticas educativas formais e informais que objetivam constituir a hegemonia de uma classe sobre as demais. Para Neves e Sant'Anna (2005), os aparelhos são uma resposta à complexificação da sociedade civil e servem como um lócus de organização da vontade coletiva em torno de determinado projeto de sociabilidade. Nessa disputa, criam-se aparelhos hegemônicos ou contra-hegemônicos - ou seja, a favor ou contra a dominação de classes constituída.

No sentido da reprodução da hegemonia burguesa, que constitui o foco desta pesquisa, os APHs atuam ao lado do Estado, conformando um mesmo bloco histórico. O uso da categoria bloco histórico permite situar as iniciativas da sociedade civil como uma ação política, relacionada às práticas governamentais, embora formalmente distinta delas. No bloco histórico dominante, estão presentes instituições escolares,

empresas midiáticas, organismos internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), instituições estatais e APH diversos, todos essenciais na manutenção da dominação de classe. O Estado capitalista compreendido dentro desse bloco é tido por Neves e Sant'Anna (2005) como um Estado educador, que tem como objetivo formar um determinado “homem coletivo”, adequado à sociabilidade burguesa neoliberal. Conforme Gramsci (2007), é papel de um Estado educador:

Criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2007, p. 23).

Assim, a pedagogia da hegemonia envolve a produção e reprodução dos preceitos necessários ao desenvolvimento econômico, traduzindo-os como base da formação de um modelo de humanidade. Para educar para o consenso, segundo Neves e Sant'Anna (2005), o bloco histórico dominante tem a dupla tarefa de, por um lado, estruturar as classes e frações de classe que ele representa e, por outro, organizar e difundir suas ideias como se fossem expressões de um interesse geral de todos os grupos sociais.

Falleiros, Pronko e Oliveira (2010) realizam uma análise histórica e contribuem para o desvelamento de uma nova pedagogia da hegemonia constituída entre o final do século XX e o início do século XXI e que é estruturalmente marcada pela atuação de aparelhos hegemônicos voltados para as classes populares. A presente pesquisa não se propõe a aprofundar a análise do conjunto desses movimentos históricos, mas alguns de seus aspectos centrais precisam ser destacados.

Conforme ressaltam as autoras, a crise econômica da década de 1970 levou a um processo de reestruturação produtiva que alterou a pedagogia da hegemonia e, consequentemente, a ação dos APHs. Emergiu o projeto neoliberal para a economia, implicando ajustamento fiscal, acumulação flexível, desregulamentação do trabalho, retirada de direitos trabalhistas, financeirização da economia e abertura comercial das economias dependentes. Trata-se de uma nova base para a retomada das taxas de lucro da burguesia, às custas da superexploração dos trabalhadores. Segundo Dardot e Laval (2017), a queda da rentabilidade é associada à combatividade dos assalariados e à relação das forças sociais da era anterior. Diante de tal diagnóstico,

coloca-se como objetivo a adaptação dos indivíduos à lógica do mercado e a redução do poder das organizações da classe trabalhadora.

Conforme Apple (2016), o Estado neoliberal passa a ter a função de favorecer o mercado, garantindo a pretendida liberdade econômica dos indivíduos e das nações. O FMI e o Banco Mundial tiveram um papel central para propagar e generalizar os princípios neoliberais, impondo-os como moeda de troca para a concessão de empréstimos aos países prejudicados pela crise econômica. Arantes (2000) destaca a importância do Banco Mundial na conformação de um Estado atuante - não como provedor de direitos públicos, mas como “parceiro” e facilitador dos empreendimentos privados.

Segundo Colombo (2018), as medidas neoliberais tiveram êxito parcial em retomar as taxas de lucro e permitir a recomposição da burguesia em nível mundial. Entretanto, mostram-se insuficientes diante da persistência de uma crise econômica internacional, evidenciada pela quebra financeira de 1990. A propaganda de conciliação entre aumento de produtividade e melhoria das condições de vida não se firmou como realidade. Por isso, eclodiram nessa década diversas formas de lutas e resistência contra-hegemônicas, que questionavam os preceitos neoliberais.

Para Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), forma-se a partir da década de 1990 um novo consenso, que atualiza os princípios do neoliberalismo diante dos impasses materiais e subjetivos encontrados. Emerge um conjunto de novos princípios caracterizados como de Terceira Via, que guiarão a nova pedagogia da hegemonia e a atuação de muitos dos APHs contemporâneos.

Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010) expõem os fundamentos teóricos desse projeto. Conforme o próprio nome indica, os defensores dessa concepção buscam apresentar-se como uma Terceira Via, alternativa às duas grandes posições políticas à esquerda e à direita. Tal polarização é tida como ultrapassada e temerosa para os “novos tempos”¹⁷, que deveriam superar as “antigas” tradições e polarizações. Trata-se de um processo que Castelo (2013) denomina como desideologização dos discursos e das práticas políticas. Conforme expõem Neves (2005b) e Falleiros, Oliveira e Pronko (2010), conforma-se de um primeiro

¹⁷ Optamos pela utilização de aspas sempre que utilizamos o vocabulário próprio dos APH. Essa opção metodológica se dá pela compreensão estruturante dessa pesquisa de que a disputa por hegemonia passa pela produção e pela reprodução de determinados significados das palavras. As aspas apontam para a não naturalização dos sentidos difundidos a partir do vocabulário dos APHs.

movimento de desqualificação da política clássica - que abre espaço posteriormente para uma repolitização dessa esfera. Nesse contexto, “[...] a dogmática neoliberal apresenta-se como uma pragmática geral, indiferente às origens partidárias. A modernidade ou a eficácia não são nem de direita nem de esquerda, segundo dizem os que ‘não fazem política’.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 234).

O fundamento dessa visão de mundo seria uma suposta superação dos “antigos antagonismos de classe”, que não mais importariam no mundo globalizado. No lugar de tal dualidade, os representantes dessa proposta afirmam a multiplicidade de grupos sociais, diversos e complementares entre si. Assim, é sustentada uma “[...] ilusão de que se atingiu um estágio superior do capitalismo em que as contradições e antagonismos, explorações e desigualdades, os projetos societários em disputa, não fariam mais sentido.” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 67).

Leher (2010) evidencia nesse neoliberalismo de Terceira Via o ocultamento da discussão da exploração do trabalho e da expropriação das camadas desfavorecidas. No lugar dela, ganha centralidade a discussão exclusão/inclusão, que vira eixo da atuação dos APHs. Segundo Pina (2016), essa ênfase expressa uma inversão da realidade da classe dominada, já que seus membros vivem em condição de exclusão de direitos justamente porque estão incluídos nas relações sociais capitalistas constituídas. A ideia da exclusão dá a entender que as pessoas em condição de inferioridade social estão fora do sistema, quando na verdade elas são sua base de sustentação.

Destacamos ainda a contribuição de Neves e Sant'Anna (2005), para quem o direcionamento dos debates sociais para a temática da inclusão serve como fundamento para uma visão de que “[...] não haveria excluído, e sim aquele ainda não incluído” (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 33). A consequência é a reprodução da crença em uma eterna promessa de inserção social, desde que o indivíduo aja de acordo com determinadas normas de conduta compatíveis com o atual estágio do capitalismo. Diante de tal expectativa disseminada, “[...] um enorme aparato de noções e idéias é difundido para que os ditos excluídos possam vislumbrar a possibilidade de inclusão social” (LEHER, 2010, p. 12). APHs e empresas diversas passam a direcionar uma atuação social voltada para a “inclusão”, sempre parcial e não definitiva, diante de uma exclusão estrutural que não é posta em questionamento.

Como essa perspectiva nunca se realiza por completo e as camadas pauperizadas sentem os efeitos disso, o neoliberalismo é eficaz em culpabilizar o

próprio indivíduo por sua condição. De acordo com Colombo (2018), uma das principais expressões da sociabilidade neoliberal é a responsabilização do sujeito isolado por suas trajetórias de sucesso ou fracasso. Forma-se uma nova pedagogia da hegemonia e um novo senso comum que concebem o indivíduo como responsável solitário pelo desenvolvimento de habilidades e competências que garantam sua empregabilidade, seu poderio financeiro e sua “inclusão”. Conforme Martins (2009), o individualismo aparece como o mais radical dos valores morais.

Também Dardot e Laval (2017) evidenciam tal processo, salientando que o neoliberalismo extrapola o caráter de um referencial para políticas macroeconômicas. Os autores destacam que importantes dispositivos de disciplina são incorporados de tal modo que passam a “[...] obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização de capital” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 191). A lógica concorrencial é estendida à esfera da subjetividade e impõe a dinâmica permanente do cálculo econômico individual e competitivo. Emerge, assim, um senso comum, no qual “[...] é impossível conceber um sujeito que não seja ativo, calculista, à espreita das melhores oportunidades.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 217).

Com isso, conforma-se o que Apple (2016) denomina como “moralidade magra”: um guia para as decisões que não é constituído de princípios de bem comum característicos de uma “moralidade densa”, e sim pela agregação das ações individuais de cada agente. Tais ações são fundamentadas pela propriedade e, por isso, são marcadas pelo individualismo competitivo e pela estratificação social.

Apple (2016) destaca que esses fundamentos envolvem uma atualização do liberalismo, com novas concepções de indivíduo. Se no liberalismo o sujeito é tido como autônomo e capaz de exercer sua liberdade, no neoliberalismo, afirma-se que o Estado deve agirativamente para criar um indivíduo empreendedor e competitivo. Dardot e Laval (2013, p. 372) também destacam o papel desse novo Estado em “[...] conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores”. Desenvolvem-se, assim, novas formas de fiscalização, vigilância e controle, buscando conformar e reproduzir um sujeito adequado à concorrência neoliberal.

Esses processos implicam a formação de um novo homem coletivo na expressão gramsciana, adequado às relações constituídas de trabalho e de poder. Se o neoliberalismo envolve a eclosão do sistema de proteção social universal, é importante para a reprodução da hegemonia que ele seja acompanhado da formação

de um senso comum que justifique essa condição. Conforme destaca Fontes (2021), as duas características mais enfatizadas pelos aparelhos hegemônicos do neoliberalismo reformado são empreendedorismo e meritocracia, atributos “[...] voltados para a formação de trabalhadores desprovidos de direitos” (FONTES, 2021, p. 73). Diante dessa ausência, é colocada como única alternativa à classe produtora sua ação individual.

O indivíduo em condição de “exclusão” deveria, portanto, mobilizar suas habilidades e competências para empreender e, a partir de seu próprio mérito, conquistar a “inclusão”. De acordo com Pina (2016), essa ideia é fundamentada pelo diagnóstico de que o Estado de Bem-Estar Social da era anterior priorizava excessivamente direitos em vez de responsabilidades. Isso é tratado pela classe dominante como fator gerador de “passividade” e, consequentemente, de inferioridade social. Como alternativa, o neoliberalismo reformado propõe que o indivíduo “se responsabilize” e “colabore” na construção da sociedade por meio de APHs, abrindo mão da demanda de políticas sociais públicas e universais. O sujeito neoliberal deve levar à frente um empreendimento contínuo de si mesmo (OLSSEN, 1996 *apud* APPLE, 2016).

Para Neves (2005b), a ênfase na colaboração é outro aspecto central do senso comum difundido pelos aparelhos hegemônicos. Se, em nível teórico, afirma-se a superação da polarização de classe sociais, isso serve como fundamento da ideia de que os distintos grupos sociais devem “cooperar” para o desenvolvimento da sociedade. A repetição à exaustão do apelo à responsabilização do indivíduo, à união e à harmonia social camufla a persistência dos antagonismos de classe, servindo, portanto, à reprodução da hegemonia do grupo dominante. Conforme destaca Fontes (2021, p. 58), o objetivo visado é a adequação psicofísica das camadas subalternas para “[...] agirem em condições de concorrência brutal para a sobrevivência, nublando o caráter concreto de sua subordinação ao capital”.

Assim, produzindo e reproduzindo os fundamentos supracitados, o neoliberalismo de Terceira Via forma um sujeito cuja atuação social e política tem como ponto de partida e chegada o próprio indivíduo. Os grandes projetos políticos e societários são camuflados do debate; em seu lugar, ganham centralidade as ações pontuais, focalizadas e “colaborativas” entre Estado e as diferentes camadas da sociedade civil. Os APHs têm papel central para difundir essas concepções, apresentando-se como entidades capazes de expressar um interesse geral.

Desses fundamentos emergem, de acordo com Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), simultaneamente uma esquerda para o capital e uma direita para o social. A direita para o social se refere ao fato de que esse setor passou a priorizar formas atualizadas de filantropia, destinando importantes recursos a iniciativas sociais de tipo específico, conforme expresso em empresas e APHs expostos na presente pesquisa. Já a esquerda para o capital se forma pela redução de sua atuação a políticas sociais focalizadas e compatíveis com a reprodução capitalista, envolvendo muitas vezes a aceitação dos princípios macroeconômicos neoliberais, pressupondo a conciliação entre o mercado e a justiça social. A Terceira Via se insere nesse processo, afirmando-se como uma “esquerda moderna”, que supera as debilidades desse campo. Para Dardot e Laval (2017), esse setor se contrapõe a certas afirmações neoliberais mas acaba por aderir à sua racionalidade, à sua forma de apresentar problemas e, assim, a um leque de respostas possíveis. Ainda de acordo com os autores:

Nada ilustra melhor a virada neoliberal da esquerda do que a mudança de significado da política social, rompendo com toda a tradição social-democrata que tinha como linha diretriz um modo de partilha de bens sociais indispensáveis à plena cidadania. A luta contra as desigualdades, que era central no antigo projeto social-democrata, foi substituída pela “luta contra a pobreza”, segundo uma ideologia de “equidade” e “responsabilidade individual”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 226).

Esse campo político incorpora, portanto, a lógica neoliberal, segundo a qual o foco é na responsabilização dos indivíduos e nas batalhas pontuais contra as manifestações mais alarmantes dos efeitos do capitalismo na vida social. A racionalidade neoliberal é incorporada de tal forma que seus pressupostos não são colocados em questionamento, e sim tratados como dados naturais e inquestionáveis. Os fundamentos levantados nos levam a concordar com Dardot e Laval (2017), Neves (2005b) e com Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), para quem os princípios da Terceira Via não representam uma alternativa ao neoliberalismo, e sim uma atualização deste, preservando suas ideias centrais. Por isso, referimo-nos a essas visões de mundo ora como neoliberalismo de Terceira Via, ora como neoliberalismo reformado e ora como neoliberalismo, sempre que estiver em questão a manutenção das concepções estruturais associadas a esse projeto.

Cabe destacar que o novo consenso formado não é absoluto, encontrando fragilidades e resistências. A crise de 2008 colocou sob os holofotes as limitações do projeto neoliberal de Terceira Via para garantir a estabilidade do capital. Na década

seguinte, percebe-se a eclosão de diversos movimentos sociais e políticos que se colocam contrários à hegemonia neoliberal. Diante disso, há uma contrarreação do capital, da qual emergem novas concepções de mundo associadas ao neoconservadorismo, que propõe o recrudescimento do controle da classe trabalhadora.

Para Apple (2016, p. 611), “[...] numa época de mudança social e educativa radical, é fundamental documentar os processos e efeitos dos diversos elementos – às vezes contraditórios – de restauração conservadora”. Colombo (2022) também ressalta a importância desses estudos, salientando que há uma “[...] complexa trama de mecanismos estruturais, dialeticamente contraditórios, de dominação” (COLOMBO, 2022, p. 63). Entende-se que o neoliberalismo reformado e o neoconservadorismo expressam frações da classe dominante que têm alguns acordos entre si, mas que disputam poder e buscam estabelecer sua hegemonia, devendo ser analisadas em suas particularidades e complexidades. Para os fins da presente pesquisa, focalizamos na ação do primeiro bloco citado, sem deixar de reconhecer a influência do outro para a constituição das atuais ideias disseminadas por APHs.

Tal atualização do neoliberalismo envolve novas concepções a serem difundidas a respeito de Estado e sociedade civil, mercado, ação política e formação cidadã. Embora esses princípios estejam conectados, optamos por separá-los no presente estudo para fins didáticos.

2.2 O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

É central na atuação dos APHs a reformulação sobre os papéis do Estado e da sociedade civil. De acordo com Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), a concepção da Terceira Via mantém o diagnóstico neoliberal de que o Estado é ineficiente para o desenvolvimento econômico e para a resolução dos problemas sociais. Por isso, corrobora as teses que defendem como saídas a privatização dos serviços e o fortalecimento do mercado. Entretanto, o neoliberalismo de Terceira Via acrescenta a isso a atuação de uma sociedade civil organizada, que seria essencial para superar uma suposta incapacidade do Estado em lidar com as demandas sociais. Reconhece-se o risco de eclosão do sistema pela agudização das contradições sociais e pela crescente demanda de participação, mas se apresenta uma alternativa distinta daquela proposta pelos movimentos dos subalternos.

Diante de tal reconhecimento e da depreciação do Estado, apresenta-se como solução um “público não estatal”, conduzido pela sociedade civil com novos autores, agrupamentos e redes que assumem a responsabilidade por funções antes estatais. Trata-se da “[...] passagem do governo (poder do Estado por si mesmo) à governança (uma configuração mais ampla que contém os Estados e elementos-chave da sociedade civil)” (HARVEY, 2008, p. 87 *apud* FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 71). Cumprem papel-chave para esse processo os aparelhos hegemônicos criados pela classe dominante, que passam a exercer funções até então públicas.

De acordo com Pina (2016), a ideia de um “público não estatal” parte do entendimento de que as associações voltadas para a área social e sem fins lucrativos são representantes de um “interesse geral”, devendo ser categorizadas como públicas, em oposição à atuação privada corporativa. O denominador não estatal enfatiza sua suposta separação da esfera governamental, fundamento de uma pretendida superioridade para responder aos desafios dos “novos tempos”. Arantes (2000) destaca que, nesse contexto, o Estado é tomado como um parceiro facilitador dos organismos privados que, sob a égide da eficiência, são afirmados por suas supostas vantagens comparativas, que lhe confeririam o mérito para conceder serviços que deveriam ser públicos.

Essa concepção atualizada sobre o papel do Estado e da sociedade fundamenta uma ampla contrarreforma da aparelhagem estatal brasileira a partir da década de 1990. Conforme ressalta Pina (2016), esse processo envolve a redução da proteção social universal de responsabilidade do poder público e, simultaneamente, a transferência para o mercado da disponibilização de serviços complementares aos poucos direitos fornecidos.

Segundo Apple (2016), trata-se de um processo no qual o Estado transfere sua responsabilidade pela desigualdade, como parte de um movimento mais amplo de ocultamento da participação da classe dominante nos efeitos nocivos das medidas neoliberais. Dardot e Laval (2017) evidenciam essa inversão, salientando que se trata de uma virada na crítica social, que a partir da década de 1980 deixou de ser direcionada ao capitalismo e passou a ser voltada ao Estado. Conforme destaca Fontes (2010), analisando o Brasil, “[...] se as desigualdades brasileiras eram por demais evidentes para serem negadas, seriam agora sistemática e reiteradamente imputadas à incompetência e à ineficácia governamentais” (FONTES, 2010, p. 202).

O mercado é tomado como a via para a justiça social, sendo forjado como fornecedor de serviços sociais pontuais, em substituição à rede de políticas públicas universais da era anterior. Conforme destaca Arantes (2000), esse processo é denominado participação cidadã por envolver a sociedade civil e, com isso, é legitimado pelas forças hegemônicas. A privatização de funções sociais é, dessa forma, ocultada, transformada em antídoto para a baixa participação da sociedade por meio da ação dos APHs.

Diante dessa elaboração, o Estado neoliberal da Terceira Via não deve ser mínimo nem máximo, e sim um Estado forte naquilo que é necessário. Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010) mostram como essa concepção envolve uma reelaboração das atribuições do Estado, em oposição às formulações anteriores consideradas ultrapassadas:

Sua função é administrar os riscos sociais, financeiros e ambientais; induzir o desenvolvimento econômico; organizar uma "sociedade do bem-estar" (a sociedade civil ativa) e produzir uma nova sociabilidade comprometida com a renovação da cultura cívica da sociedade, a partir de uma arena social e política mais ampla. O "Estado necessário" seria o regulador e coordenador de processos de desenvolvimento econômico e social capitalista. As ferramentas para implementação dessa estratégia são as parcerias entre a esfera pública e a esfera privada. (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2010, p. 143).

Conforme Castelo (2013), as políticas públicas aceitas nesse contexto são conduzidas pela iniciativa privada, fragmentadas e paliativas. Voltam-se para a elaboração de respostas focalizadas e transitórias para as expressões mais alarmantes e evidentes dos problemas sociais. As Ciências Humanas são demandadas para “[...] produzir também conhecimento útil e aplicável, contribuindo para a formulação de políticas públicas e sociais voltadas para a ‘solução’ dos grandes problemas da sociedade contemporânea.” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 81).

Além de ser glorificado pela sua eficiência, o lócus da sociedade civil é tido como um “[...] ‘reino do bem’ ou espaço democrático isento de conflitos” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 82). Lima e Martins (2005) evidenciam nessa concepção a ideia de que esse terreno seria o da ajuda mútua, da colaboração, da solidariedade e da harmonização das classes sociais. Conforme Fontes (2021), a sociedade civil é *glamourizada* como solidária e acima das diferenças sociais. Ela torna-se o centro da promoção da coesão social, conforme descrito a seguir:

[...] a "sociedade civil ativa" seria o espaço de realização do "eu" e de encontro com o outro para o fortalecimento da coesão social. Cada um, movido por sua individualidade e por sua racionalidade, entraria em contato com outros indivíduos, formando grupos de diferentes tipos que dialogariam entre si para a promoção do bem comum. (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2010, p. 128).

É necessário, entretanto, entender do que está se falando nessa louvação da sociedade civil. Não são exaltados quaisquer agentes, e sim alguns criteriosamente selecionados por empresas e por governos e representados por meio das organizações privadas supracitadas. Também o atributo "ativa" para a sociedade civil não se refere a qualquer atividade, e sim a determinadas formas de conduta - compatíveis com a reprodução da hegemonia da classe dominante. Para Fontes (2008), constituiu-se uma ampliação seletiva do Estado, porque foi acompanhada de uma severa repressão a outras formas de participação política das classes populares.

Lima e Martins (2005) destacam que são visadas positivamente as organizações da sociedade civil que não partem das relações de produção. As iniciativas direcionadas para a contradição entre capital e trabalho são tratadas como resquícios de uma política fordista ultrapassada e incompatível com a era neoliberal. Emergem, portanto, formas associativas hegemônicas baseadas na busca pela colaboração, evitando a qualquer custo o confronto social. Essa compreensão é compatível com a ideia de que as pessoas devem se tornar menos dependentes de políticas sociais universais, responsabilizando-se por suas vidas a partir de ações de cooperação entre os diversos grupos sociais e o Estado. São enfatizados os apelos à cooperação, à solidariedade e ao "espírito público". (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2010).

Se partimos do pressuposto, como fazemos aqui, de que as classes sociais seguem existindo e implicando diferentes interesses sobre a vida social, a consequência da visão de mundo analisada é o ocultamento da desigualdade que estrutura o sistema capitalista. O apelo abstrato ao bem comum dá a entender que os grupos sociais têm as mesmas necessidades e os mesmos desejos para a transformação da sociedade. Por isso, a afirmação da colaboração feita por aparelhos hegemônicos implica um entrave à "[...] elevação do nível de consciência política coletiva da classe trabalhadora" (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2010, p. 139), já que obscurece o fundamento de sua exclusão.

Partindo dessas concepções, ganham espaço as ações políticas baseadas na prática do voluntariado e na mobilização das comunidades locais, em que se busca a “[...] ajuda ao próximo ou a si mesmo” (PINA, 2016, p. 64). Afirma-se que nascem dessas iniciativas uma “sociedade civil ativa”, que não espera a ação do Estado e constrói laços de solidariedade para o pretendido bem comum. A própria concepção de justiça social é reelaborada pelo neoliberalismo e tal movimento conta com a adesão dos aparelhos privados hegemônicos. De acordo com essa visão, o indivíduo em permanente competição com os demais é o ponto de partida e de chegada da justiça social e, por isso: “Primazia da concorrência sobre a solidariedade, capacidade de aproveitar as oportunidades para ser bem-sucedido e responsabilidade individual são vistas como os principais fundamentos da justiça social” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 231).

Assim, conforme Neves (2005b), consolidam-se formas de associação voltadas para prestar serviços sociais, substituindo os movimentos reivindicatórios do período anterior. APHs diversos surgem em tal seara, focalizando nessa forma de ação política. Nesse contexto, a demanda por políticas públicas universais é reprimida por meio do direcionamento para as práticas individuais de voluntariado e de ações protagonizadas pelos organismos privados.

Essas iniciativas são sempre pontuais, localizadas e movidas pela urgência das “questões sociais” imediatas, como redução da miséria e da pobreza, “inclusão” dos vulneráveis e educação dos “excluídos”. De acordo com Fontes (2010), a abordagem de tais problemas de forma focalizada tem como consequência sua naturalização, já que eles são isolados da totalidade social da qual emergem. O problema social da pobreza, por exemplo, é tratado como um fato isolado e inevitável, e não como um produto das relações sociais estruturais continuamente construídas e reconstruídas. Pina (2016) dá fundamento a essa compreensão, explicitando que “[...] a expressão ‘questão social’ surgiu no campo teórico conservador para conceber o social como natural, a-histórico, desarticulado das relações de poder e do movimento das classes sociais” (PINA, 2016, p. 20). Essa terminologia separa o econômico do social, limitando as possibilidades de atuação da classe trabalhadora na definição das relações de produção que dão origem a seus problemas sociais.

De acordo com Neves e Sant’Anna (2005), o estímulo é à pequena política - localizada, pontual e conjuntural -, desincentivando a grande política referente às estruturas e contradições globalmente constituídas. Para Falleiros, Pronko e Oliveira

(2010), outra consequência desse processo é a reprodução de um sindicalismo de resultados, restringindo a atuação política à busca de interesses particulares, corporativos e limitados à ordem já existente.

Os fundamentos supracitados são essenciais para que caracterizemos as ações desses organismos privados como constitutivos de uma nova pedagogia da hegemonia. Conforme destacam Neves e Sant'Anna (2005), a redução da ação política às iniciativas colaborativas, pontuais e localizadas leva a classe trabalhadora a se envolver com projetos patrocinados por APHs que indiretamente reproduzem a grande política de conservação da ordem constituída, já que esta é aceita como um dado natural e inquestionável. Retomando Hellinger (2018), os aparelhos hegemônicos têm um papel-chave para difundir seus interesses de tal modo que eles pareçam expressão do conjunto da sociedade - nesse caso, as mudanças pontuais de redução das expressões mais visíveis da desigualdade, em meio à manutenção do sistema econômico capitalista e neoliberal, são tratadas como benéficas a todos.

Percebe-se, assim, que os organismos privados difundem novos senso comuns sobre o papel do Estado e da sociedade civil, configurando uma repolitização da política. Tal reformulação corresponde às demandas de reprodução da hegemonia burguesa, já que servem de impedimento para que a classe trabalhadora reconheça sua condição de exploração e se mobilize em iniciativas que a coloquem em questionamento. Por isso, essas organizações são tratadas aqui como APHs, ou aparelhos hegemônicos, entendendo que estas têm papel central na redefinição das concepções de cidadania e formação cidadã.

2.3 O MERCADO E A SOCIEDADE CIVIL

Uma face importante desse processo de repolitização da política é o patrocínio do mercado às ações de mobilização social. Para o neoliberalismo de Terceira Via este é um aspecto essencial, já que representa a pretendida conciliação entre justiça social e livre mercado. De acordo com Martins e Neves (2010), emerge como questão-chave na nova pedagogia da hegemonia a ideia da “responsabilidade social” de empresas, por meio da qual:

[...] a classe empresarial colocaria a serviço da sociedade sua experiência na condução dos negócios e seus preceitos de eficiência e produtividade em favor dos trabalhadores, de modo a estabelecer formas inovadoras de tratamento das “questões sociais”. (MARTINS, 2015, p. 298).

Sob tal égide, justifica-se a transferência de recursos das empresas para iniciativas sociais - como aquelas identificadas por nós no primeiro capítulo desta dissertação. Tais investimentos podem ir para fundações associadas às próprias empresas - tais como o Instituto Unibanco, o Itaú Social ou a Fundação Vale -, para entidades de seus sócios - como a Fundação Lemann -, ou para organizações privadas independentes - tal qual a *Politize!*.

Para Pina (2016), o conceito de “responsabilidade social” expressa uma inovação das estratégias da classe dominante para difundir sua ideologia e conquistar o consenso social. Martins (2015) mostra como essa formulação foi germinada no início da década de 1990 com o documento *Livre para crescer*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Nela, a fração industrial da classe dominante expressa a necessidade de “[...] mudar a imagem negativa do empresário junto à sociedade mediante exemplos concretos de comportamento ético” (FIESP, 1990, p. 45, *apud* PINA, 2016, p. 51). Reconheceu-se ali ainda a importância de incorporar as demandas por democracia e participação como forma de superar embates com a classe trabalhadora.

Esse documento é tratado pelo autor como produto e produtor de um processo de atualização das ações empresariais voltadas para a “questão social”. Tal fenômeno envolve a superação da noção fragmentada de filantropia e sua transformação em um projeto orgânico da burguesia para a reprodução de sua hegemonia. Conforme Williams (2011), é decisivo para as disputas de hegemonia a capacidade da classe dirigente de se apresentar como representativa dos interesses do conjunto da sociedade e, para isso, o mote da “responsabilidade social” cumpre papel-chave no neoliberalismo atual.

Tal formulação permite uma renovação da identidade da burguesia de forma que ela se torne mais capaz de ser uma classe dirigente por meio da formação de consensos, já que

[...] essas iniciativas empresariais de novo tipo seguem objetivos político-ideológicos que nem sempre estão evidentes à primeira vista, mas tendem a legitimar os empresários “socialmente responsáveis” como sujeitos político-coletivos compromissados com a construção de um “mundo melhor”. (PINA, 2016, p. 21).

Os empresários são assim alçados a um papel de destaque, tratados como aqueles capazes de abordar os problemas sociais de forma “eficiente” e “inovadora”, em oposição aos movimentos sociais reivindicatórios da classe trabalhadora que costumavam ter protagonismo nessa busca. A “responsabilidade social” da empresa é ressaltada como se fosse baseada em critérios de um bem comum e universal, enquanto as organizações reivindicatórias dos subalternos são associadas a interesses de classes, divisionistas e ultrapassados. Trata-se de um eficiente processo de seleção de significados, restringindo a percepção sobre o que é uma atuação com vistas à melhoria social.

Para Arantes (2000), conforma-se um processo de distorção refinado, que possibilita que conglomerados altamente lucrativos, como os que já abordamos aqui, apresentem-se como se fossem organizações não lucrativas, voltadas para o bem-estar da humanidade e para o “retorno ético e cidadão”. A consequência é a formação e proliferação de uma “fraseologia gerencial-cidadã” (ARANTES, 2000, p. 16) vazia compartilhada entre empresas, governos e instituições não lucrativas nem governamentais.

As associações patrocinadas pelo mercado voltadas para fins sociais constituem o que Martins e Neves (2010) denominam de “direita para o social”: um setor que atua em diversas frentes por meio da filantropia mercantil, direcionando a atuação social para atividades pontuais e paliativas. Tais iniciativas permitem aos adeptos do pensamento de direita ocupar o espaço que antes era reservado à esquerda, assumindo para si a imagem de eficiência e responsabilização perante as “questões sociais”. De acordo com Martins (2015):

Nesse processo, as ações burguesas destinadas a educar os trabalhadores acabaram resultando na reeducação da própria classe burguesa, gerando uma direita para o social. Na atualidade, a ideologia da responsabilidade social vem permitindo a essa classe não só reforçar a sua identidade política como também realizar um intenso trabalho de difusão de novos parâmetros de participação, de cidadania e de coesão social para o conjunto da sociedade. (MARTINS, 2015, p. 274).

Para Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), esses novos fundamentos são aspectos centrais do neoliberalismo de Terceira Via, já que seus representantes se propõem a expressar uma superação da polarização entre uma esquerda social e uma direita neoliberal radical. Em uma aparente superação desse conflito, os setores da direita reconhecem a importância das demandas sociais mas as direcionam para o mercado e/ou para o Terceiro Setor, enquanto afirmam a incapacidade da esfera estatal diante de tais demandas. Conforme demonstram Dardot e Laval (2017), o mercado é tratado como uma via de expressão das virtudes humanas, enquanto o Estado é abordado de forma oposta. De acordo com esse novo senso comum,

[...] o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua “sede de lucro”, porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 205-206).

Outra face importante desse fenômeno é que ele fundamenta o avanço do capital sob as políticas sociais. Se os empresários são aqueles capazes de fazer uma ação “responsável” e “eficiente” para um “mundo melhor”, então parece justo que eles ocupem papel-chave na formulação e na aplicação das ações voltadas para a melhoria social. A contrarreforma estatal da década de 1990 foi, assim, acompanhada do aperfeiçoamento das iniciativas empresariais voltadas para a área social e da paralela difusão de um senso comum que as legitime. Não se põe em questão se determinadas formas de melhoria social não poderiam implicar um enfrentamento dos interesses desses empresários. No mundo aclamado por sua suposta superação dos conflitos sociais passados, a mera possibilidade dessa hipótese não é nem tratada como tal, sendo ocultada e excluída de antemão dos debates públicos.

A vanglorização do mercado como via de justiça social é, assim, somada à depreciação do Estado e à exaltação da sociedade civil, conformando uma nova estrutura de ação e um novo senso comum. Tais princípios se traduzem em uma renovada pedagogia da hegemonia do bloco histórico dominante, que difunde formas correspondentes de sociabilidade ao conjunto da sociedade.

3 REPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA E A FORMAÇÃO CIDADÃ EM TEMPOS DE APHS

A desmemória / 3

Nas ilhas francesas do Caribe, os textos de história ensinam que Napoleão foi o mais admirável guerreiro do Ocidente. Naquelas ilhas, Napoleão restabeleceu a escravidão em 1802. A sangue e fogo obrigou os negros livres a voltarem a ser escravos nas plantações. Disso, os textos não dizem nada. Os negros são os netos de Napoleão, não as suas vítimas. (GALEANO, 2002, p. 62).

A redefinição sobre os papéis do Estado, da sociedade civil e do mercado delimita os marcos da nova pedagogia da hegemonia neoliberal. Uma das consequências desse processo é a reformulação dos sentidos da política e a reorganização dessa esfera social. No presente capítulo, propõe-se analisar esses fenômenos e suas implicações para a formação política e cidadã.

3.1 DESPOLITIZAÇÃO E REPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA

A nova pedagogia da hegemonia neoliberal tem importantes implicações para a conformação de visões específicas sobre ação política, cidadania e formação cidadã. Conforme visto no primeiro capítulo, grandes empresas e organizações privadas diversas compartilham um vocabulário e um conjunto de iniciativas referentes a tal esfera.

Os aparelhos privados hegemônicos autodenominados “não governamentais e sem fins lucrativos”, sob patrocínio do mercado, disputam “[...] palmo a palmo – dispendo de fartos recursos –, os conteúdos dos termos sociedade civil e democracia” (FONTES, 2010, p. 201), assim como os demais referentes à ação política. Para Fontes (2021), um conjunto de expressões referentes à transformação social são apropriadas pelos APHs e por empresas e repetidos constantemente, saturando seu sentido em uma direção determinada. Retomando Williams (2011), na disputa pela hegemonia,

[...] o ponto-chave é a seleção - a forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos. De modo ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos ou colocados em formas que dão suporte ou, ao menos, não contradizem os outros elementos dentro da cultura dominante eficaz. (WILLIAMS, 2011, p. 54).

Faz-se necessário, portanto, compreender quais significados relacionados à cidadania são selecionados pelos APHs e pelas empresas e de que forma outros sentidos possíveis são reinterpretados por eles. A repetição à exaustão de termos como “cidadania”, “transformação”, “mudança”, “bem comum” por parte desses agentes não pode ser tomada como uma simples adesão a essas ideias, e sim como uma via de formulação e difusão de determinadas interpretações dessas expressões. Tal seleção expressa uma visão de mundo específica, que nos casos aqui analisados se associam à reprodução da hegemonia constituída.

Segundo Fontes (2021), o processo de incorporação da hegemonia burguesa contemporânea envolve a deturpação das visões de mundo e das práticas que possam ser perigosas às fronteiras permitidas pela classe dirigente. Williams (2011) evidencia que, para a constituição da hegemonia burguesa, determinados sentidos alternativos de mundo podem ser tolerados e acomodados, desde que não extrapolam as barreiras determinadas pela classe dirigente. As ideias e práticas que negam tais limites são de oposição e, por isso, combatidas pelas forças capitalistas. Mas esse combate é sempre acompanhado por táticas de acomodação mais sutis aos olhos nus. Trata-se de um aspecto central para o adequado equilíbrio entre força e consenso. A recorrência de expressões associadas à transformação social por parte de empresas e aparelhos representativos dos grupos dominantes é, assim, peça-chave na busca pela hegemonia: “A atuação burguesa prima pelo esvaziamento do sentido original dos termos nos quais estão vazadas as reivindicações classicamente defendidas pelos subalternos e trabalhadores. Esterilizados, os termos serão repetidos *ad nauseam*.” (FONTES, 2021, p. 70).

Nessa utilização permanente de expressões com potencial contra-hegemônico distorcidos pelo capital, Arantes (2000, p. 13), pertinentemente, questiona: “Como desarmá-los, e dar o nome certo à coisa certa?”. Concordamos com o autor, para quem é necessário desvendar essa *novilíngua* - um sistema de simulacros.

Fontes (2021) evidencia que há uma luta de classes na linguagem. Não se trata de uma “guerra de narrativas”, ou de uma disputa meramente de discursos e ideias. As práticas envolvidas nessa disputa estão implicadas na relação de dominação. A hegemonia que sustenta a exploração de classe é fortalecida pela capacidade de produção de sensibilidades e sociabilidades adequadas entre os trabalhadores. Também para Arantes (2000), a luta política é, em grande medida, traduzida a partir

da batalha pelo sentido das palavras. Esse processo é ainda mais acentuado na disputa dos termos referentes à própria ação política.

Uma primeira característica das concepções difundidas por esses atores é destacada por Colombo (2018): a transformação social é tratada como equivalente à atuação dos APHs, tirando o espaço para outras propostas de mobilização e mudança. Formas clássicas, como organizações partidárias, movimentos sociais, manifestações de rua, greves, não entram no rol das vias possíveis para a conquista de mudanças. Proliferam-se, por isso,

Espaços obviamente de “participação”, e mais enfaticamente, de “participação cidadã”, irrigados por “canais de interlocução”, através dos quais governo e a supracitada sociedade civil “aprendem a pensar e agir juntos”, constroem plataformas para futuras “parcerias” e novas “interações”, conferem “visibilidade” a iniciativas “emergentes”, promovem a “cidadania ativa”. (ARANTES, 2000, p. 12).

Tais espaços são apresentados à população como a única via adequada para a participação política. Ao sujeito político é estimulada uma ação pautada pela ideia de colaboração com governos e com empresas. Segundo Colombo (2018), essa é uma das principais transformações da sociabilidade política neoliberal: o “[...] novo ‘cidadão-voluntário’, ao invés de reivindicar direitos, torna-se colaborador” (COLOMBO, 2018, p. 46). Esse novo cidadão não se relaciona mais com os poderes constituídos a partir de processos de mobilização e reivindicação. Pelo contrário, a cidadania é igualada à disposição de auxiliar o poder político e econômico para fornecer serviços à população. Diante de tal formulação, no neoliberalismo,

A cidadania não é mais definida como participação ativa na definição de um bem comum próprio de uma comunidade política, mas como uma mobilização permanente de indivíduos que devem engajar-se em parcerias e contratos de todos os tipos com empresas e associações. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 232).

Dessa forma, o mercado dirige a atuação da sociedade civil e restringe as possibilidades de ação cidadã. O capital aparece não apenas no patrocínio a iniciativas sociais e políticas, mas na determinação de uma lógica empresarial dessas mesmas ações. De acordo com Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010), uma consequência desse fenômeno é que as decisões políticas não são justificadas por concepções de mundo, e sim por atributos como inovação, praticidade e eficiência.

Nessa forma de ação política, estão excluídas as possibilidades de atividades que reivindiquem controle sobre as políticas econômicas. Conforme Martins (2009), a concepção que orienta os aparelhos hegemônicos “[...] advoga a importância da ‘cidadania ativa’, da ‘coesão social’ e da participação na vida do país e elimina, por mecanismos políticos e legais, a participação sobre a economia” (MARTINS, 2009, p. 132). As definições sobre capital e trabalho passam, portanto, à margem da afirmação da participação cidadã, seguindo nas mãos de um seletivo grupo.

As questões econômicas são tratadas somente por meio da lógica da urgência, do imediatismo e da “inclusão”. É exaltado o atributo do “realismo” para a solução de problemas imediatos, como oposição à movimentação por reivindicações que não são facilmente realizáveis e que demandam uma transformação global da sociedade. O foco na diminuição dos problemas sociais visíveis e urgentes é acompanhado do ocultamento das condições sociais que a originam, cristalizando-os. Os problemas sociais são reificados, já que são isolados de sua inserção na totalidade e naturalizados como questões pontuais, inevitáveis e sem relação com a atividade humana na base econômica. Prevalece a atuação humana parcial, cega diante dos grandes antagonismos e inoperante diante das possibilidades de mudanças estruturais.

Trata-se, segundo Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010, p. 105), de “[...] uma nova cultura política que se sobrepõe às relações de classe e às divisões tradicionais entre esquerda e direita”. Como as grandes temáticas políticas e econômicas não são colocadas em discussão, ocultam-se as divergências em torno delas. Em vez de os cidadãos compreenderem os antagonismos e se localizarem conscientemente neles, eles são estimulados a uma ação política que não leva em conta tais conflitos. Emergem temas como sustentabilidade, comunicação e inclusão, tratados como demandas universais a serem realizadas por todos e para todos igualmente.

Trata-se de um primeiro movimento estrutural denominado despolitização da política. A esfera do poder não é posta em discussão, e os conflitos em torno dela são tratados como ultrapassados. Para Caetano e Peroni (2022), forma-se uma cidadania despolitizada - já que é alheia às divergências políticas globais. A participação cidadã é, por isso, reduzida a termos morais, já que exclui de antemão a possibilidade de debate e ação sobre as questões políticas e econômicas estruturais. Conforme Lima e Martins (2005), é defendida a renovação da sociedade civil como se fosse um

imperativo ético universal, não transpassado pelas divisões sociais e de projetos de mundo.

A despolitização da política é acompanhada de um segundo movimento, de repolitização dessa esfera. Neves e Sant'Anna (2005) destacam que os aparelhos hegemônicos do neoliberalismo de Terceira Via estimulam uma ação política voltada para soluções individuais. Conforme destaca Pina (2016), os princípios estimulados são da liberdade de escolha, da autonomia e da autoconfiança, tendo como foco o sujeito isolado de sua condição social. Por isso, caminha com a exaltação da sociedade civil o direcionamento de sua participação social ao empreendedorismo. Partindo do mesmo foco no indivíduo, o neoliberalismo deprecia a igualdade social como valor e impulso à ação política, afirmando a liberdade individual como referencial moral máximo.

Na nova cidadania afirmada por APHs, empresas e governos, o foco é direcionado à formação da coesão social por meio de acordos, consensos e colaborações. Trata-se como central a formação de uma “[...] coesão cívica - ou coesão social por intermédio da disseminação de posturas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas” (LIMA; MARTINS, 2016, p. 52), restaurando a “solidariedade perdida” pelas disputas tidas como ultrapassadas. Nessa política repolitizada, todas as formas de conflito são interpretadas como expressivas de um sujeito inadequado e incapaz de atuar de forma flexível e colaborativa. Por isso:

[...] temas antigos, como "cidadania", "igualdade", "participação", "democracia", e novos, como "empreendedorismo", voluntariado", "responsabilidade", dentre tantos outros, são tratados sob uma abordagem pedagógica que os distancia do conflitivo e antagônico processo de construção social que os define. (LIMA; MARTINS, 2005, p. 65).

Trata-se de um aspecto imprescindível do novo direcionamento feito à ação política e à participação cidadã. O resultado é o estímulo ao ocultamento das desigualdades e das divergências e à conciliação entre classes sociais com necessidades opostas. O duplo movimento de despolitização e repolitização da política é revelado em sua essência:

Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetos de sociedade contestadores das relações capitalistas de produção da existência, limitando as possibilidades de mudança aos marcos de um reformismo político. E repolitização da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzem à conciliação de classes. (MELO, 2005, p. 90-91).

Assim, o fenômeno da repolitização no neoliberalismo implica a tentativa de redução da política à ação da sociedade civil pautada nos princípios da colaboração de classes. A pertinente demanda por participação política é incorporada de forma aparente, ao mesmo tempo em que reforça a exclusão de amplas camadas da população às grandes decisões que afetam seu cotidiano. A cidadania que é *glamourizada* é equivalente a atividades imediatas, pontuais, empreendedoras e filantrópicas, direcionadas pela ação empresarial e pautadas na lógica privada, parcial e competitiva. A participação da sociedade civil é estimulada desde que mantenha ocultos e intactos os fundamentos da dominação de classe.

Como esses termos são repetidos à exaustão por agentes com força e influência, seus novos significados se difundem a tal ponto que eles impregnam o senso comum. Segundo Arantes (2000), a luta pelo significado das expressões é encabeçada pelas forças dominantes de tal modo que ocorre uma “[...] implosão semântica do léxico dos ‘direitos da cidadania’” (ARANTES, 2000, p. 21). A ação política é separada dos grandes debates estruturais e do conflito, sendo abordada como se fosse igual à ação individual voluntária e cooperativa. A luta por direitos é substituída pela demanda por serviços privados. A participação social é tornada equivalente à cooperação entre o mercado, o Estado e a sociedade civil “renovada” expressa nos APHs. E assim a retirada de direitos universais é legitimada em nome da participação cidadã. Trata-se de uma *novilíngua*, que se apropria de termos da mobilização popular e oculta referências às classes sociais e à exploração do trabalho.

Fontes (2008) evidencia que o objetivo fundamental dessas novas concepções de ação política e cidadania é a disciplinarização da classe trabalhadora e a incorporação de valores e conformações psicofísicas correspondentes às demandas neoliberais, com o reforço permanente à ação individual, ao empreendedorismo e à mútua assistência entre grupos com interesses distintos. De acordo com Martins (2015), trata-se de uma forma eficiente de disputa da hegemonia na sociedade, já que:

A eficácia do método está justamente na capacidade de a “direita para o social” produzir um discurso progressista que incorpora subordinadamente os enunciados políticos que orientavam a organização autônoma dos trabalhadores na resistência às formas de exploração para esvaziá-los de seus significados históricos, visando produzir novos sentidos. (MARTINS, 2015, p. 302).

Trata-se, portanto, de um processo de incorporação aparente das demandas dos sujeitos explorados, direcionando-as à lógica dominante. Os temas estruturais da política são ocultados e, em seu lugar, emergem discursos que focam a liberdade individual e a resolução pontual de alguns problemas sociais e políticos. Conforme Neves e Sant'Anna (2005), esse processo exclui os trabalhadores de decisões da grande política que estrutura a sociedade.

3.2 A FORMAÇÃO CIDADÃ E A EDUCAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA

O conjunto dessas concepções é difundido pela classe dominante por meio de vias diversas. Os aparelhos hegemônicos tradicionais, como mídia, escola e instituições religiosas cumprem um papel importante nesse sentido, sob direção da burguesia. Além disso, são patrocinados aparelhos novos com iniciativas direcionadas para a formação política da classe trabalhadora - que constituem o foco da presente pesquisa. Fontes (2021) destriňa a atuação dos APHs criados por empresários e voltados para a classe dominada, que

[...] começa pela mimetização de sua aderência filantrópica a algumas causas populares, segue pelo financiamento (através de APHEs¹⁸ ou de empresas) para algumas organizações populares selecionadas, que se tornam dependentes de tais recursos. (FONTES, 2021, p. 70).

Percebe-se uma ação semelhante às diversas formas históricas que a classe dominante adotou para controlar as lutas sociais e sindicais, utilizando seus recursos financeiros para impor determinados sentidos compartilhados e cooptar atores selecionados. As reivindicações dos trabalhadores são transformadas em demandas de mercado e ajustadas aos marcos definidos pela classe dirigente, tornando-se restritas e parciais.

Soma-se a isso a cooptação feita com a ajuda de programas de seleção e formação de lideranças oriundas das classes subalternas, por meio de redes de APHs e de empresas. Para Farias (2021), trata-se de uma expressão do fenômeno de mercantil-filantropização da atuação da sociedade civil. Fontes (2021) percebe uma generalização dessas iniciativas voltadas para construir novos dirigentes políticos, que

¹⁸ Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais

serão analisadas no capítulo quatro desta investigação. Tais ações estimulam a formação de lideranças da classe trabalhadora que aplicarão as formulações políticas das classes dominantes.

As concepções difundidas impregnam o senso comum, reforçadas por diversas cerimônias de premiações a associações e indivíduos exemplares de acordo com os critérios da classe dirigente. O aparato de prêmios pagos por empresários a lideranças oriundas da classe trabalhadora focaliza “[...] ‘boas práticas’ (!) de cunho gerencial” (FONTES, 2021, p. 72), camuflando diferenças políticas e de classe social. Conforme Fontes (2021), não é uma atuação isolada, e sim levada à frente de forma compartilhada pelo Estado e pelos APHs. Tais iniciativas contribuem para a nova pedagogia da hegemonia neoliberal, premiando empreendedores, educadores e filantropos e, assim, reproduzindo determinadas concepções de política e de mundo.

Os *think-tanks* estadunidenses são exemplares desse processo, configurando-se como organizações privadas patrocinadas por empresários e que se apresentam ao grande público como portadoras da mais alta capacidade teórica e prática para direcionar os rumos da ação dos sujeitos. Eles voltam-se à produção e à difusão de conhecimento a partir de sua visão de mundo neoliberal. Patrocinam ações de formação teórica, preparação de lideranças e premiações voltadas àqueles que reforçam as concepções que eles defendem. Dardot e Laval (2017) destacam que essas iniciativas contam com a ampla divulgação da mídia hegemônica, dependente dos meios empresariais. Conforme percebem Caetano e Mendes (2005) ao analisar a reprodução desse modelo pelos APHs brasileiros:

O interesse pela busca de soluções para problemas globais em áreas como meio ambiente, saúde, educação, defesa, entre outras, confere a essas organizações, que não tem a finalidade do lucro, legitimidade para penetrarem na mídia e divulgarem seus projetos e percepções sobre os melhores encaminhamentos que devem ser adotados por diferentes níveis de governo. (CAETANO; MENDES, 2005, p. 4).

Assim, os APHs legitimam sua atuação apresentando-se como portadores do interesse público, contando com a divulgação dos meios de comunicação hegemônicos. É importante destacar que, por meio desses mecanismos, forma-se um ciclo completo de influência: o grande capital difunde um senso comum que legitima a atuação dos APHs que atuam conforme seus princípios, e patrocina a formação de lideranças que levem à frente essas ideias. Tais lideranças ocupam espaços de poder

político e, nessa esfera pública, são adotadas políticas que reforçam justamente o poder dos aparelhos e das forças hegemônicas que os sustentam. Essa tripla conexão entre os APHs, o governo e o capital é ocultada, já que

[...] essas transfusões entre poder, dinheiro e cultura associativa não seriam simbólica e materialmente funcionais se não houvesse um nítido “contraste normativo” entre os valores comuns aos dois primeiros subsistemas e o Terceiro Setor, que por isso mesmo pode se apresentar como o portador da promessa de uma bem próxima harmonia das esferas, a integração possível e desejável de Estado, Mercado e Sociedade Civil. (ARANTES, 2000, p. 22-23).

Percebe-se, portanto, que é chave para a reprodução da hegemonia a aparente separação entre as três esferas. A suposta autonomia dos aparelhos da sociedade civil serve como justificativa para sua profunda conexão com os poderes econômico e político. Esse processo de distorção permite a legitimação da nova forma de abordar a política, que

[...] generaliza – e exige – uma forma de ser competitiva e inflexivelmente empreendedora, sob condições de urgência, que se opõe imediatamente às expressões que a justificam: filantropia, cidadania, solidariedade e responsabilidade. (FONTES, 2008, p. 222).

Nota-se, assim, que na dinâmica de repolitização da política, “[...] nesse mundo das coisas trocadas e com significados intercambiáveis a ponto de não dizerem mais nada salvo o seu contrário” (ARANTES, 2000, p. 32), a ação cidadã é pautada por princípios contraditórios àqueles propagados publicamente. Espera-se que da competição nasça a solidariedade, do individualismo emerja a colaboração, do empreendedorismo surja a cidadania. Os sentidos de expressões potencialmente mobilizantes são invertidos pelos APHs e transformados em fonte de lucro e de dominação. Trata-se de formulações que, conforme Fontes (2008), são simultaneamente adaptadas aos novos tempos e adaptadoras a eles.

Diante dos processos de repolitização da política e da sociedade civil, ganha destaque a ideia de que a educação deveria cumprir um papel cerne para formar o novo cidadão-voluntário, “pró-ativo”, “colaborativo” e que leve à frente a propaganda “participação social”. A ideia clássica moderna de uma educação que forme cidadãos aptos a participar da sociedade é adequada às características da contemporaneidade.

Conforme destacam Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010), a concepção de formação cidadã que é veiculada pelas forças hegemônicas neoliberais

associa a educação à teoria do capital social. Segundo essa vertente, o capital social seria fator determinante do progresso de uma sociedade e deveria ser desenvolvido através da educação. Em uma formulação difundida pela ONU e pelo Banco Mundial, tal capital se refere à força que uma comunidade tem para solucionar seus problemas por meio da colaboração entre os grupos sociais. Os defensores dessa teoria tratam, portanto, os laços de confiança e cooperação como decisivos para o desenvolvimento de uma sociedade. Sob tais pressupostos,

[...] a elevação do capital social orientaria a organização de grupos de indivíduos engajados na solução de problemas (pobreza, geração de trabalho e renda, assistência social, educação, etc.) sem a intermediação direta do aparelho de Estado. Seria assim referência para incentivar voluntariado e colaboração, tornando pessoas menos dependentes de políticas sociais e mais responsáveis por suas vidas. (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2005, p. 139).

Percebe-se princípios que derivam diretamente da concepção geral da nova pedagogia da hegemonia neoliberal. Para que se forme o novo homem coletivo, adequado a tais pressupostos, é tratada como central a formação cidadã, ou seja, uma educação voltada para formar sujeitos “ativos”, “colaborativos” e “propositivos” na solução de problemas imediatos, abdicando da demanda por direitos universais.

Trata-se de uma concepção que atualiza a teoria do capital humano, que enfatizava a necessidade de educação da classe trabalhadora para se tornar mais produtiva e, assim, colaborar com o desenvolvimento de uma sociedade. A adesão ao conceito de capital humano foi um passo importante para responsabilizar o indivíduo pela sua própria condição e pela situação geral da comunidade na qual ele se insere. Sob orientação de tal concepção, “[...] cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 198). Conforme Lima e Martins (2005) evidenciam, essa formulação faz uma associação direta e, por isso, a-histórica, entre a produtividade individual e o desenvolvimento de uma sociedade. A atualização dessa teoria combinada à categoria do capital social

[...] revela que, além de ser educada enquanto força de trabalho, a classe trabalhadora precisa ser formada também para viver em sociedade, para exercer a cidadania e contribuir para a coesão social nos marcos do que se designa de “liberdade de mercado com justiça social” – o suposto capitalismo de face humanizada. (MARTINS, 2015, p. 310).

A saída para a adequada formação da classe trabalhadora seria, portanto, a inculcação de hábitos colaborativos e valores morais que se apresentem como universalmente válidos e positivos para todos. Com isso, forma-se o “cidadão-voluntário”, que contribui para a coesão social e para o suposto respectivo progresso de uma sociedade.

Não é à toa, portanto, que muitos aparelhos hegemônicos se voltem para a educação, de forma mais geral, e para a educação política, de forma mais restrita. Muitos deles são patrocinados pelo mercado e constitutivos da “direita para o social” caracterizada por Martins (2015). O autor sintetiza os fundamentos da educação política de tal setor, que buscamos aqui destrinçar.

O primeiro eixo destacado por Martins é a consolidação da ideia de que não há mais antagonismos entre grupos sociais, e sim diferenças que podem ser neutralizadas pela busca de um bem comum. A educação para a cidadania deveria, portanto, ter como centro a formação de um *ethos* colaborativo do sujeito que busca demandas pretensamente universais. À tal concepção se soma a reelaboração da categoria solidariedade, equivalendo-a à colaboração pontual e circunstancial entre grupos sociais diversos. Com isso, esvazia-se o ideário de uma solidariedade orgânica de uma classe social. Para a formação cidadã, essa formulação implica o estímulo do cidadão com atuação política filantrópica e localizada.

O terceiro aspecto é a exaltação do individualismo, da meritocracia e da competição, tratando tais princípios como constitutivos da natureza humana e, portanto, inquestionáveis. A educação política deveria, por isso, formar um sujeito que faça o empreendimento contínuo de si mesmo, sendo eficiente para destacar suas próprias qualidades e achar formas “pró-ativas” e “inovadoras” tanto para ascender economicamente, quanto para participar politicamente.

A tais fundamentos se junta um quarto: a reprodução de conceitos e hábitos que naturalizam os fenômenos sociais, dando-lhes explicações simplificadoras e ahistóricas. Os problemas e dilemas sociais são abordados de forma reificada, ocultando a ação humana e as condições sócio-históricas a ela associadas. A formação cidadã é, por isso, pautada pela direita para o social, por meio de uma nova abordagem dos fenômenos sociais e políticos - estes são isolados desde a elaboração teórica até a ação prática correspondente. Valores humanistas são exaltados, mas destituídos da historicidade e do conflito.

O quinto eixo destacado por Martins é a difusão da percepção de que o capitalismo é o estágio final de evolução da humanidade, demandando somente um aperfeiçoamento para a preservação da vida e do meio ambiente. A formação cidadã é, pois, altamente restrita à educação sobre pautas ambientais e sobre as questões mais urgentes de degradação humana. A tarefa final seria a humanização do capitalismo.

Trata-se de uma importante reformulação das ideias de formação cidadã. Os princípios sintetizados pelo autor revelam um eficiente processo de transformação nas bases teóricas e éticas da burguesia em um referencial comum para as concepções e ações dos demais grupos sociais. Segundo destacam Caetano e Mendes (2020), assegura-se, assim, que a lógica mercantil seja tomada como inevitável, natural e universal.

Essas formulações têm alta incidência na educação pública. Conforme destacam as autoras, as organizações privadas voltadas para a educação agem diretamente das elaborações de políticas públicas educacionais e indiretamente convencendo o senso comum de suas próprias formulações e de sua capacidade para melhorar o ensino do país. No início da cadeia, APHs difundem visões de mundo que exaltam o esforço individual, o mérito, a liderança e o empreendedorismo como fundamentos da formação de um cidadão. Na outra ponta deste processo, legitimam sua participação na elaboração das políticas para a educação, já que se apresentam como os sujeitos exemplares dos valores que eles mesmos difundem¹⁹. Assim, produz-se um consenso sobre a indispensabilidade da participação privada na educação cidadã, seja por meio de empresários, seja por meio dos APHs.

¹⁹ Há uma vasta literatura que mostra a influência dos APH na elaboração dos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira, tais como, a BNCC e o Novo Ensino Médio. Recomendamos Tarlau e Moeller (2020) para essa discussão.

3.3 A EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A INFLUÊNCIA DOS APARELHOS HEGEMÔNICOS

Os documentos que fundamentam a Educação Básica brasileira apontam para as problemáticas da educação cidadã e são expressivos sobre a influência dos APHs na definição da formação básica e na repolitização da política nacional. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, afirma-se que o objetivo da Educação Básica é assegurar ao educando “[...] a formação comum indispensável para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1996). Propõe-se que o conteúdo deve levar em conta, entre outras diretrizes, a “[...] difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta o ensino em todas as etapas da Educação Básica, utiliza a cidadania como estruturante de sua proposta, por meio do conceito de competências. O currículo afirmado pela BNCC é moldado a partir da concepção de desenvolvimento de competências, definidas como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018a, p. 8).

Assim, as competências são tidas como ferramentas para acessar formas de saber e saber fazer que permitam enfrentar as diferentes demandas da vida cotidiana, entre as quais destaca-se o exercício da cidadania e a adesão a determinados valores e atitudes.

A BNCC afirma como foco de aprendizado “[...] os estudantes e suas experiências como jovens cidadãos” (BRASIL, 2018a, p. 472). Tal proposta se insere no projeto de educação integral que se propõe a desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões, dentre as quais a da sua vida como jovem cidadão, normalmente iniciante na vida democrática e eleitoral. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) (BRASIL, 2018b) vão no mesmo sentido, inserindo como objetivo do Ensino Médio a formação integral do jovem, promovendo sua autonomia, seu comportamento cidadão e seu protagonismo na construção do projeto de vida.

Não há nesses documentos, entretanto, uma definição nítida do que significa tal formação cidadã. No trecho em que a BNCC delimita de forma direta essa questão,

a tarefa de construção da cidadania é tratada como um exercício permanente que passa pela participação política, pelo debate de ideias crítico, livre, autônomo e respeitoso e pela responsabilização perante a direitos e deveres.

A elaboração da BNCC representa um importante passo na promoção da visão dos APHs e é significativa sobre como operam esses organismos para a constituição de hegemonia. Tarlau e Moeller (2020) analisam o processo de aprovação deste documento, destacando que ele foi aceito por amplos atores em uma velocidade incomum - ainda mais levando-se em consideração que seus debates e sua implementação se deram em meio a agudas crises políticas no país durante a transição entre os governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB). Para as autoras, essa peculiaridade expressa a alta capacidade de fundações privadas filantrópicas de constituir blocos hegemônicos para direcionamento de políticas públicas educacionais. Tal atributo é reforçado por instituições multilaterais, como Banco Mundial e ONU, que incentivamativamente a participação de atores privados na educação pelo mundo.

Tarlau e Moeller (2020) analisam o processo de aprovação deste documento e denominam esse fenômeno como “consenso por filantropia”, que ocorre

[...] quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita. (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 554).

A expressão salienta a formação de um consenso sobre a atuação de organismos privados que, por meio da filantropia, ganham legitimidade para influenciar as políticas públicas educacionais. As organizações da sociedade civil são tomadas como um reino da eficiência, da harmonia e do bom senso. As autoras destacam que 12% do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) participaram da elaboração desse documento entre 2015 e 2016 (GIFE, 2016 *apud* TARLAU; MOELLER, 2020). Entre eles, cumpriu papel de pioneirismo e protagonismo a Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann - o então homem mais rico do país.

Tarlau e Moeller (2020) demonstram que essa organização se apoiou na experiência estadunidense de construção do *Common Core*, um currículo nacional gestado pela Fundação Gates e apoiado por amplos setores, extrapolando as

fronteiras partidárias. Conforme as autoras, a Fundação Lemann direcionou a elaboração da BNCC por meio de quatro eixos de atuação: 1) disponibilização de recursos materiais, sendo diretamente responsável financeiramente por encontros que discutiram e redigiram o documento; 2) patrocínio à produção de conhecimento sobre o assunto, organizando seminários, financiando a vinda de palestrantes internacionais, traduzindo documentos internacionais e financiando pesquisas e relatórios sobre o tema – assim, oferecendo uma base de formação para agentes governamentais e demais atores do campo; 3) utilização de seu poder para difundir suas concepções na mídia, influenciando jornalistas e disputando ativamente uma narrativa específica sobre a BNCC na opinião pública; e 4) constituição de redes formais e informais de associações da sociedade civil, políticos e especialistas em educação nacionais e internacionais, que conformaram o Movimento pela Base Nacional Comum, em defesa dessa política.

De acordo com Tania Li (2007, *apud* TARLAU; MOELLER, 2020), cumpriu papel-chave na constituição dessa hegemonia o direcionamento do debate educacional a uma discussão técnica. Dessa forma, as divergências políticas não foram postas em debate, e os problemas encontrados foram direcionados a discussões de “eficiência”. Esta foi tratada como uma questão restrita ao terreno de “especialistas”, que teriam as “soluções” adequadas aos problemas a partir de critérios “técnicos”. Não é ocasional que a Fundação Lemann tenha investido recursos materiais e humanos para alocar determinados “especialistas” - em sua maioria estrangeiros - como protagonistas da discussão do currículo brasileiro.

Conforme analisa Pina (2016), o direcionamento de políticas públicas educacionais por empresários é um fenômeno comum na atual fase do neoliberalismo:

[...] classe empresarial vem fazendo uso de um requintado aparato de organismos e intelectuais, que não só formula sobre os desafios da educação brasileira, mas, também, apresenta as “soluções” para os problemas constatados, difundindo o entendimento de que a política educacional em nosso país deveria seguir os princípios da racionalidade econômica (PINA, 2016, p. 23).

O amplo leque de iniciativas citado foi decisivo para a conformação da hegemonia da Fundação Lemann nos debates educacionais brasileiros, cacifando-a para apresentar tanto os problemas, quanto as soluções nesse âmbito. Tal atuação foi tão eficiente que “[...] o apoio à BNCC tornou-se rapidamente um “senso comum”

educacional no Brasil, defendido por um conjunto diversos de atores, por diversas razões, transformando assim qualquer divergência com a BNCC em irracional, ilógico e, no mínimo, ideológico” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 580). Em um resultado expressivo da conformação de um bloco histórico hegemonic, os significados formulados pela Fundação e por sua rede foram tão amplamente difundidos que a BNCC “[...] parecia um acontecimento natural e inevitável” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 578). Isso tornou-o capaz de enfrentar as crises políticas do Brasil sem abalar o consenso hegemonic em torno da política para a educação.

A capacidade de conformar um bloco hegemonic amplo em torno dessa política pública é expressiva sobre a forma de atuação dos APHs. Conforme destacam as autoras, essa característica revela uma aptidão crescente das fundações privadas de atuar como partidos da classe dominante nos termos gramscianos, unificando atores dispersos e divergentes em torno de interesses em comum, direcionados por um aparelho hegemonic. Trata-se de um caso exemplar a respeito de um fator que Gramsci (2007) considera chave na constituição da hegemonia: a capacidade de um agente privado da classe dominante de se associar a outros atores e fazer corresponder seus próprios interesses a um objetivo compartilhado por muitos. Segundo Fontes (2010), é decisivo que tal objetivo seja descolado de sua origem, apresentando-se como representante de uma unidade nacional e de um interesse geral. Para Tarlau e Moeller (2020), o Movimento pela Base Nacional Comum é produto desse processo: impulsionado e patrocinado desde o início pelo empresário Lemann, foi depois transformado em um movimento de amplo apoio cuja identidade se desassociou de seu fundador.

De acordo com Eduardo Deschamps, então vice-presidente do Consed e posteriormente parte da rede da Fundação Lemann e da *Politize!*, a ideia de criar um “movimento” mais amplo foi fundamental para a aceitação das propostas da BNCC. Segundo Tarlau e Moeller (2020), Deschamps considera que “[...] a decisão de criar um “movimento” fora provavelmente relacionada à necessária prudência da fundação ao tentar influenciar a educação pública como ator privado” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 580). Diante de uma possível rejeição à ideia de um empresário centralizar as decisões sobre o currículo público, considerou-se fundamental a constituição de um grupo mais amplo, desvinculado do protagonista inicial e passível de identificação por vastos setores da sociedade.

Outra expressão da atuação dos organismos privados como aparelhos hegemônicos na definição da educação é a profunda permeabilidade deles com o poder público. De acordo com a pesquisa das autoras, os encontros organizados pela Fundação Lemann para a construção de uma proposta para a BNCC envolveram funcionários estatais, como representantes das secretarias de Educação e do Ministério da Educação (MEC). O ponto de partida e a delimitação fundamental da Base foram definidos pela organização, que deixou a cargo dos representantes do poder público a materialização destes a partir dos critérios “técnicos” colocados de antemão. Entre tais representantes estava Eduardo Deschamps, então vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), posteriormente presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e hoje membro da organização *Politize!* e da rede de líderes da Fundação Lemann.

No Movimento pela Base Comum, pretensa representante da sociedade civil unificada, a permeabilidade com o setor público se repetiu:

Por volta de 2016, o Movimento pela Base tinha 65 membros e eram todos poderosos influenciadores no setor da educação. Essa rede incluía 30 lideranças de diferentes fundações, 19 funcionários governamentais, oito pesquisadores de universidades e sete políticos. (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 579).

Os limites entre os atores privados e os atores públicos ficam diluídos diante de tal articulação. Como resultado, Tarlau e Moeller (2020) chamam atenção para o fato de que o Movimento pela Base Comum teve acesso ao documento da BNCC antes de sua divulgação pública. Trata-se de uma única organização privada que recebeu uma política pública de forma exclusiva em meio a múltiplos atores da sociedade. Desde a elaboração inicial até a aprovação, passando pelo processo de discussão, a BNCC aparece, portanto, como um exemplo nítido da transferência do papel do Estado a organismos privados que se apresentam como representantes de um interesse público e universal. Trata-se de uma expressão da repolitização da política, a partir da diminuição do poder público e do fortalecimento do protagonismo de agentes privados. Com isso, tais atores se tornam capazes de “[...] refazer a educação pública à sua imagem e semelhança” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 555).

Destaca-se também a batalha pelo sentido das palavras operada pelos aparelhos hegemônicos no processo de definição da BNCC. Tarlau e Moeller (2020) chamam atenção para o uso do termo “movimento” para nomear essa articulação em

torno da aprovação da Base. A escolha desse vocabulário remete a um movimento social - grupo que se articula indivíduos por meios não institucionais para batalhar por determinadas causas. Já o Movimento pela Base foi uma união que envolveu empresários e atores governamentais. Apesar disso, foi colocado como legítimo representante da “participação” da sociedade civil.

Trata-se de um processo de inversão de significados que é percebido também na formulação do conteúdo da Base. De acordo com Fegadolli (2023),

Embora tenha um total de 600 páginas, a BNCC apresenta um texto vago e repetitivo, considerando ser um documento que deve ser a base para escolas de todo o país seguirem em seus processos educacionais. Cada disciplina/eixo possui unidades temáticas para cada ano/série escolar que se desdobram em habilidades específicas. De forma geral, seu conteúdo aborda o respeito à diversidade, a liberdade de religião, o pensamento crítico, a relação (e não luta) entre diferentes classes sociais, a preservação ambiental, o respeito aos indígenas, os direitos sociais, a democracia, a igualdade, os direitos humanos, a equidade, a defesa da ciência etc. [...] Vemos aqui a apropriação de um discurso que se aparenta progressista, mas que tem muito a conservar. (FEGADOLLI, 2023, p. 95).

O aprofundamento desses assuntos não é objeto desta pesquisa, mas se considera importante o destaque feito pela autora, porque diante dele a generalidade a partir da qual é tratada a temática da formação cidadã aparece como mais uma expressão de um mesmo fenômeno. Percebe-se a captura de vocabulários associados à transformação social e o paralelo esvaziamento de seus significados. No processo de elaboração da BNCC, as discussões direcionadas para o campo da técnica passaram longe do debate sobre o sentido das orientações presentes no documento. Conforme Tarlau e Moeller (2020), o preenchimento de seu sentido foi tratado como uma tarefa que geraria um atraso desnecessário. Diante do não debate, prevalecem as concepções oriundas dos setores hegemônicos na opinião pública e nos órgãos públicos educacionais.

4 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A DISPUTA DA FORMAÇÃO CIDADÃ: O CASO *POLITIZE!*

Celebração de bodas da razão com o coração

Se o passado não tem nada para dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, nos guarda-roupas onde o sistema guarda seus velhos disfarces.

O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciava a célebre profecia. Mas entre nós, é pior: as tragédias se repetem como tragédias. (GALEANO, 2002, p. 65).

Diante da centralidade da ideia de cidadania ativa nas formulações contemporâneas e da presença da formação cidadã como uma obrigatoriedade no ensino básico, diversas organizações privadas passam a fornecer caminhos e disputar os rumos dessa educação. Na presente pesquisa, optamos por selecionar iniciativas disponíveis no ambiente virtual com essa finalidade. Essa escolha está fundamentada na abrangência e na capilarização das plataformas digitais, que lhes permitem atingir grandes públicos ultrapassando fronteiras de tempo e de espaço geográfico.

Buscaremos neste capítulo destrinçar essas produções, propondo responder: quais são as concepções de ação política, de cidadania e de formação cidadã veiculadas pelos organismos? Em que medida elas correspondem às formulações neoliberais que pautam a nova pedagogia da hegemonia? Por qual classe social as ações são feitas e para qual classe social elas são dirigidas? Qual é sua conexão com o poder político e com o poder econômico? Tomaremos como caso exemplar a *Politize!*, mostrando sua rede de intersecções e sua organização. Esses dados são expressivos sobre como um APH atua repolitizando a política, disseminando nas grandes massas formulações correspondentes à formação da hegemonia neoliberal.

4.1 CONEXÕES PRIVADAS E PÚBLICAS: A REDE DE RELAÇÕES DA *POLITIZE!*

A *Politize!* organiza suas ações de modo que elas podem ser agrupadas em três frentes: a primeira envolve conteúdos digitais abertos sobre temáticas diversas associadas pelas organizações à cidadania; a segunda é constituída de produtos voltados para a Educação Básica, muitas vezes adotados pelo poder público - como

na elaboração de currículos completos de itinerários formativos ou disciplinas eletivas; já a terceira frente de atuação é direcionada à formação de “jovens lideranças”.

As iniciativas desse terceiro grupo são representativas sobre como a *Politize!* e os organismos privados atuam na produção e na difusão de determinados sentidos de ação política, formação e participação cidadã. Consideramos ainda que eles são uma expressão do fato de que tais organismos atuam como Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) no sentido da produção e da reprodução das visões de mundo e de comportamentos da classe dirigente. O interesse na formação de dirigentes políticos para ocupar cargos de poder é característico de uma organização atuante nas disputas de hegemonia. Conforme Fontes (2021), os APHs atuam como partidos da classe dominante e interferem na formação de consciência das classes populares por meio do recrutamento de ativistas advindos desse setor.

Tais programas de formação de lideranças envolvem a seleção de “talentos” - denominação comumente utilizada pelos APHs - para formá-los científica e politicamente. Essas iniciativas são feitas por diversas Fundações, OS, OSC, ONGs e outros aparelhos denominados não governamentais e sem fins lucrativos. Muitas delas são patrocinadas por empresas dos mais diferentes portes. Para Cariello (2024), trata-se da institucionalização de um hábito antigo entre empresários: o fornecimento de bolsas de estudos a jovens que chamam sua atenção.

Nem todos os programas de formação de lideranças são direcionados especificamente para a atuação política e cidadã. Buscaremos focalizar aqueles que têm esse sentido, mas entendemos aqui que todas as iniciativas que formam dirigentes acabam por impactar nessa esfera. Isso porque tais ações comumente têm como um de seus resultados a inserção dos formados em espaços decisórios e de poder. Com isso, tem-se um caminho eficiente para a disputa de hegemonia na sociedade - em sua maioria no sentido da reprodução da dominação existente. Essas iniciativas são inspiradas nas *think-tanks* estadunidenses que, segundo Riger (2020 *apud* FEGADOLLI, 2023), selecionam jovens com potencial para protagonizar a difusão de concepções de mundo neoliberais.

O caso da Fundação Lemann é exemplar nesse processo e ajuda a compreender a *Politize!* e as demais entidades. A formação de lideranças compõe uma complexa rede de iniciativas que permitem aos seus donos constituir e reproduzir sua influência na sociedade brasileira e pautar a ação política de sujeitos diversos. Conforme Fegadolli (2023), as empresas dos sócios da Fundação produzem capital

econômico que é investido em suas fundações sociais e educacionais; estas formam lideranças que, por sua vez, atuam em empresas, em APHs e na política nacional a favor de seus interesses. Isso possibilita ao sócio e fundador Jorge Lemann, dono de um patrimônio estimado em 16,4 bilhões de dólares²⁰, um enorme poder de interferência no cenário nacional.

A intenção dessa disputa é nítida nas afirmações da própria Fundação. Ao abordar o Programa Talentos da Educação, afirma-se que seu objetivo é formar uma rede de indivíduos potencialmente líderes que: “[...] compartilham da mesma visão e valores, a fim de apoiá-las em seu desenvolvimento e de estimular a troca de experiências para aperfeiçoamento profissional e geração de impacto” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2016, p. 2). A correspondência das posições dos talentos às da Fundação é, portanto, parte do projeto de formação de lideranças. Para Fegadolli (2023), o papel dos líderes formados é representar a classe burguesa em empresas, em outras APHs e na gestão pública. Farias (2021) adota a mesma análise, afirmando que essa atuação permite que a Fundação Lemann fortaleça seu projeto de classe sem os obstáculos da política partidária clássica.

Conforme destaca Werneck (2021 *apud* FEGADOLLI, 2023), excluem-se do processo de seleção os sujeitos que apontam para projetos políticos distintos daqueles defendidos pelos financiadores dos projetos. A pluralidade é sempre ressaltada, mas está restrita a um espectro pré-determinado. De acordo com Fontes (2021), essas formações implicam muitas vezes a captura de lideranças oriundas das classes trabalhadoras, com alteração de seus posicionamentos e adequação à reprodução da ordem existente.

Os “talentos” selecionados e formados, além de ocuparem cargos públicos, dão origem a outros APHs, que, por sua vez, criam seus próprios programas de formação de lideranças. Um dos produtos desse processo é a OSC *Politize!*, cujos focos são as temáticas da cidadania e a formação cidadã e, por isso, foi selecionada como objeto empírico fundamental dessa pesquisa. O supracitado Programa Talentos da Educação, da Fundação Lemann, teve como um de seus formados o fundador e diretor-executivo da *Politize!*, Diego Calegari Feldhaus. O presidente da diretoria executiva da *Politize!*, Gabriel Marmentini, tornou-se em 2023 participante de outra iniciativa desse mesmo APH - a Rede de Líderes Fundação Lemann. Destaca-se

²⁰ Disponível em: <https://exame.com/invest/guia/quem-e-o-homem-mais-rico-do-brasil/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

também Bianca Ferreira, Coordenadora de Projetos da *Politize!* e membra do Programa de Desenvolvimento de Lideranças em Educação do Ensina Brasil - patrocinado e dirigido pela Fundação Lemann. Paula Samogin faz parte do mesmo programa do Ensina Brasil e é Assessora de Avaliação e Monitoramento na *Politize!*. Quatro outros embaixadores *Politize!* presentes em sua página também se apresentam como embaixadores Lemann. São expressões simbólicas das redes de conexões constituídas pelos APHs e seus programas de formação de lideranças.

As relações entre a seleção de líderes do conglomerado Lemann e a da *Politize!* extrapolam os casos individuais. A Fundação Lemann está presente na sessão “Quem acredita?” dos Embaixadores *Politize!* (POLITIZE, n.d.j) e cita a organização como fundada por um de seus “bolsistas de longa data” (LEMANN, 2022). Trata-se de iniciativas das duas associações voltadas para a formação de lideranças. A Ensina Brasil, já citada como braço da Fundação Lemann, aborda a *Politize!* como uma de suas parcerias técnicas e consta como apoiadora da iniciativa Embaixadores *Politize!* (POLITIZE, n.d.j).

Destaca-se ainda que a Lemann apresenta o Instituto Porvir, pelo qual fomos direcionadas ao *Politize!*, como parte de seu “ecossistema de impacto”. (FUNDAÇÃO LEMANN, n.d.). Encontramos ainda diversas referências positivas ao *Politize!* no “Estudar na Prática”, outra frente de atuação da Fundação Lemann. Há dez artigos com referência à entidade no site dessa iniciativa da Fundação²¹.

A *Politize!* pode ser considerada, assim, um produto bem-sucedido dos programas de formação de liderança da Fundação Lemann. Seu site conta com mais de 180 milhões de visualizações desde a criação da plataforma (POLITIZE, n.d.i). Conforme ressaltado pela OSC, mais de R\$ 14 milhões foram arrecadados para a instituição. Seus programas de formação de lideranças já tiveram 2.850 formandos, em quase 400 cidades pelo país. Tais dirigentes, de acordo com a própria plataforma, impactaram mais de 150 mil pessoas e elaboraram mais de 600 propostas de políticas públicas (POLITIZE, n.d.j).

A organização não é uma criação direta da Fundação Lemann, mas indica compor sua rede de hegemonia. Fegadolli (2023) destaca que a Lemann produz e reproduz sua influência constituindo diversas formas de relações, das mais sólidas às mais fluídas, com outras incontáveis associações da sociedade civil. A dificuldade de

²¹ Disponível em: <https://napratica.org.br/?s=politize>. Acesso em: 22 jun. 2025.

delimitação de sua rede não é fruto de um acidente, e sim de um conjunto de decisões tomadas pelos seus impulsionadores. Seu anonimato é causa e produto de seu poder de influência.

A *Politize!* se associa ainda a diversos outros APHs com redes paralelas ou transversais às da Fundação Lemann. Não temos a pretensão de destrinçar cada uma delas, mas algumas linhas se fazem necessárias para demonstrar a força dessas conexões. A RenovaBR, organização liberal voltada à formação de lideranças e que afirma ter elegido 176 candidatos no Brasil²², constituiu parceria com a *Politize!*²³ e recebeu doação dessa organização, segundo relatório de 2019, cujo acesso virtual não está mais disponível (CUNHA, 2023; BAREL; SIMIONI, 2023). O Instituto Mattos Filho é identificado como “parceiro de conteúdo” da *Politize!* (POLITIZE, n.d.k) e como apoiador do programa de formação de lideranças Embaixadores *Politize!*. Tal organismo é filiado à *Americas Society/Council of the Americas* (AS-COA), entidade estadunidense que é produto da ação de empresários estadunidenses voltada para aprofundar as relações com a América Latina desde a implementação do programa Aliança para o Progresso (HOEVELER, 2017).

Outro instituto que constitui relações orgânicas com a *Politize!* é o Votorantim, que consta como cliente da OSC e como apoiador de seu programa de formação de lideranças. Essa entidade faz parte de uma rede denominada Juntos pelo desenvolvimento sustentável, que conta com outros APHs, como o Mattos Filho e com empresas como Itaú e Gerdau (FONTES, 2018).

Consideramos pertinente citar uma última parceira de conteúdo da *Politize!* denominada “Um Brasil” - criada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Conforme explicam²⁴, trata-se de uma federação que “[...] há mais de 80 anos representa o empresariado paulista e batalha por um ambiente de negócios mais simples e justo” e que com o Um Brasil “[...] excede as discussões relativas ao campo laboral e ocupa, também, o campo das ideias, ao discutir os rumos do País, seus problemas e soluções”. Essa entidade voltada para a disputa de hegemonia conta com uma amplíssima rede própria de parcerias na qual constam, além da *Politize!*, APHs como Fundação Lemann, Renova

²² Disponível em: <https://www.renovabr.org/quem-somos/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

²³ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/08/23/quatro-fatos-e-uma-interpretacao-sobre-o-renovabr/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

²⁴ Disponível em: <https://umbrasil.com/sobre>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BR, Somos Educação, Instituto Millenium e Misses Brasil. Consideramos tais relações expressivas do complexo emaranhado de teias que conectam organizações da sociedade civil, entre as quais está a *Politize!*, e o capital econômico brasileiro e internacional.

A *Politize!* destaca sua participação em diversas redes internacionais (*People Powered, Keseb e MIT Solve*) e nacionais, como a “Pela Democracia”. Esta última conta com importantes APHs como o *Todos pela Educação*, o *Acredito*, o *Instituto Ethos*, o *Polis* e o *Livres*. Cada um desses organismos citados envolve uma robusta teia de inserções e conexões que não são o foco da presente pesquisa, mas são indicativos da força da atuação em rede da *Politize!* como um APH voltado para a formação cidadã.

Entende-se, portanto, que a *Politize!* compõe amplas e complexas redes de conexões, associadas a uma quantidade significativa de relevantes APHs, essenciais para a disputa de hegemonia. É difícil saber onde começa e onde acaba cada uma dessas teias de relações, mas tal atributo não é produto de um acaso, e sim constitutivo de como tais organismos atuam para estabelecer suas disputas. Os indivíduos formados pelos programas citados levam à frente concepções associadas a entidades, muitas vezes com papel importante na definição de políticas públicas e na produção e difusão de determinado senso comum. Eles assumem cargos de poder, disputam a política institucional e ocupam a arena da sociedade civil.

No âmbito executivo, Diego Calegari Feldhaus, já citado por ser fundador e diretor-executivo da *Politize!* e associado à rede da Fundação Lemann, é vice-secretário de educação em Joinville, pelo Partido Novo. Kamila Nunes da Silva teve cargo de gerente de projetos educacionais do *Politize!* e, posteriormente, tornou-se Coordenadora de Currículo e Formação de Professores de Joinville, na mesma gestão de Calegari, encabeçada pelo Partido Novo. Destaca-se ainda a embaixadora *Politize!* Luma Mattos, membra do Programa Educar para a Valer da Fundação Lemann, Coordenadora na Secretaria Municipal de Educação do município entre 2019 e 2020, em prefeitura dirigida pelo então Democratas (DEM) e atual vereadora em Alagoinhas (BA) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Alguns outros membros da *Politize!* e das redes de APHs estão presentes também em cargos representativos: Jefferson Cesarolli, vereador pelo Podemos, apresenta-se como líder *Politize!* e Lemann e como formado pela RenovaBR; Isaac Santos, coordenador do Núcleo de Cidadania do *Politize!*, é assessor de Alberto

Mourão, deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ex-prefeito de Praia Grande; a líder *Politize!* Lidiane de Paula é secretária de Políticas e Promoção da Mulher da Prefeitura do Rio de Janeiro, pelo Partido Social Democrático (PSD); Outra liderança formada pela OSC é a Amanda Quenupe, que foi assessora técnica entre 2015 e 2017 na Prefeitura Municipal de Vitória, sob coordenação do então Partido Popular Socialista (PPS). Entre os embaixadores *Politize!* constam ainda uma vereadora pelo Progressistas em Caruaru (PE) e um assessor parlamentar e vice-presidente do Conselho Municipal de Juventudes de Alagoinhas (BA). Já Giancarlo Moreira Gama foi vereador pelo Partido Social Cristão (PSC) em Cabreúva (SP), é multiplicador *Politize!* e formado pelo RenovaBR²⁵.

Essas relações com cargos eletivos podem ser mais amplas, já que não são publicizadas nas páginas veiculadas pela *Politize!*. Os indivíduos citados foram encontrados porque em páginas eletrônicas vinculadas a eles são reivindicadas suas conexões com essa instituição, tratando-as como um atributo positivo. Chama atenção, entretanto, que a plataforma voltada para a conscientização política não expõe aos seus usuários tais vinculações.

As conexões entre a *Politize!* e o poder público passam também por parcerias firmadas com governos. Trata-se da segunda frente de atuação dessa instituição, voltada para a Educação Básica. Uma das iniciativas da *Politize!* é a Escola da Cidadania Ativa da *Politize!*, direcionada às Secretarias Estaduais de Educação, aos professores e aos estudantes. De acordo com o relatório sobre esse programa, a iniciativa foi apresentada para 21 Secretarias de Educação, e recebeu adesão do DF, MT, PB, RS, RR, AM, BA, SE, AC e SP. A *Politize!* afirma atingir 2.421.000 estudantes por meio desses acordos (POLITIZE, n.d.h), desconsiderando dessa conta aqueles que entram em contato com a plataforma por iniciativa própria ou os educadores que a acessam.

Além da Escola da Cidadania Ativa, a *Politize!* promove o programa Cidadania 382, ligada ao poder público por meio da parceria com a Secretaria de Educação de São Paulo. Trata-se de mais uma ação voltada para professores e estudantes, especificamente das escolas públicas de Santos, Cubatão, São Vicente, São José dos Campos, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba. A partir dela, a *Politize!*

²⁵ Disponível em: <https://www.plataformaalas.org.br/lideres/giancarlo-moreira-gama/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

disponibiliza um currículo de disciplinas eletivas para o Ensino Médio, além de treinamentos para professores e materiais de formação aos estudantes.

A *Politize!* também é parte das “Iniciativas do Governo Aberto”²⁶, programa do governo federal voltado para a “participação” de organizações da sociedade civil na gestão pública. Não é nítido quais são os acordos implicados em tal iniciativa. Os acordos estabelecidos não envolvem custos diretos para os governos, já que a *Politize!* se responsabiliza por todos os gastos feitos no projeto. Trata-se, entretanto, da transmissão da responsabilidade pelo ensino público a uma entidade privada. Entende-se, por isso, que compõe o processo de formação do público não estatal, gerido pela sociedade civil representada por entidades privadas. Essa atribuição é enaltecida pelos fundadores da *Politize!* em diversas oportunidades, conforme será demonstrado. Além disso, destaca-se que, de acordo com a Constituição brasileira, “[...] é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: [...] c) patrimônio, renda ou serviços [...] das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei” (BRASIL, 1988). Assim, a entidade pode contar com isenções de impostos, cujo rastreamento não é possibilitado pelas vias de acesso à informação. Segundo destaca Fontes (2018), trata-se de um fenômeno comum nas novas relações entre o poder público e as organizações privadas: a transparência é proclamada, mas a opacidade é que prevalece.

Chama atenção o fato de que na equipe da instituição está presente Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação entre 2015 e 2016, coordenador de comissões da BNCC e do Novo Ensino Médio no Conselho Nacional de Educação e conselheiro estadual de educação de Santa Catarina desde 2011. De acordo com Tarlau e Moeller (2020), Deschamps foi um dos agentes governamentais com mais protagonismo na difusão da proposta da BNCC. Eduardo Deschamps também compõe a rede da Fundação Lemann, sendo parte do programa Talentos da Educação. Trata-se, portanto, de uma conexão orgânica entre os aparelhos privados e a formulação de políticas públicas centrais na educação brasileira.

As informações levantadas indicam uma relação de reciprocidade entre a *Politize!* e o poder público, o que, para Fontes (2021), constitui o fenômeno de

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/politize>. Acesso em: 15 mar. 2025.

permeabilidade entre o setor estatal e as organizações sem fins lucrativos que aqui consideramos que atuam como APHs. Esse processo se dá por dupla via: diretores das entidades e líderes formados por elas se inserem nos poderes Executivo e Legislativo, disputando políticas públicas; e as ações institucionais elaboradas atribuem a essas entidades papel essencial.

De acordo com Farias (2021), a ampliação dessas relações entre organismos privados e o poder público levou à mercantilização da educação e à reprodução da sociabilidade burguesa, competitiva e hierárquica. A justificativa pautada pelo enaltecimento da sociedade civil contrapõe essa esfera a um poder público tido como ineficiente, corrupto e burocrático.

Não temos aqui a pretensão de afirmar algo sobre as intenções dos criadores da plataforma, e sim sobre como elas se inserem nas disputas de hegemonia presentes na contemporaneidade para o sentido do neoliberalismo renovado. Coutinho (2004) evidencia isso ao abordar a atuação dessas entidades privadas que, ao abocanharem recursos públicos,

Contribuíram decisivamente – ainda que com o coração partido – para o sucesso do desmonte dos direitos universais, a cujo espólio se candidataram a gerir, apresentando-se como as gestoras mais confiáveis dos recursos públicos. Compreendendo ou não o que faziam, com boa ou má vontade, abriram o caminho para o empresariamento da solidariedade, do voluntariado e para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de “colchão amortecedor”. (COUTINHO, 2004 *apud* FONTES, 2008, p. 268).

Fontes (2010, p. 210) destaca essa correspondência, afirmando que essas entidades, ao se proporem a atuar em funções historicamente atribuídas ao Estado, “[...] terminavam por acatá-lo como lugar necessário, mas insuficiente. Encontravam-se no âmago das concepções liberais, ainda que à *contrecoeur*”.

É necessário destacar ainda que as organizações privadas que assumem funções públicas não passam por um processo de seleção democrático e transparente. Conforme destacam Caetano e Mendes (2020), essa característica constitui uma ameaça à democracia, já que implica a atribuição de poder decisório e de orçamento a um grupo seletivo de agentes privados, sem passar pelo crivo de um processo eleitoral. Com isso, empresários passam a dirigir a agenda pública sem precisar enfrentar as dificuldades de uma eleição.

O levantamento apresentado aqui demonstra a profunda conexão da *Politize!* com redes de APHs e com o poder público. Considerando a literatura sobre os aparelhos hegemônicos, consideramos importante também identificar suas relações com o capital econômico e com as distintas classes sociais em disputa na sociedade brasileira.

A OSC tem um significativo montante de R\$ 5,4 milhões em ativos de bens e recursos, segundo demonstrativo financeiro de 2024 (POLITIZE!, 2024b). A título de comparação, constatamos que, em 2015, ano de fundação da *Politize!*, esse valor era de R\$ 29.798,09, demonstrando um crescimento exponencial dos recursos da instituição (POLITIZE!, 2015). Considerando somente o segundo trimestre de 2024, foram movimentados mais de R\$ 1 milhão entre despesas e receitas. De onde vêm esses expressivos valores e o que eles significam em termos das disputas de hegemonia em torno das concepções de cidadania, ação política e formação cidadã?

A *Politize!* apresenta em seu site uma lista de financiadoras de seus projetos. Destacamos em primeiro lugar o *National Endowment for Democracy* (NED), criado pelo governo republicano de Ronald Reagan nos Estados Unidos de 1982. O objetivo, de acordo com Colombo e Lamosa (2018), era possibilitar novas formas de exercício da política externa estadunidense, financiando partidos políticos, organizações da sociedade civil, associações empresariais e de trabalhadores. Trata-se, conforme identificado pelos autores, de uma organização não governamental cujo orçamento é aprovado pelo Congresso estadunidense e que constitui uma diplomacia informal para os EUA, sem os impedimentos dos princípios de soberania nacional e não intervenção.

Outra financiadora de destaque é a *Konrad Adenauer Stiftung* (KAS), associada aos Partido da União Democrata-Cristã - organização de direita alemã que esteve no poder entre 2006 e 2021 e que tem como principal representante a chanceler Angela Merkel. A política alemã e seu partido se constituíram como importantes agentes do conservadorismo neoliberal contemporâneo, constando na direção desse bloco histórico na maior parte do século XXI. Ainda na esfera internacional, a *Politize!* conta como o financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Já no âmbito nacional, destaca-se o financiamento da Petrobras, citada no primeiro capítulo por ser a empresa mais valiosa hoje do Brasil na bolsa de valores. Tal empresa constitui parte da burguesia industrial do país, com forte presença do capital financeiro especulativo. Ela é patrocinadora geral da *Politize!* e parceira na

produção de seu projeto Cidadania 382. Por fim, chama atenção o financiando do Instituto MRV, braço da MRV Engenharia - empresa avaliada em R\$ 4,71 bilhões em janeiro de 2024 e que constava como a terceira maior construtora do país²⁷. Trata-se de uma importante representante do capital produtivo e imobiliário do Brasil, profundamente associado ao capital financeiro internacional.

Esses são alguns dos financiadores institucionais declarados pela OSC. A eles se somam doadores individuais anônimos, estimulados em todo site por meio do chamado “Apoie a Educação para a Cidadania”. Em documento disponibilizado pela organização (POLITIZE!, 2024c), consta que R\$ 1.789.031,04 foram arrecadados por meio de doações. Destas, mais de R\$ 1,7 milhões vieram do patrocínio de pessoas jurídicas, tais como empresas, representando 97% do valor arrecadado com doações. Não foi possível rastrear qual foi o montante destinado por empresa - fato que chama atenção, considerando o permanente reforço da *Politize!* ao valor da transparência.

A *Politize!* destaca sua independência dessa rede de financiadores e apoiadores:

Os financiadores, parceiros técnicos e as redes não exercem qualquer tipo de interferência ou influência nas atividades, projetos, programas e produtos da Politize!. Os apoios financeiros são realizados por meio de doações, editais ou prestação de serviços e todas as etapas das estratégias e execução são de responsabilidade da Politize!. (POLITIZE!, n.d.k).

Consideramos, entretanto, necessário questionar o que leva esses poderosos representantes do capital nacional e internacional a financiar uma iniciativa como esta, voltada para a formação de cidadãos brasileiros. Buscaremos, por isso, destrinçar parte sua atuação, buscando identificar em que medida as concepções veiculadas pela entidade correspondem aos sentidos produzidos pela classe hegemônica.

Pode-se concluir, por hora, retomando a categorização de APHs proposto por Hellinger (2018), que se trata de uma organização financiada prioritariamente por representantes da burguesia nacional e internacional. Não obstante, ela é direcionada centralmente a setores das classes populares, que são atingidos de forma intencional, por meio dos programas voltados para a Educação Básica e implementados por secretarias estaduais.

²⁷ Disponível em: <https://exame.com/mercado-imobiliario/mrv-perde-r-16-bi-em-valor-de-mercado-e-deixa-vice-lideranca-para-cury/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

4.2 POLITIZE! E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

A pesquisa evidencia a importância dos programas de formação de liderança para as disputas de hegemonia na sociedade contemporânea. Por isso, consideramos pertinente utilizar essas iniciativas da *Politize!* para identificar de que maneira ela se insere em tais confrontos e que concepções ela difunde sobre ação política e formação cidadã. A maneira como uma organização forma dirigentes é expressiva sobre suas concepções de mundo e sobre suas localizações como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH).

O programa iniciou em 2018 e envolve três fases de formação de lideranças: 1. Multiplicadores; 2. Embaixadores; e 3. Líderes. O indivíduo inicia como um “Multiplicador Politize”, que participa de espaços de educação política e é “[...] incentivado a compartilhar com muitas pessoas tudo o que aprendeu” (POLITIZE!, n.d.i). Finalizada essa primeira etapa, o participante pode se tornar um “Embaixador Politize!”, que é membro de uma embaixada que representa a *Politize!* na região. Após a experiência na segunda fase, alguns dos membros se tornam “Líderes Politize!”, consolidando suas conexões com a instituição.

Os princípios de formação de lideranças dessa OSC são descritos por ela como: 1. conhecimento político; 2. diálogo plural; 3. empatia cidadã; e 4. protagonismo comunitário. O primeiro eixo busca desenvolver a compreensão de “[...] conceitos da política institucional como criação de leis, orçamento público e correntes de pensamento” (POLITIZE!, n.d.j). Trata-se de um aspecto imprescindível em qualquer abordagem sobre cidadania e formação cidadã.

O segundo eixo enfatiza o diálogo e a colaboração entre distintos grupos sociais, tendo como consequência esperada a capacidade de “[...] dialogar com pessoas de diferentes visões políticas por meio da Comunicação Não-Violenta” (POLITIZE!, n.d.j). Já o terceiro denomina como “empatia cidadã” o entendimento “[...] sobre políticas públicas e ferramentas para identificar os principais desafios da sua cidade” (POLITIZE!, n.d.j).

Chama atenção o fato de que os essenciais conhecimentos de políticas públicas e de possibilidades de intervenção na cidade sejam denominados de “empatia cidadã” - o nome que damos às coisas, expressa uma forma de seleção de significados, entre os tantos possíveis e disponíveis. Nesse caso, saber sobre o

mundo e agir para transformá-lo é tratado como equivalente a ter empatia. O outro princípio enfatizado é o do diálogo como forma de lidar com a pluralidade.

Estes são valores imprescindíveis que, se bem desenvolvidos, trazem contribuições relevantes para a formação de um cidadão. A afirmação deles, porém, contrasta com a ausência de outros tantos que poderiam também ser considerados fundamentais para a ação política e para a cidadania, a depender da abordagem a respeito desses temas. Mais uma vez, trata-se de uma seleção de sentidos, fundamental nos processos de produção e reprodução da hegemonia. A repetição das formulações que enfatizam a empatia e o diálogo, ao lado do ocultamento de outras ideias, expressa a concepção neoliberal de Terceira Via de acordo com a qual a necessidade política primordial e essencial é a formação de um “[...] contrato social baseado num sistema moral referenciado na colaboração, na mútua assistência, no senso cívico e na confiança” (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2010, p. 111).

Essa visão de mundo parte da leitura de que o sujeito “colaborativo” é capaz de constituir uma forma de ação política superior às “antigas”, baseadas no conflito de classe. As disputas políticas não são tomadas como expressões de contradições sociais e de diferentes projetos diante de tais contradições, e sim da ausência de determinados valores individuais. As desigualdades não são citadas e as diferenças são tidas como consequência da falta de discussão. De acordo com essa concepção neoliberal de Terceira Via, “A compreensão supera os conflitos, já que estes se originam na “incompreensão”” (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2010, p. 116). A cidadania e a ação política são, assim, reduzidas à construção de um *ethos* pautado na consciência e na cooperação.

O quarto eixo, “protagonismo comunitário”, visa ao entendimento das vias de participação política, do desenvolvimento e da implementação de “[...] soluções aos desafios da sua cidade” (POLITIZE!, n.d.j.). Mais uma vez, entendemos que tais aspectos podem cumprir funções essenciais em uma formação cidadã. Entretanto, não é irrelevante sua presença exclusiva como eixo que aborda a ação política direta - ao contrário dos anteriores, focados no conhecimento de política ou na construção de determinados valores. O direcionamento da atividade cidadã à identificação e à solução dos “desafios da cidade” expressa a forma de fazer política típica de APHs neoliberais de Terceira Via, com foco exclusivo na resolução de problemas pontuais, imediatos e emergenciais.

A ênfase no “protagonismo comunitário” é substituta das formulações para ação política que focam a organização de movimentos sociais para reivindicar direitos universais ao poder público, dando lugar no neoliberalismo à [...] “criação de uma nova subjetividade e de novos sujeitos políticos coletivos, com as tarefas de assumir as responsabilidades sociais até então restritas à aparelhagem estatal” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 59). Trata-se de um cidadão-voluntário, em contraste com o caráter reivindicatório. Para Neves (2005b), esses processos

[...] efetivaram a desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção ao trabalho e estimularam o desenvolvimento de um associativismo prestador de serviços sociais de “interesse público”, em oposição ao associativismo majoritariamente reivindicativo de direitos dos anos 1980. (NEVES, 2005b, p. 95).

De acordo com a autora, a consequência dessas concepções é o reforço permanente à responsabilização dos indivíduos e das comunidades por suas próprias mazelas, tirando o foco do poder público. Corrobora essa abordagem a explicação da *Politize!* sobre o que são lideranças cidadãs formadas por seu programa: “[...] não somente políticos, mas de maneira geral, pessoas capazes de incidir em políticas públicas, a fim de buscar soluções frente aos desafios enfrentados por uma sociedade, comunidade ou algum grupo social específico.” (*POLITIZE!*, n.d.j).

Prevalece a concepção de ação política pontual, direcionada a problemas específicos que possam ser respondidos com políticas públicas localizadas ou com outras “soluções”. Trata-se de aspectos imprescindíveis, mas que não envolvem o conjunto das possibilidades de participação política. A repetição enfática deles acaba por igualar aquilo que não é equivalente.

Alguns conceitos fundamentais na literatura sobre cidadania e formação cidadã ficam ausentes dessa primeira apresentação do programa de formação de lideranças: direitos universais, classes sociais, movimentos sociais, pressão ao poder público são alguns exemplos. Trata-se de uma ausência inicial, ainda não conclusiva, sobre o ocultamento ou não desses aspectos na formação cidadã proposta pela *Politize!*.

Para aprofundar as concepções de ação política, cidadania e formação cidadã veiculadas nesse programa de liderança, optamos por analisar o documento mais detalhado disponível ao público geral: o Código de ética. Esse estatuto determina valores da *Politize!*, “[...] suas regras não-negociáveis” (*POLITIZE!*, 2024, p. 7) e os marcos para a ação dos líderes por ela formados.

Seus princípios inegociáveis são: 1. Lealdade à democracia e não tolerância ao preconceito; 2. Transparência; 3. Pluralidade e comunicação não violenta; 4. Autonomia sobre os meios e responsabilidade pelos fins. 5. Busca por fundamentos sólidos para a ação; 6. Aprendizagem e trabalho em rede; 7. Busca pelo fortalecimento dessa rede; e 8. Sustentabilidade.

Ao analisar tais princípios, enfatizamos novamente que compõe o processo de reprodução de hegemonia a seleção de determinados significados entre tantos em disputa na sociedade. Aquilo que é priorizado pela *Politize!* é expressivo de suas concepções de mundo não só por aquilo que afirmam, mas por aquilo que é silenciado. Tratemos, por exemplo, do princípio da lealdade à democracia, fundamentado pela OSC como a prática de respeitar “[...] a voz e opinião de todos e todas, as instituições democráticas e seus papéis, bem como a liberdade de cada pessoa ser quem é, sem tolerar, entretanto, preconceitos e discursos de ódio em nossa rede” (POLITIZE!, 2024, p. 15). Trata-se de elementos essenciais de uma democracia e que expressam a conquista de direitos políticos e civis. É ocultado, entretanto, outro de seus possíveis pilares a serem destacados: os direitos sociais, que compõem a história da cidadania no ocidente. A defesa intransigente da liberdade de opinião é contrastada com o ocultamento de políticas sociais, direitos trabalhistas e outros tantos princípios que poderiam também estar em destaque. Não há referência a nenhum aspecto da esfera econômica e a classes sociais, expressando uma aparente separação entre estas e a ação política e cidadã.

Dois dos valores não negociáveis da *Politize!* são significativos sobre sua inserção nas disputas de visões de mundo e modos de conduta que constituem as batalhas por hegemonia. Destacamos inicialmente o terceiro princípio:

Somos plurais e praticamos a CNV [Comunicação Não-Violenta] em todas as nossas discussões e em nossa rotina: conversamos com todas as correntes de pensamento e fazemos uso da comunicação não-violenta para gerar empatia com todos e todas da rede. Buscamos nos conectar aos sentimentos e histórias mais profundas de cada pessoa a fim de compartilhar sentimentos, dores e vivências marcantes. (POLITIZE!, 2024, p. 16).

Percebe-se novamente a associação da ação política e da participação cidadã ao comportamento individual afirmado como empático, colaborativo e conciliatório, típico do *ethos* do neoliberalismo de Terceira Via. A pluralidade é apartada da

divergência estrutural e do conflito - termos que, ao serem ocultados, revelam aquilo que escondem.

Destacamos ainda o princípio da “Autonomia pelos meios e responsabilidade pelos fins”, preenchido pela afirmação de que “Ao invés de apontar os problemas, buscamos traçar soluções aos desafios” (POLITIZE!, 2024, p. 16). Causa estranhamento a separação completa entre a identificação dos problemas e a busca por soluções. Tal descolamento é justificado pela ênfase na ideia de “desafios” a serem solucionados de forma prática. Não se reconhece a necessidade de identificar e visibilizar problemas estruturais para buscar enfrentá-los, e nem sequer a existência de problemas. No linguajar dos APHs neoliberais, tudo é “desafio” a ser resolvido de forma pontual e imediata.

O Código de Ética também determina as normas de conduta dos líderes formados pelo programa. Seu primeiro item afirma:

O(a) participante não poderá usar termos pejorativos, ironias, bem como deve **evitar o uso de palavras ou expressões de juízo de valor, para referir-se a figuras públicas, movimentos, instituições (partidos, governos, parlamentos) ou a alguma política pública** durante a sua fala. (POLITIZE!, 2024, p. 18, grifos nossos).

Nos cabe questionar como é possível agir politicamente e ser cidadão sem formar juízos de valor e se contrapor a determinados movimentos, instituições e políticas públicas. Que cidadania é essa da qual é excluída a possibilidade de expressão de críticas e percepções sobre os pilares da política em nossa sociedade? A essa pergunta acrescentamos: independentemente das intenções, será que a linha de isenção sobre esses assuntos não acaba por fortalecer a manutenção da política tal como ela é, favorável àqueles que já estão no poder?

Essa formulação indica ser uma expressão da ideia do neoliberalismo de Terceira Via segundo a qual as grandes disputas políticas e societárias estão ultrapassadas. Se essa visão de mundo é tomada como verdade, faz-se desnecessário analisar, discutir e criticar partidos, movimentos, governos e mesmo políticas públicas. Ao invés disso, a ação política deve ser direcionada para a busca de soluções colaborativas localizadas, já que não há mais grandes disputas de projetos de mundo cabíveis. Resta ao indivíduo se desenvolver de forma “empática” e se engajar como um “empreendedor” da evolução sua e de uma comunidade.

Os outros princípios enfatizam o trabalho em redes, a transparência e a sustentabilidade. O primeiro expressa uma eficiente forma de fazer política que se repete em diferentes APHs, que conformam teias internas e externas, distinguindo-se do modelo de política por meio de organizações partidárias e sindicais clássicas. O fundamento da transparência é reforçado pela *Politize!* em todas as suas apresentações, mostrando-se essencial em suas elaborações. Já a ênfase em sustentabilidade exprime uma relevante preocupação do debate público contemporâneo. De acordo com a *Politize!*,

[...] geramos o máximo de impacto social por meio do gerenciamento sustentável dos nossos recursos, buscando a sustentabilidade financeira e humana da nossa rede e evitando quaisquer tipos de desperdícios que venham impactar negativamente o meio ambiente. (POLITIZE, 2024, p. 17).

A sustentabilidade é, assim, abordada a partir da responsabilização da organização e de seus indivíduos por suas próprias práticas na relação com os recursos. Nesse documento, tal princípio não é acompanhado de uma orientação aos líderes em formação para que se posicionem sobre os debates públicos em defesa do meio ambiente. Trata-se de uma omissão coerente com o restante do documento, que trata como inegociáveis determinadas condutas individuais de ação interna e externa, mas não posicionamentos políticos.

Cabe destacar que se trata de um código de ética típico de uma organização sólida, com previsão não só de princípios, mas de hierarquias, infrações e processos disciplinares, podendo inclusive resultar em desligamento de integrantes. A escolha de focar em determinados aspectos da ação política e abdicar de outros tantos deve, portanto, ser considerada como um dado relevante sobre a forma como seus líderes irão atuar.

Os fundamentos supracitados servem de orientação à ação política das lideranças formadas, sendo que muitas delas acabam por ocupar cargos no poder público. À primeira e à segunda camada de dirigentes formados, denominadas “Multiplicadores” e “Embaixadores”, é vetada a participação em eleições enquanto estiverem no programa. No caso dos embaixadores, é possibilitado o afastamento do cargo durante o período eleitoral e o retorno ao término do pleito. Já na última camada de formação, é liberada a participação eleitoral: “A atuação no período eleitoral para participantes da camada de Rede de Líderes é livre, seja se candidatando a cargos

públicos ou atuando em campanhas políticas" (POLITIZE!, 2024, p. 21), sendo exigido que não haja referências à candidatura como se fosse da própria *Politize!*.

Entende-se, assim, que a OSC comprehende que há um processo progressivo de formação de lideranças, cujo último estágio dá aos participantes a condição de participar de processos eleitorais e de governos sem comprometer os princípios da *Politize!*. Conforme afirmam: "Ao fim da jornada, teremos uma legião de Lideranças Cidadãs formadas pela *Politize!*, disseminando onde estiverem os valores do nosso movimento" (POLITIZE!, 2024, p. 43). Chamamos atenção para essa afirmação porque ela demonstra que há a expectativa de alinhamento entre as lideranças formadas e os princípios da *Politize!* manifestados no Código de ética. Os valores nele presente devem, portanto, ser tratados como os marcos a partir dos quais os líderes irão atuar, seja na esfera institucional, ou fora dela. Cabe reforçar, pela última vez, aquilo que é dito e aquilo que é silenciado constituem dois lados de uma mesma moeda, que serve como base para a atuação dos sujeitos formados por essa OSC.

Percebe-se que os líderes educados pela *Politize!* levam alguns princípios inegociáveis e que estes enfatizam o conhecimento da política e de algumas vias de participação e o comportamento individual empático, colaborativo e que busca "soluções" aos "desafios" urgentes que se apresentam. Os valores que ultrapassam a esfera individual referem-se à democracia como uma esfera de realidades e de opiniões diversas e à sustentabilidade. Outros aspectos, como projetos de sociedade em disputa, conflito entre capital e trabalho, posicionamentos perante a questões econômicas e sociais, visões sobre políticas públicas universais e orientações sobre o projeto neoliberal que ataca direitos, são ocultados das orientações, permitindo, ao menos em teoria, posicionamentos diversos sobre o assunto. A *Politize!* opta por não direcionar seus líderes para determinados posicionamentos políticos.

Conforme destaca Fontes (2018), a atuação dos APHs neoliberais "[...] deixa cuidadosamente de lado todos os debates 'filosóficos' ou 'conceituais', exatamente os que problematizam as origens das desigualdades sociais" (FONTES, 2018, p. 21). Considerando a lógica das disputas por hegemonia nas concepções de mundo e na conduta das pessoas, é necessário levar em conta que o silenciamento perante a certos assuntos tende a favorecer os posicionamentos dominantes na sociedade, já que eles estão impregnados no senso comum. O sujeito formado pela sociedade neoliberal, cujo comportamento é direcionado ao individualismo, à competição, ao empreendedorismo e à aceitação da desigualdade e do sistema econômico em vigor

dificilmente romperá com esses princípios sem uma ação consciente nessa direção contra-hegemônica.

4.3 *POLITIZE!* SEGUNDO SEUS MEMBROS

Para aprofundar a análise sobre a abordagem veiculada pela *Politize!*, foram levantados artigos nos quais os membros da instituição fundamentam e justificam suas iniciativas. O diretor executivo da *Politize!*, Gabriel Marmentini, tem um *site* próprio no qual há um conjunto de textos escritos ou coescritos pelo autor, entre os quais foram selecionados aqueles que abordavam a própria *Politize!* e/ou sua visão sobre cidadania, formação cidadã e de valores.

Nos dois textos que abordam diretamente a experiência da plataforma, os autores iniciam justificando suas iniciativas devido ao baixo apreço dos brasileiros pela democracia. Tal como em documentos oficiais da *Politize!*, são apresentados dados que revelam baixa presença de conhecimento, preparo e defesa da democracia em nosso país.

É constatada pelos autores uma crise da democracia representativa no Brasil. Em ambos os textos é abordado como problema fundamental componente dessa crise a polarização política. Afirma-se uma “[...] crescente polarização e desinformação, colocando-nos acima da média global em radicalismo político” (MARMENTINI; FERREIRA; SAMOGIN, 2023, p. 62). Em outro de seus textos, a polarização é analisada como causadora de “[...] violência nos seus aspectos simbólicos e físicos.” (MARMENTINI; FELDHAUS, 2021, p. 165). Além disso, os autores afirmam que essa característica prejudica a saúde mental dos cidadãos e ainda os distancia do debate político. A polarização é, portanto, associada à desinformação, ao radicalismo, à violência, à debilidade de saúde psíquica e ao distanciamento da política.

Percebe-se aqui a prevalência da concepção da cidadania como busca de consensos diante de conflitos, correspondendo aos valores neoliberais de Terceira Via. A conciliação e o acordo são tomados como princípios inquestionáveis, que devem superar os posicionamentos conflituosos tidos como ultrapassados. Uma sociedade preparada para o exercício da democracia seria, pois, aquela na qual as posições políticas conseguem encontrar acordos. Esse preparo seria consequência da boa circulação de informação e de um debate político não violento nem radical.

Ao analisar os resultados alcançados pela Escola da Cidadania Ativa, os autores resgatam uma fala de uma professora segundo a qual a grande contribuição do curso foi contribuir para a comunicação saudável, reconhecendo as necessidades dos outros. Percebe-se uma consequência da repolitização da política analisada por Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), dando centralidade a um indivíduo colaborativo e que visa ao consenso.

Os autores também demonstram uma compreensão de que a crise da democracia tem a ver com a sua redução à democracia formal e representativa. Segundo eles, “[...] estamos percebendo mais do que nunca que a realização de eleições e o desenho de instituições formais não é o suficiente. É preciso fortalecer o espírito da democracia” (MARMENTINI; FELDHAUS, 2021, p. 164). Tal constatação é relevante e se contrapõe a abordagens que reduzem a democracia à possibilidade de votar e ser votada.

Os autores seguem definindo o que seria o espírito da democracia. De acordo com eles, este seria o exercício de “[...] valores, crenças e capacidades que garantam que uma sociedade se mantenha comprometida com os princípios democrático” (MARMENTINI; FELDHAUS, 2021, p. 164). A elaboração mais nítida desses princípios é traduzida na forma de um *ethos* democrático, que “[...] tenha no seu cerne valores como liberdade, diálogo, colaboração, bem comum, respeito às diferenças e aos diferentes” (MARMENTINI; FELDHAUS, 2021, p. 184). Esse *ethos* é considerado a principal forma de sustentação de uma democracia.

A associação entre os princípios democráticos e esse sistema de valores que deveria ser compartilhado dentro de uma sociedade parece novamente apontar para a busca de consenso ético no sentido iluminista kantiano do termo. Além disso, corresponde aos princípios propagados pelos APHs na nova pedagogia da hegemonia, que direcionam a ação política para atitudes colaborativas entre distintos sujeitos e grupos sociais. Destaca-se ainda que essa concepção justifica a visão de que a polarização e o radicalismo políticos são um empecilho para a democracia, já que são tomados como opostos ao diálogo, à colaboração, ao bem comum e ao respeito às diferenças.

É necessário pensar como essa concepção se insere em um país extremamente desigual como o Brasil. Este é um problema analisado pelos autores de uma forma que deve ser conectada a uma concepção de fundo sobre cidadania e formação cidadã. Eles afirmam:

Acreditamos que, para construir um Brasil com menos desigualdades, em que todas as pessoas entendam seu papel como parte da sociedade, é essencial que o conhecimento sobre política possa ser acessado e compreendido por todos os cidadãos e cidadãs. [...] Para nós, enquanto o conhecimento político não estiver ao alcance de todos, continuaremos vivendo em um Brasil desigual. (MARMENTINI; FELDHAUS, 2021, p. 170).

A formação política, portanto, seria o antídoto para diminuir as desigualdades do país. Essa concepção se alinha àquela destrinçada por Martins (2015) ao analisar o setor da “direita para o social”: “[...] a compreensão de que, com a promoção das oportunidades educacionais, estar-se-ia combatendo as desigualdades sociais e econômicas vigentes no país” (MARTINS, 2015, p. 303). De acordo com Pina (2016), essa perspectiva contém pressupostos implícitos de que a desigualdade social é um problema conjuntural, e não relativo a uma característica estrutural do sistema econômico capitalista. Dessa forma, a qualificação dos trabalhadores por meio da educação seria o principal meio de combater esse problema público.

Para Dardot e Laval (2017), trata-se de um sintoma de uma inversão na crítica social ocorrida a partir da década de 1980: os problemas sociais deixaram de ser atribuídos ao capitalismo e passaram a ser associados à ineficiência do Estado. Assim, organizações privadas deveriam assumir funções antes estatais, entre as quais se insere a educação. Conforme Martins (2015), o principal marco de elaboração e circulação dessa perspectiva foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1991 com representantes de 151 países. O documento aprovado na conferência apontava que a educação deveria ser a principal fonte de alteração dos rumos estatais e de desenvolvimento de um país.

Os membros da *Politize!* também defendem a importância de seus programas de formação de lideranças, “[...] desenvolver experiências formativas para formar lideranças cidadãs capazes de resolver problemas públicos e se reconhecerem como protagonistas em suas cidades” (MARMENTINI; FELDHAUS, 2021, p. 184). A ênfase está novamente na “solução” de problemas localizados e pontuais. Os valores norteadores são os da colaboração, do diálogo e da pluralidade.

5 ESCOLA DA CIDADANIA ATIVA

Pontos de vista / 8

Até pouco tempo atrás, os historiadores da democracia ateniense só de passagem mencionavam os escravos e as mulheres. Os escravos eram a maioria na população da Grécia e as mulheres eram a metade. Como seria a democracia ateniense, considerada do ponto de vista dos escravos e das mulheres?

A Declaração de Independência dos Estados Unidos proclamou, em 1776, que “todos os homens nascem iguais”. O que isso significava do ponto de vista dos escravos negros, meio milhão de escravos que continuaram sendo escravos depois da declaração? E as mulheres, que continuaram sem ter nenhum direito, nasciam iguais a quem?

Do ponto de vista dos Estados Unidos, é justo que os nomes dos norte-americanos tombados no Vietnã estejam gravados num imenso muro de mármore, em Washington. Do ponto de vista dos vietnamitas que a invasão norte-americana matou, faltam ali sessenta muros. (GALEANO, 2009, p. 121).

O Programa Escola da Cidadania Ativa é uma iniciativa da *Politize!* que se propõe à formação cidadã na educação básica. O programa envolve iniciativas bem diversas e para diferentes atores da comunidade escolar. Para as escolas, são oferecidas propostas de disciplinas eletivas e de um Itinerário Formativo; aos professores são direcionadas formações e planos de aula; e os estudantes ainda podem acessar uma formação paralela, presencial ou à distância. Dez secretarias estaduais de educação aderiram à proposta: DF, MT, PB, RS, RR, AM, BA, SE, AC e SP.

Optou-se por analisar esse Programa porque ele consiste em uma plataforma aprofundada direcionada para a educação básica e adotada pelo poder público. Essa iniciativa extrapola a formação de lideranças, direcionando-se para a instrução de consciência do grande público. Além disso, conforme demonstram Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), um aspecto central da reorganização da política pelo neoliberalismo é o depreciamento do Estado e a delegação de suas funções a associações privadas da sociedade civil. O caso da Escola da Cidadania Ativa representa esse fenômeno, que é justificado por uma suposta maior eficiência dos agentes privados e por uma proclamada democratização da política. Dessa forma, legitima-se a transferência para uma entidade privada de uma função pública essencial como a elaboração de currículo para o Ensino Médio.

Para uma adequada investigação sobre essa plataforma, optou-se por dividir esse capítulo em duas partes: a primeira apresenta uma revisão da bibliografia

referenciada academicamente sobre a temática da cidadania; a segunda apresenta a iniciativa Escola da Cidadania Ativa e compara as concepções por ela veiculadas aos conceitos centrais percebidos na revisão bibliográfica. Esse caminho mostrou-se pertinente para compreender a proposta da *Politize!* e situá-lo diante das formulações sobre cidadania que extrapolam as recentes transformações desse conceito pela reorganização neoliberal.

5.1 O CONCEITO MODERNO DE CIDADANIA E SUAS CONTRADIÇÕES

O levantamento abordado nos capítulos anteriores demonstra como empresas e APHs se apropriaram do vocabulário de transformação social e de participação cidadã, reduzindo-as à ação de associações privadas pautadas em princípios de colaboração e empreendedorismo. Se, por um lado, ressaltamos o fenômeno recente de alteração desses significados por meio do neoliberalismo de Terceira Via, por outro, consideramos importante inserir tais acontecimentos em um contexto mais geral das contradições da produção e da reprodução da ideia de cidadania no capitalismo.

Iberico (2014) justifica o estudo da cidadania pelo fato de que há uma significativa multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo. Hellinger (2018) aponta para um sentido semelhante, afirmando que há uma banalização desse termo no conjunto da sociedade, e a naturalidade com a qual se usa o termo “[...] não condiz com a sua real delimitação ou explicação, fato que se acentua quando a abordagem é sobre a formação do cidadão no âmbito escolar” (HELLINGER, 2018, p. 10). Almeida (2015) ressalta que esse conceito é utilizado por grupos com interesses e concepções opostos, e que isso só é possível pelo esvaziamento das discussões sobre seu sentido.

Dalarosa (1998) destaca o fato de que há diferentes modelos de cidadania, que refletem distintos projetos de sociedade e implicam distintas concepções educacionais. Entretanto, o conflito entre esses projetos não é posto em evidência, e acaba mascarado pelo uso recorrente do *slogan* da formação cidadã. De acordo com Soares (1998), esse mote envolve campos conflituosos entre si, já que “[...] a ideia de cidadania é uma ideia eminentemente política, que não está necessariamente ligada a valores universais, mas a decisões políticas” (SOARES, 1998, p. 41). Por isso, a formação cidadã deveria implicar uma discussão sobre interesses conflitantes nesse âmbito político, e não por uma afirmação pretensamente moral e universalista.

Entretanto, conforme apresentado por Dubet (2011), o conceito moderno de cidadania e a proposta de formação cidadã já nascem carregando tal orientação universalizante. De acordo com o autor, a educação republicana francesa é fundada tendo como ideal uma escola para a cidadania, que deveria inculcar uma moral comum universal, capaz de transformar todos os educandos em cidadãos autônomos. Tal cidadão deveria ser apto a defender seus interesses e simultaneamente julgar as necessidades da nação, analisando-as racionalmente em busca de um bem público. Conforme Godoy Junior (2005), trata-se de uma elaboração da concepção iluminista, segundo a qual o pensamento racional e científico se desenvolveria a tal ponto que tornaria o sujeito capaz de determinar as verdades capazes de orientar a conduta humana em direção ao bem coletivo²⁸.

A concepção moderna sobre cidadania tem como principal fonte teórica as formulações de John Locke (1998). De acordo com o filósofo, o Estado surge de um pacto de consentimento entre cidadãos, opondo-se à visão hobbesiana de um acordo de submissão ao governante²⁹. Assim, para Bobbio (1992), nasce a ideia de um Estado de cidadãos, tido como aquele que é regido por um contrato de direitos e deveres. O cidadão é tomado como um sujeito livre e igual aos demais cidadãos na medida em que ele participa de um Estado de leis universalizantes. O conceito moderno de cidadania desenvolveu-se, portanto, em conexão com a participação na política institucional por meio de direitos.

No processo de elaboração dessa ideia, a burguesia liderava os setores contrários ao Antigo Regime europeu para a construção de uma nova hegemonia de classe, apoiada nos valores da igualdade e da igualdade. Tal eixo mobilizou diferentes setores da população contra os privilégios concedidos à nobreza. A burguesia envolveu as camadas populares nessas mobilizações e na elaboração de um novo senso comum hegemônico compatível com tal demanda. Entretanto, os direitos cidadãos que nasceram a partir daí eram restritos à classe burguesa.

A Declaração de Direitos de 1689 da Inglaterra - expressão prática da teoria de Locke e exaltada no imaginário sobre cidadania - afirma como cidadão aquele que é um livre proprietário de terras. O direito ao voto naquele contexto, comumente

²⁸ Vide: KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?* A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, 1989; ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

²⁹ Vide: HOBBES, Thomas. *Leviatã*. Trad. Ruy Ribeiro França. Belo Horizonte: Tessituras, 2011; LOCKE, John. *Segundo tratado do governo civil*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

proclamado como expressão máxima da igualdade e da liberdade, era restrito a uma ínfima minoria. A Revolução Francesa, outro palco de inspiração para a afirmação da cidadania moderna, levou a uma constituição que concedia o voto a partir de critérios econômicos. Assim, conforme destaca Hellinger (2018), a concepção presente nas revoluções liberais afirma a cidadania a partir da liberdade e da igualdade, mas aceita a exclusão da maioria.

Foi como resposta às lutas da classe trabalhadora e de outros setores apartados do voto que o sufrágio foi estendido, até se tornar universal. A França foi veloz em conceder o direito ao voto a todos os homens - em 1848 -, mas só o tornou universal um século depois, em 1944. Na Inglaterra, a ampliação do sufrágio sem critérios censitários ocorreu em 1918 e somente em 1981 ultrapassou a barreira do gênero. A igualdade de participação cidadã entre todos os grupos sociais não foi, portanto, uma condição fundante do pensamento liberal, e a exclusão da maioria conviveu com a afirmação dos valores igualitários. A estratificação social sempre fez parte da cidadania moderna e se tensionou com ela.

Os movimentos liberais que começaram a pautar a temática da cidadania na modernidade, entretanto, foram o fundamento que tornou possível a emergência de um discurso igualitário e universalizante. E é esse discurso que serve de base para lutas da classe trabalhadora contra o regime que o instaurou. Assim as camadas dominadas iniciaram um longo processo de lutas, ainda inacabado, pela igualdade e pela liberdade, dando-lhes um significado distinto daquele que eclodiu com as revoluções liberais.

De acordo com Arantes (2000), emergem dos movimentos liberais contra o Antigo Regime uma geocultura de legitimação do capitalismo histórico por meio da promessa da igualdade, da liberdade, da inclusão e da cidadania. Essas promessas foram sintetizadas pelo que o autor denomina como a “parábola liberal-progressista de T.H. Marshall” (ARANTES, 2000, p. 40), segundo a qual o desenvolvimento capitalista envolve uma ampliação ascendente de direitos de cidadania - primeiramente civis, depois políticos e por último sociais. Tal formulação serviu como sustentáculo para a crença na progressiva inclusão social por meio da incorporação dos conflitos e da universalização dos direitos. Foi também uma resposta às demandas da classe trabalhadora por participação. Ao mesmo tempo, foi utilizada como via para o ocultamento da manutenção da condição de exclusão e de exploração.

Também Lessa (2011) destaca o surgimento desses princípios éticos universalizantes e agrupados sob o ideário de cidadania. Conforme destaca o autor, o desenvolvimento das forças produtivas levou a humanidade a compartilhar uma história universal, já que a expansão da propriedade privada demandou a generalização da mercadoria e a formação de um mercado mundial unificado. Trata-se de uma “[...] ironia da história: unificamo-nos enquanto gênero social pela mediação do conflito universal de todos contra todos” (LESSA, 2011, p. 26), ou seja, pela universalização da lógica da mercadoria, da propriedade privada e da correspondente competição entre os indivíduos. Por esses motivos, Lessa (2011) considera que o discurso ético e cidadão é impossível de ser realizado no capitalismo, já que pressupõe o ser humano egoísta e adequado à demanda do mercado - fundamentos incompatíveis com o bem comum.

O que, então, significam a igualdade e a liberdade quando enunciados pelos movimentos que unificaram a história da humanidade através da competição? Para Marx (2005), os direitos afirmados por meio da cidadania “[...] nada mais são do que direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade” (MARX, 2005, p. 37). É a partir da análise da totalidade social que o autor chega nessa conclusão, cujo raciocínio consideramos importante retomar. Concordamos com Tonet (2005), para quem o conceito de cidadania deve ser compreendido por seu caráter ontológico, ou seja, por meio do

[...] exame da lógica do processo social – levando sempre em conta que é um produto da atividade humana – de modo a apreender a sua natureza própria, suas contradições, suas tendências, seus aspectos positivos e negativos, suas possibilidades e limites, tendo sempre como parâmetro os lineamentos mais gerais e essenciais do processo social como um processo de autoconstrução humana. (TONET, 2005, p. 54).

Sob tais bases, Marx (2005) afirma que o surgimento do Estado e da política advém da propriedade privada dos meios de produção, ou seja, da apropriação particular do produto do trabalho. Esse processo, que dá origem às classes sociais, tem como consequência o surgimento de antagonismos inconciliáveis entre essas mesmas classes. Além disso, leva a uma contradição ontológica entre o interesse individual e o coletivo. As forças sociais coletivas são apropriadas por grupos particulares e, assim, não servem à realização humana da classe produtora. Dessa maneira, não há espaço para uma comunidade humana efetiva na sociedade

capitalista, pautada por um bem comum. O que se percebe é o interesse individual como base para as relações sociais.

Entretanto, o advento da esfera política pressupõe que nela os indivíduos não são proprietários de capital ou de força de trabalho, e sim cidadãos. Aquele que é reconhecido como cidadão é tomado de forma isolada de sua condição social de classe. Isso não significa, porém, que a cidadania seja uma esfera de contraponto à propriedade, e sim uma de suas expressões.

Não obstante, a anulação política da propriedade privada, ao contrário e longe de destruir a propriedade privada, a pressupõe. O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, co-participante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza especial. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado só existe sobre tais premissas, só se sente como Estado político e só faz valer sua generalidade em contraposição a estes elementos [...] Com efeito, só assim, acima dos elementos especiais, o Estado se constitui como generalidade. (MARX, 2005, p. 22).

Essa análise de Marx dá um sentido ontológico à oposição entre o discurso da participação cidadã e a realidade da exclusão da maioria da sociedade. O Estado só existe na medida em que se afirma à margem da vida egoísta privada e em que reconhece os indivíduos como cidadãos, e não como proprietários particulares. Por isso, a esfera política dá espaço para a emergência de valores universalizantes importantes, como igualdade e liberdade, e para a expectativa de que eles se realizem na esfera estatal. O Estado moderno, entretanto, é produto e produtor da sociedade cujos sustentáculos são a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho - que inviabilizam os valores proclamados.

Por isso, a comunidade política que emerge no capitalismo não passa de uma soma de interesses egoístas conflitantes entre si, pautada pela competição e pela oposição, e não pela união. O conjunto das forças sociais coletivas, apropriado de forma privada, dá origem à tal esfera política: “Aparentemente separada da sociedade e pairando acima dela, esta força social privatizada passa a apresentar-se como expressão do interesse coletivo, na forma de Estado, com todo o seu aparato jurídico, político, ideológico e administrativo.” (TONET, 2005, p. 58).

Entende-se, portanto, que o Estado aparenta ser expressão de um interesse coletivo, mas é, na verdade, resultado da apropriação particular das forças coletivas. Por isso, com base em uma análise materialista e dialética, entende-se que o fundamento dos valores éticos, da igualdade e da liberdade no capitalismo é o indivíduo egoísta e apartado de uma comunidade humana autêntica.

Com base em tal compreensão, Tonet (2005) destaca a limitação ontológica da igualdade e da liberdade dentro da cidadania capitalista. Sua base fundamental é a sociabilidade capitalista baseada nos valores de troca e, portanto,

Considerados apenas neste aspecto abstrato de membros da sociedade civil, todos os homens são livres, iguais e proprietários. Mas o que significa exatamente isto? O que significa a liberdade para este homem “natural”? Significa o “direito” de buscar, por todos os meios ao seu alcance, a satisfação dos seus interesses, o que implica necessariamente o choque e a luta contra os outros indivíduos, movidos pela mesma lógica. Mesmo esta liberdade, porém, não passa de uma aparência de liberdade, dado que não é e nem pode ser ele que decide, livre e conscientemente, sua forma de atividade, mas esta lhe é imposta pela natureza alienada das relações sociais. Por sua vez, a igualdade significa que todos os homens têm o mesmo “direito” de mover-se de acordo com essa lógica. (TONET, 2005, p. 74).

A igualdade e a liberdade possibilitadas pelo capitalismo são, por isso, restritas à disputa de interesses movidos pela lógica individualista nas relações de troca. A concepção liberal de política que emerge desse processo é da conformação de um limite para a ação individual egoísta dos agentes para que a consequência não seja a destruição da humanidade. Assim, o cidadão é um detentor dos direitos que lhe possibilitam agir de acordo com seus interesses particulares, sem colocar em risco a manutenção da sociedade civil. Dessa forma, entende-se porque Marx e Engels (2007), Tonet (2005), Hellinger (2018), Rodrigues (2018) e Silva (2010) consideram que tais direitos se referem ao ser humano egoísta e apartado de uma comunidade humana autêntica.

Em tal contexto, a desigualdade social é percebida como uma consequência natural da batalha de sujeitos livres e iguais por sua natureza. Pretender acabar com a desigualdade torna-se equivalente a eliminar a natureza egoísta do ser humano. A cidadania, nesse sentido, é progressivamente entendida como um mecanismo para equilibrar desigualdades excessivas, mas não para erradicá-las. Na comunidade política formada sem ter como base a busca pelo bem coletivo, a coletividade é artificial.

O social [...] aparece apenas como “preocupação”, como “assistência”, como “solidariedade”, ou seja, como um fato que tem a sua origem na consciência e não na materialidade das relações econômicas. Estas continuam a ser perpassadas pelo egoísmo proprietário. (TONET, 2005, p. 76)

A “preocupação social” emerge, assim, como resposta à demanda por uma comunidade humana e à paralela impossibilidade de realização da mesma em uma sociedade unificada pelo individualismo competitivo. A “consciência social” é tratada como fundamento de uma ética que vise ao bem comum, sem, entretanto, visar às condições fundamentais que a inviabilizam. Por isso Lessa (2002, *apud* RODRIGUES, 2018) comprehende que o discurso moral se torna mais esvaziado quanto mais fortes estão os problemas sociais. As consequências da formação social se tornam mais nítidas e são acompanhadas da intensificação da afirmação da “consciência social e ética” que, entretanto, nunca passa à materialidade.

O autor faz uma pertinente retomada dos fundamentos ontológicos da ética - entendida como um complexo de valores universalizantes referente à relação entre indivíduo e sociedade. A apresentação dessa questão é pertinente porque Lessa mostra que o discurso ético no capitalismo se combinou à exaltação da cidadania. Em tal imaginário cumpre papel-chave a fascinação com a experiência de Atenas no período antigo. A democracia participativa ateniense ganha destaque até hoje nas elaborações sobre ética e cidadania porque

É o único pretenso exemplo histórico, para sermos muito breves, a sustentar as ilusões na possibilidade de que uma mudança de "perspectiva", uma alteração dos valores, uma "vontade política com um conteúdo ético", pudesse conduzir do reino do "egoísmo" a um capitalismo de face humana. (LESSA, 2011, p. 28).

O exercício grego da cidadania é, portanto, colocado como referência da possibilidade de um referencial ético na solidariedade, que controlasse o individualismo que emerge da sociedade capitalista. Tal exaltação é considerada por Lessa como indicador dos próprios limites desse ideário. Em primeiro lugar, porque sua circunstancialidade restrita a um curto período em um local específico revela que o desenvolvimento da propriedade privada tende à destruição de possibilidades como estas. Em segundo lugar, porque mesmo enquanto durou, a solidariedade exercida em Atenas excluía de antemão a maior parte da população (mulheres, escravos, crianças), sendo constituída somente entre homens da classe dominante. A impossibilidade de generalização da configuração ateniense entre todos os sujeitos,

em todos os tempos e todos os espaços coloca tal vivência como uma exceção que confirma a regra: o predomínio da lógica egoísta diante da propriedade privada, minando o espaço para uma atuação ética e cidadã. Conforme provoca o autor,

Se, tal como os gregos, excluirmos da humanidade os proletários, os desempregados, os espoliados, então a ética na política (ou uma política ética) se tornaria concebível. A política e a ética seriam então o "bem comum" de uma humanidade restrita à burguesia: o restante dos indivíduos não faria parte do gênero. (LESSA, 2011, p. 31).

A ética e a cidadania, entretanto, são tratadas no ideário moderno como passíveis de serem estendidos a todos, em qualquer sociedade “consciente o suficiente” - em uma expressão do ideário iluminista e kantiano do esclarecimento, segundo o qual o pensamento racional levaria à ação correta. Os limites da democracia ateniense foram ocultados ou isolados pela concepção moderna de cidadania, e não abordados como manifestações de uma condição estrutural. Isso porque essa experiência alivia uma humanidade dominada pela lógica da propriedade privada, que pode, assim, manter como esperança a possibilidade de conciliação desta condição à uma vida coletiva e solidária. A questão cerne dos debates éticos da modernidade à contemporaneidade gira em torno da busca pelo equilíbrio entre esses dois fundamentos: a propriedade e a busca pelo bem comum. Em tal contexto, a ética se constitui como “[...] uma onipresente necessidade cuja satisfação é uma impossibilidade ontológica” (LESSA, 2011, p. 24). Assim, a cidadania plena seria a permanente promessa a ser realizada com a ética.

O não questionamento desses pressupostos é destacado também por Rodrigues (2018), que mostra como a criação de *slogans* que expressam os valores burgueses mascara uma realidade social que é, na maior parte do tempo, restrita à luta pela sobrevivência e pela capacidade de suportar a própria existência, limitada e esgarçada pela sociedade. A busca pelo bem comum permanece como uma afirmação distante, que não coloca em xeque a realidade da exploração do homem pelo homem.

Sob fundamentos semelhantes, Silva (2010) conclui que a cidadania, ao lado da democracia, constituiu-se como um princípio de formação humana cujo objetivo é formar um consenso, que busca responder aos conflitos inerentes à sociedade capitalista: conflito, em primeiro lugar, coletivo, entre classes sociais opostas; e, em segundo lugar, individual, travado pelos indivíduos que estão permanentemente em

competição entre si. Novamente é destacada a afirmação dos valores cidadãos como uma oposição à realidade material pautada no indivíduo. Como não se questiona, entretanto, tal fundamento material, que inviabiliza uma comunidade humana efetiva, a reação possível é artificial e alienada, expressa em um conjunto de valores burgueses, tais como, o respeito, a fraternidade, a solidariedade, a participação política que, entretanto, jamais se efetivam. De acordo com Silva (2010), esses princípios servem à harmonização da sociedade e à dissolução aparente dos conflitos. Além disso, resultam na formação de uma subjetividade que se torna indiferente aos conflitos materiais e objetivos da sociedade, substituindo as resistências sistêmicas por lutas particulares e individualistas.

5.2 A ESCOLA DA CIDADANIA ATIVA: QUAL CIDADANIA?

O levantamento feito na seção anterior demonstra que há diferentes concepções de cidadania em disputa na sociedade. A concepção moderna clássica foi elaborada centralmente pela classe burguesa no seu processo de ganho de hegemonia. Tal concepção carrega contradições que foram explicitadas pelos autores levantados, a partir de uma abordagem materialista dialética. Pretendemos verificar em que medida as concepções veiculadas pela *Politize!* correspondem àquelas salientadas pela literatura e de que forma elas lidam com as contradições percebidas.

Para os fins da presente pesquisa, iniciaremos como uma abordagem geral sobre os objetivos da Escola da Cidadania Ativa e suas iniciativas e, em seguida, aprofundaremos a análise de alguns conteúdos específicos. Na plataforma constam uma proposta de itinerário formativo para o Ensino Médio³⁰ sobre “Liderança e cidadania”; uma formação EAD para professores a respeito desse itinerário; sete componentes curriculares de 40 horas, que são sugeridos como eletivas livres ou como matérias do itinerário; duas formações EAD de 40 horas para estudantes denominadas “Liderança Ativa” e “Planejamento de iniciativas sociais”; um e-book sobre eleições; e dezesseis planos de aula destinados aos educadores. Além disso, o site permite o acesso a relatórios das iniciativas já realizadas.

³⁰ Os itinerários formativos foram criados a partir da Lei nº 13.415/2017 e implementados entre 2022 e 2024. A medida determina que o currículo do Ensino Médio seja composto por uma formação geral básica, comum a todos os estudantes, e por uma parte flexível, composta por itinerários formativos.

A página inicial da plataforma explica que seu objetivo é “[...] formar uma geração de cidadãos(ãs) conscientes e comprometidos com a democracia” (POLITIZE, n.d.a). Tal elaboração aparece em todos os materiais, sempre que a *Politize!* explicita seus objetivos. Trata-se de uma formulação com alto grau de generalidade, que destaca a consciência e o apreço ao regime democrático.

Um panorama geral sobre as iniciativas da Escola da Cidadania Ativa indica a baixa especificação nas elaborações sobre a formação cidadã e uma delimitação ampla sobre aquilo a respeito do qual os alunos devem se tornar conscientes. As propostas da *Politize!* envolvem um conjunto amplíssimo de temáticas, tais como finanças pessoais, *bullying*, inovação, cancelamento virtual, eleições, sustentabilidade, comunicação, *fake news*, desigualdades, diversidades, justiça, políticas públicas, educação, ética e moral, entre outras. Por um lado, podemos admitir que, de fato, as competências cidadãs na contemporaneidade se tornaram amplas e múltiplas, não se restringindo a uma ou outra ação. Por outro, percebe-se uma falta de correspondência entre as temáticas centrais da literatura acadêmica sobre cidadania e o direcionamento dado pela plataforma analisada.

As elaborações presentes na apresentação da plataforma indicam a reprodução da crença da relação entre cidadania e valores universais consensuais, com pouco destaque para as divergências políticas constitutivas de tal conceito. Três dos acordos firmados entre a Escola da Cidadania Ativa e secretarias estaduais (AC, RR e SE) inserem nas justificativas uma definição de cidadania, tomada como “[...] agir em prol do interesse coletivo de longo prazo” (Rio Branco, 2021; Boa Vista, 2021; Aracaju, 2021). Essa abordagem sobre a cidadania implica na crença da possibilidade de construção de acordos universais em torno de um uso adequado do raciocínio de forma que ele seja benéfico a todos. Nota-se que o foco está na conciliação e na colaboração, e não na existência de conflitos políticos e sociais - característica típica dos APHs neoliberais contemporâneos e que reforça a contradição de origem das elaborações sobre cidadania.

Para desenvolver a análise sobre as concepções sobre ação política e cidadania veiculadas pela OSC, propusemo-nos a investigar seus materiais mais aprofundados disponíveis na plataforma Escola da Cidadania Ativa - os planos de aula e os relatórios elaborados pela própria *Politize!* sobre essa iniciativa. A análise desses conteúdos demanda a compreensão de que a ausência de certos temas e conceitos é um dado, já que expressa uma escolha perante a formação cidadã, e tal escolha é

pautada em uma determinada concepção de mundo e de cidadania. Aqui, pretende-se verificar se há tópicos centrais abordados na literatura acadêmica que estão ausentes da proposta da *Politize!*.

Tratam-se de dezesseis planos de aula, com as temáticas que seguem: Comunicação popular; *Cyberbullying*; Diferenças entre igualdade e equidade; Estruturando argumentos e praticando debates sobre a cultura do cancelamento; Fontes e checagem de informações; Hegemonia nos espaços de tomada de decisão; Interpretando conflitos no ambiente escolar; Interpretando emoções e identificando necessidades para exercer uma comunicação não violenta; Má informação, desinformação ou informação incorreta?; Meios de comunicação e informação; Moral e ética; Posicionamento das mídias; Praticando a sustentabilidade; Simulando negociação sobre direitos fundamentais negados durante a pandemia; Sustentabilidade: além do meio ambiente; Tornando a escola mais sustentável. Esses planos de aula são direcionados ao público geral de professores.

A análise desses planos revela, mais uma vez, uma alta abrangência da proposta de formação cidadã, com conteúdos e competências extremamente diversificados. Propusemos, assim, um agrupamento inicial dessas propostas a partir da temática geral na qual elas se inserem. De tal forma, identifica-se:

- a) Quatro planos de aula sobre a resolução de conflitos interpessoais (“*Cyberbullying*”; “Estruturando argumentos e praticando debates sobre a cultura do cancelamento”; “Interpretando conflitos no ambiente escolar”; “Interpretando emoções e identificando necessidades para exercer uma comunicação não violenta”; “Moral e ética”);
- b) Quatro planos de aula sobre o universo da informação (“Fontes e checagem de informações”; “Má informação, desinformação ou informação incorreta?”; “Meios de comunicação e informação”);
- c) Três planos de aula sobre questões ambientais e sustentabilidade (“Praticando a sustentabilidade”; “Sustentabilidade: além do meio ambiente”; “Tornando a escola mais sustentável”)
- d) Dois planos de aula sobre a política institucional (“Hegemonia nos espaços de tomada de decisão”; “Simulando negociação sobre direitos fundamentais negados durante a pandemia”);

- e) Um plano de aula sobre estratificação social (“Diferenças entre igualdade e equidade”).

Percebe-se, portanto, que os planos de aula têm como principais temas recorrentes a resolução de conflitos interpessoais e o universo da informação, seguidos pela questão ambiental. A priorização desses assuntos é compatível com a repolitização da política percebida por Falleiros, Pronko e Oliveira (2010) e levada a cabo por organismos internacionais e pelos APHs. As temáticas estruturais e econômicas são prescindidas, e o foco da política é direcionado a temas sobre os quais há um aparente consenso. Assim, por exemplo, os planos de aula sobre o universo da informação não abordam políticas públicas sobre comunicação, e sim as atitudes individuais perante essa esfera. O mesmo ocorre com as propostas sobre sustentabilidade, que prescindem de discutir aspectos globais e focalizam na formação de valores e posturas individuais. O direcionamento é dado à constituição de práticas cotidianas consideradas racionalmente mais adequadas.

Outro aspecto que chama atenção na abordagem inicial dos planos de aula é a baixa presença de conteúdos referentes à política institucional - constam dois, metade do número de planos sobre relações interpessoais e sobre informação/comunicação. Destacamos essa questão porque o conceito moderno de cidadania se desenvolveu em conexão com a participação da política institucional através de direitos. Por esse motivo, os dois planos de aula sobre essa temática serão analisados por nós de forma específica, buscando identificar as concepções veiculadas pela *Politize!* a respeito de tal questão.

A temática da estratificação social, presente em um dos planos de aula por meio dos conceitos de igualdade e equidade, também é central na literatura sobre cidadania e formação cidadã e, por isso, será outro foco de nossa análise. Se, por um lado, ressaltamos no segundo capítulo o apagamento de tais conteúdos pelos aparelhos hegemônicos neoliberais, por outro, consideramos importante inserir tais acontecimentos em uma tensão mais antiga entre a ideia de cidadania e as estratificações de classe.

Por fim, analisaremos os relatórios elaborados pela própria *Politize!* sobre a Escola da Cidadania Ativa. Esses relatórios foram feitos a partir de critérios estabelecidos pela organização para aferir a aprendizagem ao longo do curso, contando com depoimentos de alunos e professores. Esse material foi selecionado

por possibilitar reconhecer os critérios fundamentais para o ensino da cidadania para a *Politize!*, além daquilo que foi apropriado pelos participantes de sua plataforma.

5.2.1 Plano de aula: simulando negociação sobre direitos fundamentais negados durante a pandemia

Os objetivos propostos neste plano são:

Compreender os 4 pilares da inteligência emocional e o seu uso em negociações, através da montagem de um quebra cabeça conceitual. Analisar criticamente o acesso à higienização, à água e ao saneamento básico das pessoas no contexto da COVID-19; e simular uma negociação fictícia aplicando os pilares da inteligência emocional. (POLITIZE!, n.d.d, p. 2).

Para tais objetivos, propõe-se uma dinâmica de rotação por estações, em que cada etapa possibilita a compreensão e o desenvolvimento de uma competência de inteligência emocional. Depois, é colocada uma situação de negociação durante a pandemia, e é exigido que os estudantes utilizem as competências emocionais aprendidas para a resolução dos problemas colocados. É destacado que “[...] é essencial que ocorra o benefício mútuo entre as partes envolvidas, ao final da negociação” (POLITIZE!, n.d.d, p. 5).

Essa exigência é reveladora para a presente pesquisa. Está embutida nela a compreensão fundamental nos aparelhos hegemônicos neoliberais de que é possível e necessário encontrar soluções para os conflitos sociais que passem pelo benefício equânime de todos os agentes envolvidos. Reforça-se a análise de Pina (2016) sobre a direita para o social, já que

O conflito entre as classes sociais, nessa perspectiva, é substituído pela ideia de colaboração, no sentido de legitimar iniciativas de pessoas ou organizações que se orientem na compreensão de que todos (independentemente de sua experiência e classe social) são responsáveis pela construção de uma sociedade “mais justa”. (PINA, 2016, p. 72).

O direcionamento ao benefício mútuo também está em consonância com as críticas gerais feitas à relação entre a cidadania moderna e a desigualdade. Conforme Silva (2010), percebe-se a busca pelo consenso e o ocultamento das relações de classe - que implicam, necessariamente, uma disputa de interesses opostos, contraditórios e inconciliáveis entre si. Em vez de evidenciar esse tópico, ressalta-se

a ideia de que é possível, dentro dos marcos da sociedade capitalista contemporânea, encontrar soluções que sejam igualmente positivas para todos os grupos sociais. Associa-se a formação cidadã ao desenvolvimento de um raciocínio conciliatório diante dos conflitos.

Essa associação está presente no conjunto deste plano, que tem como fundamento a conexão entre inteligência emocional e resolução dos problemas sociais. Está implícita a compreensão de que uma ação política adequada à cidadania passa centralmente pelo desenvolvimento de hábitos virtuosos entre os indivíduos. Tal pressuposto revela um foco na ação individual de cada um, sem estimular de forma prioritária a compreensão de problemas estruturais que antecedem a agência de cada sujeito. Prioriza-se, portanto, a capacidade individual de resolução de conflitos de forma pacífica e conciliatória. De acordo com Tonet (2005), o reforço isolado de valores individuais, como respeito, solidariedade e fraternidade, tem como base material a alienação perante às estruturas de desigualdade. Como consequência, são implicitamente estimuladas a indiferença perante os conflitos materiais e a busca da harmonização da sociedade capitalista. Dessa forma, as lutas antissistêmicas são substituídas por batalhas individuais e particulares. Segundo Lessa (2002):

Quanto mais agudas as tensões sociais, tanto mais abstrato se torna este discurso moralista. O apelo aos "verdadeiros valores humanos", hoje concentrado na ideia absurda de "solidariedade" entre proprietários privados, intensifica o seu idealismo para "pensar a possibilidade" de uma sociedade "melhor" pela ação de "valores solidários". (LESSA, 2002, p. 108 *apud* RODRIGUES, 2018, p. 93).

Seguindo o raciocínio do autor, o chamamento à formação de valores éticos colaborativos torna-se abstrato diante do ocultamento das origens das contradições sociais. Trata-se de uma expressão da contradição entre o desejo de conformação moral e a permanência da prevalência da economia baseada na propriedade privada, na estratificação de classes e na competição. Por isso, o apelo à solidariedade é tratado como absurdo, na medida em que não aborda os fundamentos materiais que a impedem.

Chama atenção o fato de que esse é o único plano de aula que se refere ao fundamental conceito de direitos cidadãos, e nele é demandado que o sujeito excluído de direitos busque formas de conciliação com os demais. É preciso destacar que nos objetivos não consta a identificação de quais são os direitos universais e dos motivos

da exclusão, então pode-se considerar que o plano está em consonância com os objetivos. Entretanto, não é de se ignorar o dado de que a única menção a direitos, em meio a um conjunto amplo de planos de aula sobre a cidadania, seja feita somente com a intenção de desenvolver a inteligência emocional individual e a capacidade de negociação.

5.2.2 Plano de aula: hegemonia nos espaços de tomada de decisão

Os objetivos propostos para esse plano de aula são:

Identificar as distintas estruturas de poder que guiam as tomadas de decisão e influenciam na vida do indivíduo; Analisar o perfil homogêneo nos espaços de poder com a pluralidade existente na sociedade; Associar a importância de políticas de inclusão e diversidade para representação de distintos grupos sociais. (POLITIZE!, n.d.b, p. 2).

Para o cumprimento desses objetivos, a *Politize!* propõe uma dinâmica em que os alunos assumem a posição de um personagem fictício e, a partir de sorteio, são direcionados para determinadas situações ao longo da vida desse personagem. A vitória na dinâmica é a ocupação de cargos de liderança no Poder Judiciário, Legislativo ou no setor privado.

O personagem fictício utilizado é de um jovem negro que reside no interior do estado. Ao longo da dinâmica, os estudantes se deparam com possíveis situações de vida, sendo que poucas delas são favoráveis à aspiração profissional colocada. As possibilidades postas pelo educador partem das condições reais da sociedade brasileira, como presença de pessoas negras no ensino superior, no mundo do trabalho e na política. Assim, a cada fase da vida, o sujeito tem mais chance de se distanciar da vitória na dinâmica do que de seguir rumo a sua realização. Aqui, o plano possibilita o desenvolvimento da capacidade de identificar as desigualdades e seus efeitos na vida pessoal. Permite também o reconhecimento das dificuldades sociais na ascensão pessoal de sujeitos periféricos.

Destaca-se, entretanto, que a abordagem sobre as temáticas tem como ponto de partida e de chegada o indivíduo. Se, por um lado, o plano permite o reconhecimento de que as oportunidades individuais não dependem só da vontade de um, por outro lado, ele não consegue alterar o foco para além do sujeito individual. O direcionamento está na dinâmica pessoal do sujeito atuando nas “[...] estruturas de

poder que guiam as tomadas de decisão e influenciam na vida do indivíduo” (POLITIZE!, n.d.b, p. 2). Conforme se vê, as estruturas de poder são tomadas como um dado com o qual o indivíduo deve lidar ao tomar suas escolhas.

Conforme Martins (2015), é central no neoliberalismo de Terceira Via incorporar as aspirações por justiça social, mas direcioná-las à formação de um sujeito focado em si mesmo e em sua ascensão. No plano de aula, isso se expressa na busca do indivíduo de entrar em cargos de poder no setor privado ou na democracia formal. A vitória no jogo é a vitória de um sujeito, mesmo com a manutenção das condições de desigualdade. Como destacam Martins e Sant’Anna (2005), a concepção neoliberal difundida por aparelhos hegemônicos “[...] desenvolve valores que impulsiona soluções individualistas ou grupistas na resolução de questões relativas ao trabalho e à vida” (MARTINS; NEVES e SANT’ANNA, 2005, p. 38), abdicando do tratamento das possibilidades de transformações coletivas estruturais.

A correspondência com essa concepção hegemônica é identificada pelo fato de que esse é o único plano de aula que aborda as estruturas de poder da sociedade. Não chegaríamos na mesma associação se essa fosse uma entre várias formas propostas para tratar essa temática. Entretanto, tal direcionamento exclusivo vai ao encontro da atuação recorrente dos aparelhos hegemônicos neoliberais, que discorre sobre as questões sociais a partir do indivíduo, isolando-as da compreensão da totalidade social fundamentada na exploração de classe. Por mais importante que possa ser reconhecer as desigualdades de oportunidades, tal compreensão pode ser limitada pela opção de não investigar as raízes dessas condições. Como consequência, a tendência derivada da lógica estabelecida é a naturalização e a reificação desses fenômenos, já que não são visibilizadas as ações humanas e as estruturas de poder que lhes originam. Com isso, oculta-se também a possibilidade de transformação desses processos.

Ao final, os estudantes são convocados a pensar em meios para aumentar as chances de sucesso do personagem em cada desafio de sua vida. Aqui, abre-se um espaço para a ação de diferentes agentes - o próprio sujeito, a sociedade civil e o poder público. Entretanto, a forma de proposição do desafio direciona para uma abordagem dos problemas sociais de forma separada - novamente indica uma ausência de construção de um conhecimento sistêmico e estrutural sobre as raízes materiais das estruturas de poder. Notamos ainda a inexistência de uma perspectiva que aponte para a luta por direitos universais, em vez de aumento das chances de

sucesso individual diante da exclusãoposta como dada. Identificamos, assim, novamente a percepção de Dardot e Larval (2017) sobre o direcionamento neoliberal às reivindicações por justiça social.

Um retorno aos objetivos do plano permite um aprofundamento da análise. A proposta de “Identificar as distintas estruturas de poder que guiam as tomadas de decisão e influenciam na vida do indivíduo” (POLITIZE!, 2024b, p. 2) é parcialmente cumprida: o plano possibilita o reconhecimento de certas estruturas de poder, mas camufla algumas outras. O plano dá conta plenamente dos objetivos de “[...] analisar o perfil homogêneo nos espaços de poder com a pluralidade existente na sociedade” (POLITIZE!, 2024b, p. 2) e de “[...] associar a importância de políticas de inclusão e diversidade para representação de distintos grupos sociais” (POLITIZE!, 2024b, p. 2).

5.2.3 Plano de aula: diferença entre equidade e igualdade

Este plano de aula tem como objetivos:

Diferenciar os conceitos de igualdade e equidade; Identificar como os marcadores sociais de diferença se manifestam na sociedade; Relacionar a importância e as formas de garantir direitos aos indivíduos com os conceitos de igualdade e equidade. (POLITIZE!, n.d.c, p. 2).

O desenvolvimento da aula envolve a análise do Artigo 5º da Constituição brasileira, que afirma que todos os cidadãos são iguais entre si. Este é o ponto de partida para que os alunos reflitam sobre a ausência de igualdade na vida concreta das pessoas, apesar de sua determinação formal. As etapas seguintes envolvem o estudo dos conceitos de igualdade e equidade e a análise de dados sobre raça na sociedade brasileira.

A presença de injustiças na sociedade brasileira é explicada pelo uso excessivo da igualdade formal perante a lei, em vez da categoria da equidade. Aqui, conforme Hellinger (2018) e Silva (2005), seria necessário destacar a ausência de construção de uma perspectiva crítica sobre essa igualdade formal diante de uma estrutura social desigual em sua essência.

O foco é, porém, direcionado à importância de políticas públicas voltadas a sujeitos específicos, a partir do conceito de equidade. A conclusão do plano de aula aponta no mesmo sentido, demandando que os alunos formularem uma proposta de

solução para uma das manifestações do problema da desigualdade racial. Em consonância com as críticas da bibliografia revisada, não há visibilização do fato que a igualdade de direitos na sociedade burguesa nunca implicou uma igualdade de fato, nem mesmo na esfera política (HELLINGER, 2018). A ausência de oportunidades justas é tratada no plano de aula como consequência da falta de políticas públicas que reconheçam as desigualdades do Brasil contemporâneo. Assim, carrega a compreensão implícita de que, com políticas corretas, é possível uma igualdade efetiva e justa entre todos os cidadãos. Essa concepção está em consonância com o que afirma Dalarosa (1998) sobre a concepção moderna de cidadania, tomada como sinônimo da busca de direitos previamente determinados.

Além disso, as possibilidades de ação política são associadas a soluções parciais sem alteração da estrutura econômica e social. Tal implicação dá ressonância às afirmações de Rodrigues (2018), para quem o ideal de cidadania burguesa diminui o espaço para a transformação social, ao reduzir a ação política à ação dentro da ordem existente. Assim, pode-se considerar que o segundo objetivo proposto no plano pode ser parcialmente cumprido, desde que esteja nítido que a superação das desigualdades sociais é associada à garantia de direitos dentro do sistema posto.

O direcionamento do plano à busca de soluções reproduz ainda a forma de fazer política típica dos aparelhos hegemônicos neoliberais de Terceira Via. Conforme Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010), é característico dessa concepção a conformação de uma participação cidadã orientada para a resolução de problemas sociais sem o intermédio do Estado. Nesse contexto, a busca por direitos universais é deixada de lado, já que

[...] a solução dos problemas e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por intermédio de "parcerias" com a aparelhagem estatal e outros organismos da sociedade civil, e não mais nas políticas universalizantes. (LIMA; MARTINS, 2005, p. 63).

O Estado é tratado como incapaz de incorporar as reivindicações de justiça social e, por isso, seria necessária a atuação de sujeitos "colaborativos" na busca de soluções que o poder público não seria capaz de elaborar. A atuação cidadã incentivada abdica da luta por direitos universalizantes, substituindo-a pela busca de soluções localizadas aos efeitos mais alarmantes da exclusão de acesso à cidadania plena. Essa forma de fazer política corresponde à teoria do capital social, difundida

pela direita para o social, que afirma que o sujeito se valoriza quando desenvolve a capacidade de se mobilizar na busca de soluções aos problemas mais imediatos.

5.2.4 Indicadores de aprendizagem

Nos relatórios sobre a Escola presentes no *site*, há um conjunto de indicadores de aprendizagem e depoimentos recolhidos a partir de pesquisas com estudantes e professores que fizeram parte da Escola da Cidadania Ativa. Esses dados abordam os resultados das diversas iniciativas que compõem o programa. Utilizaremos esses dados porque entendemos que aquilo que acontece no processo de aprendizagem ultrapassa os limites do que podemos acessar nas propostas do *site*. Por isso, analisar os índices de aprendizagem formulados pela própria *Politize!* se mostrou um caminho pertinente para identificar as concepções de cidadania e formação cidadã priorizadas e transmitidas pela entidade.

Os relatórios sobre as atividades da plataforma indicam uma absorção da ideia de que a cidadania passa pelo processo de se informar e se posicionar criticamente perante a realidade. As competências argumentativas são frequentemente destacadas pelos participantes das iniciativas como capazes de formar uma consciência crítica: “[Percebi] Que a criticidade ocorra, que o que eles consigam ter argumento pra justamente lá na frente eles conseguirem é ter seus próprios pensamentos. Tá aí a democracia.” (POLITIZE!, n.d.h, p. 46); “[As atividades da trilha] requerem uma reflexão, um pensamento crítico, e eu acho isso muito bacana, porque fortifica muito a cidadania mesmo” (POLITIZE!, n.d.h, p. 46); “A questão da construção de argumentos, da argumentação do pensamento crítico.’ Então eu acredito que é que ajuda, sim [a construir a democracia]” (POLITIZE!, n.d.h, p. 45).

Notamos ainda grande presença de relatos que destacam o incremento da capacidade de escuta e diálogo, presente em depoimentos como: “Me despertou ainda mais o ato de ouvir ao próximo e entender o que se passa” (POLITIZE!, n.d.g, p. 28); “Me ajudou a compreender situações de convivência” (POLITIZE!, n.d.g, p. 21); “Desenvolvi muito a habilidade de saber conversar, escutar, não só os alunos mas qualquer pessoa” (POLITIZE!, n.d.h, p. 21); “[Aprendi] Sobre o modo de se portar em uma conversa, não julgando ou diminuindo os outros, ajudando e escutando” (POLITIZE!, n.d.g, p. 28); “A prática cidadã do diálogo, da escuta e de entender melhor a realidade dos estudantes.” (POLITIZE!, n.d.h, p. 48); “A escuta foi uma delas, ouvir

com mais atenção as vozes dos principais envolvidos, os alunos.”; “Ajudou a desenvolver a escuta ativa e a comunicação não-violenta” (POLITIZE!, n.d.h, p. 49); “Fortalece muito [a cidadania], porque faz os(as) estudantes pensarem e refletirem sobre as outras pessoas, a forma como elas sentem as coisas. Quando a gente traz a proposta de escutar uma dificuldade de um(a) colega, dividir aquilo com o grupo e entrar em um debate sobre isso, eles(as) estão exercendo a suas cidadanias.” (POLITIZE!, n.d.h, p. 51).

Os conteúdos referentes à participação popular, tidos como relevantes por aqueles que estudam a questão cidadã, aparecem nos relatórios a partir de uma abordagem própria. As principais menções a essas competências aparecem nos indicadores sobre a Trilha Liderança e Cidadania, voltada para a formação de líderes estudantis. Seu conteúdo passa por uma compreensão do papel de um líder e a necessidade de que ele seja um mediador entre a comunidade escolar e a gestão administrativa. Alguns depoimentos indicam isso: “Ser líder é escutar e compreender o que a comunidade quer e representar a proposta dessa comunidade.” (POLITIZE!, n.d.h, p. 22); “Ajudou a pensar na melhoria nos relacionamentos com as pessoas, no servir; a ouvir o outro na hora de representar o outro” (POLITIZE!, n.d.h, p. 32); “O curso ajudou a melhorar a ser ponte entre a gestão e a turma” (POLITIZE!, n.d.h, p. 33).

Os indicadores utilizados pela *Politize!* sobre essa iniciativa também são relevantes e apontam para um sentido semelhante:

1. Gerir democraticamente integrando a classe em torno de interesses comuns
2. Comunicar-se de forma não-violenta
3. Representar as necessidades das pessoas nas decisões tomadas e
4. Valorizar o exercício do voto.
- [...] [5.] Usar conhecimentos sobre o sistema educacional para determinar onde, com quem e como atuar e
- [6.] Agir sabendo que cada um(a) tem a sua parcela de contribuição nas relações que compõem o universo escolar. (POLITIZE!, n.d.h, p. 56).

Percebe-se nos dados levantados, a reprodução das concepções predominantes nos aparelhos hegemônicos, tendo como fundamento a busca da colaboração entre diferentes sujeitos em torno de objetivos em comum. Reforça-se também a ideia de uma sociedade civil ativa por meio de participação em universos específicos da sociedade civil. Os sujeitos educados pela Escola da Cidadania Ativa, tais como os líderes formados pela *Politize!*, aprendem os princípios da comunicação não violenta, associados à busca da cooperação.

O relatório também destaca o desenvolvimento da capacidade de agir da forma tomada como correta em situações concretas, principalmente no ambiente escolar. No balanço do segundo semestre de 2021 da Trilha de Liderança e Cidadania, consta que 85,7% dos estudantes se avaliam positivamente em “Identificar situações a serem melhoradas na comunidade escolar”. Alguns depoimentos apontam no mesmo sentido: “[...] a parte da intervenção positiva ajudou a pensar em como solucionar problemas na escola” (POLITIZE!, n.d.h, p. 33); “[colabora para] ser uma agente multiplicadora de ações virtuosas em favor de uma sociedade mais justa.” (POLITIZE!, n.d.g, p. 27).

Outro dado recolhido é pertinente para a compreensão dos sentidos atribuídos pela entidade à formação cidadã. A *Politize!* perguntou se as disciplinas eletivas disponibilizadas em 2022 fortalecem a democracia e encontrou um resultado positivo de respostas, justificadas pelos professores conforme os argumentos a seguir:

- O material é excelente para formar o cidadão para a vida tendo uma melhor organização financeira.
- Tornou os alunos mais engajados
- Incentiva a responsabilidade no bom uso das finanças no âmbito pessoal e coletivo.
- Foca diretamente o que fazer e como fazer.
- Muito importante o discente saber "lidar" com o dinheiro de uma forma geral.
- Trouxe uma visão diferente de como lidar com diversas situações
- Sim, pois estimula e proporciona a reflexão crítica por parte da comunidade escolar. (POLITIZE!, n.d.h, p. 50).

Chama atenção a repetição de três depoimentos que focam o trato das finanças pessoais do estudante. Esses relatos focalizam as ações individuais, abordando um conteúdo que não foi identificado na literatura sobre cidadania. As demais falas se referem à criticidade, ao engajamento e à capacidade de lidar com situações diversas.

Ainda sobre as eletivas oferecidas, a *Politize!* questionou o quanto elas colaboraram para o exercício da cidadania, recolhendo as justificativas que se seguem:

- Linguagem fácil, boa aplicabilidade prática, interessante aos jovens.
- O espírito investigativo, de pesquisa e coleta de dados.
- A eletiva traz a proposta de trabalhar a consciência financeira, pensar antes de agir e a meu ver consigo enxergar esse retorno.
- Ajudou a desenvolver a escuta ativa e a comunicação não-violenta.
- Compreendi que é muito importante desenvolver a consciência, o autoconhecimento.
- Os estudantes estão realizando atividades práticas tornando o ambiente escolar mais sustentável, por meio da redução do desperdício, confecção de

hortas e trabalhando a conscientização socioambiental pautada numa perspectiva de uma economia mais circular e sustentável. (POLITIZE!, n.d.h, p. 49)

Novamente, direcionamos atenção para o destaque à capacidade de comunicação não violenta e a virtudes individuais, como o autoconhecimento, a conscientização ambiental e a responsabilidade financeira. Aparece agora também a apropriação sobre os processos de pesquisa e de investigação.

Nos indicadores e depoimentos presentes nos dois relatórios analisados, há ao todo duas referências a direitos cidadãos. No documento referente a 2021, consta a fala de uma professora a respeito da disciplina eletiva “Jornalismo, imprensa e democracia”: “[...] tenho certeza que a eletiva ela veio para despertar esse lado do cidadão que vai atrás, que vê tem seus direitos, que precisa reivindicar, mas que precisa saber também dos seus deveres.” (POLTIZE, n.d.g, p. 30). Já no relatório de 2022, um estudante formado pela trilha Liderança ativa afirma: “[...] explicava para eles o que eles podiam fazer, quais são seus direitos. Então liderança ela ajuda muito nisso, faz muito esse papel de exercício da cidadania.” (POLITIZE, n.d.h, p. 21). É relevante a presença discreta desse tópico, bem menos recorrente do que as temáticas de diálogo, colaboração e comunicação. As menções encontradas referem-se à capacidade de saber sobre os próprios direitos. A referência à reivindicação de direitos vem ao lado do reconhecimento dos próprios deveres como cidadãos.

Não há outras citações à ideia de reivindicações, e inexistem citações a termos como “manifestações”, “protestos”, “movimentos sociais” e outras vias historicamente relevantes para a conquista de direitos cidadãos. A palavra “poder” não aparece nos dois relatórios analisados, assim como os termos “estrutura econômica”, “estrutura social”, “capitalismo”, “classe social”, “grupo social”, “burguesia”, “desigualdades”. O termo “conflito” é encontrado uma vez, na citação a respeito de uma postagem sobre conflitos no ambiente escolar.

Destacamos essas ausências considerando que a falta de determinados assuntos também é um dado relevante, que expressa uma forma de seleção de significados sobre cidadania e ação política. O ato de escolha desses sentidos e de ocultamento de outros deve ser considerado constitutivo dos processos de produção e de reprodução de uma hegemonia a respeito dessas temáticas. No caso presente, mostra-se relevante a inexistência de menções a conceitos centrais na formação da cidadania moderna - referentes à esfera do poder e da estratificação social.

Percebemos, assim, a mesma hierarquização de prioridades encontrada nos planos de aula: prevalecem as menções ao universo da comunicação e da informação, da sustentabilidade e das relações interpessoais.

6 CONCLUSÃO

Curso básico de injustiça

Este mundo, que oferece o banquete a todos e fecha a porta no nariz de tantos, é ao mesmo tempo igualador e desigual: igualador nas ideias e nos costumes que impõe e desigual nas oportunidades que proporciona. (GALEANO, 2009, p. 25).

Conforme destacam Dalarosa (1998) e Soares (1998), a cidadania é um conceito essencialmente político, que envolve, portanto, conflitos entre concepções de mundo e interesses diversos constitutivos dessa esfera. Segundo tal entendimento, não há somente uma atuação cidadã, e sim uma miríade de possibilidades, respectivas a uma outra miríade de interesses sociais e concepções políticas. A construção de um participante da política - seja por meio da educação formal ou da informal - deveria envolver a discussão sobre tais embates, forjando um sujeito que saiba se localizar conscientemente diante delas.

Em contraste com essa perspectiva, percebe-se um discurso compartilhado entre poder público, organizações da sociedade civil e o setor empresarial que dá a entender que a atuação cidadã tem um conteúdo dado de antemão, com significados que não precisam ser discutidos e cuja concordância independe de critérios políticos. Um conjunto de vocabulários e iniciativas são apresentados como as únicas vias da educação política e do processo de forjar um cidadão.

Nota-se assim, nas orientações oficiais para a educação pública brasileira, em múltiplas organizações da sociedade civil e em iniciativas de grandes empresas uma mesma perspectiva, o projeto de forjar um cidadão voluntário, colaborativo com o poder público e privado, “ativo” na busca de soluções, empreendedor nas suas atitudes e capaz de construir um consenso em busca de um “mundo melhor”. O terreno da cidadania é associado à sociedade civil, e este é tratado como lócus do bem, da cooperação, da harmonia e da eficiência.

Aquilo que à primeira vista pode se apresentar como um acordo natural é resultado de um complexo processo de formação de hegemonia e de consequente construção de um senso comum sobre essas temáticas. Trata-se de uma nova pedagogia da hegemonia, ou seja, um conjunto de práticas de educação formal e informal que têm como propósito a formação de um homem coletivo através da difusão de determinadas visões de mundo. Conforme destaca Gramsci (2007):

As idéias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. (GRAMSCI, 2007, p. 82).

Ainda de acordo com o autor italiano, a difusão dessas ideias passa pela batalha pela hegemonia, que se constitui como uma disputa entre grupos sociais para forjar e reproduzir determinadas concepções de mundo associadas a seus interesses de classe. Trata-se de um processo de seleção de determinados significados, buscando transformá-los em senso comum a partir de uma pedagogia da hegemonia. Tais entendimentos têm mais força quanto mais um grupo social é capaz de difundir os como se fossem universais e desassociados de interesses específicos. A constituição das concepções de cidadania, educação política e formação cidadã é percebida nessa investigação como um caso exemplar desse processo. Formulações oriundas de setores empresariais se espalharam de tal forma que constituíram um senso comum compartilhado por amplos atores, que pouco é posto em debate e sujeito a questionamento.

Esse movimento se dá por meio de uma profunda conexão entre o capital, o poder público e algumas organizações privadas da sociedade civil - entre as quais se insere o foco empírico desta pesquisa, a organização *Politize!*. Tal relação se materializa por meio do protagonismo dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs): organizações que, como destaca Hoeveler (2020), traduzem pensamentos e práticas de uma classe para o conjunto da sociedade. Os aparelhos são apresentados como privados, mas permeiam a esfera estatal e ampliam a arena da disputa política.

A ação dos APHs é mais bem compreendida quando inserida dentro de um bloco histórico - uma conjunção de agentes privados e públicos que se associam na produção e na difusão de determinadas concepções. Conforme salientam Neves e Sant’Anna (2005), o conceito de bloco histórico dá visibilidade à reciprocidade dialética entre estrutura e superestrutura, ao salientar o processo de construção de conteúdos ético-políticos em associação às estruturas econômicas e sociais. Um bloco que se propõe a ser dominante deve ser capaz de representar as frações de classe que o originam e, paralelamente, apresentar suas ideias e suas iniciativas como adequadas para os mais distintos grupos sociais.

A análise de uma organização privada deve passar, portanto, por situá-la dentro de um bloco histórico, por meio da identificação de suas relações de classe, muitas vezes camufladas na busca por hegemonia. Aplicamos essa perspectiva no estudo da *Politize!*, tentando captar sua rede de conexões e, assim, localizá-la dentro da batalha operada por classes sociais em disputa.

A investigação sobre essa organização revela que ela conta com um grande aporte financeiro de pessoas jurídicas, que constituem 97% do valor milionário arrecadado por meio de doações. Entre os doadores declarados, estão a Petrobras, o Instituto MRV, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o *National Endowment for Democracy* (NED), criado pelo governo republicano de Ronald Reagan nos Estados Unidos, e a *Konrad Adenauer Stiftung* (KAS), associada ao Partido da União Democrata-Cristã, da Alemanha. Trata-se de importantes setores do capital nacional e da burguesia internacional.

No entanto, a *Politize!* organiza um conjunto de iniciativas voltadas para as classes sociais mais baixas, principalmente a partir da inserção na educação pública através de acordos com secretarias estaduais de educação. Desse modo, a organização formula currículos, planos de aula e formações a professores e a estudantes da rede pública.

Essas características permitem situar a *Politize!* como um aparelho patrocinado pelas classes dominantes e voltado prioritariamente para as classes dominadas. Segundo Pina (2016), trata-se de um comportamento recorrente do empresariado após a década de 1990, especialmente na área da educação. Por meio do mote da “responsabilidade social”, empresários se expõem à sociedade como portadores do desejo e da capacidade de “solucionar” os problemas sociais mais urgentes, direcionando parte de seus vastos recursos para isso. Dessa forma, “[...] empresas ‘socialmente responsáveis’ têm se apresentado imediatamente aos nossos olhos como ‘parceiras’ da educação pública” (PINA, 2016, p. 15). Conforme destaca o autor, trata-se de uma estratégia que reposiciona a identidade burguesa na sociedade contemporânea, aumentando sua legitimidade perante as demais camadas sociais. Esses movimentos respondem a uma conjuntura de aumento da precarização da vida das classes sociais pauperizadas, que poderia levar a um crescimento da indignação com o privilégio de outros setores. Em vez disso, a classe dominante se apresenta como uma aliada no enfrentamento aos problemas sociais que aparecem como mais urgentes ao público geral. Constitui-se um “[...] surrealismo da empresa que não visa

lucro, mas se interessa exclusivamente pelo retorno ético da cidadania" (ARANTES, 2000, p. 27). A concretização desse fenômeno contraditório se dá a partir do "investimento social" de grandes empresas, muitas vezes através de fundações privadas patrocinadas e estruturadas por elas mesmas.

De acordo com Fontes (2008), este é um fenômeno fundamental em países periféricos e na difusão do neoliberalismo. Através das organizações criadas por empresários e voltados para a área social, os setores dominantes difundem suas visões de mundo para outros grupos sociais, constituindo uma importante ferramenta para a produção e para a reprodução da hegemonia.

Tal difusão conta com o apoio das estruturas estatais, nas quais as organizações privadas se inserem e passam a ser determinantes nas definições de políticas públicas. A arena da educação é uma das mais visadas por estes atores; a *Politize!*, por exemplo, é uma das muitas entidades privadas que influenciam na formulação e na aplicação do currículo nas escolas públicas brasileiras, em uma expressão de tal condição. Esse processo é legitimado sob a égide de uma democratização da política por meio da participação da sociedade civil. É necessário destacar, entretanto, que há um processo de seleção dos atores privados que adquirem protagonismo, e tal triagem é feita sem critérios transparentes. Conforme destacam Caetano e Mendes (2020, p. 4), "Essa é uma ameaça à democracia porque esses grupos não passam pelo crivo de um processo eleitoral, em que propostas são apresentadas para escolha do cidadão". Dessa forma, algumas entidades privadas, em sua maioria sustentadas por empresários, passam a assumir funções públicas sem a necessidade de eleição da maioria da população. Enquanto isso, amplos setores da sociedade e inúmeras formas organizativas têm sua participação ainda mais restringida, seja através da repressão, da ausência de acesso à informação, da invisibilização de sua atuação ou da desconsideração de suas propostas.

É necessário destacar ainda a precariedade das informações sobre a permeabilidade do setor privado na arena estatal. Como salienta Fontes (2008), essas organizações contam com recursos de difícil mensuração, pela variedade de isenções fiscais e pela ausência de exigência de visibilização delas. A autora evidencia que a "[...] palavra transparência figura frequentemente no discurso empresarial, mas a opacidade parece ser a marca mais importante da atuação de APHs na formulação, gestão e na avaliação da educação brasileira e do próprio funcionamento do Estado" (FONTES, 2018, p. 17). Esse fenômeno é percebido na investigação da *Politize!*, que

não divulga suas isenções fiscais e nem uma relação de seus membros que atuam na esfera pública. No mapeamento feito nesta pesquisa, foram encontrados participantes de secretarias de educação, vereadores e assessores parlamentares, associados aos partidos Novo, DEM, PDT, Podemos, MDB, Progressistas e ao antigo PPS. Essas participações não são divulgadas no *site* da entidade e precisaram ser localizadas em fontes diversas.

Além da intervenção na educação pública, outras frentes de atuação da *Politize!* são a produção de conteúdos digitais de acesso aberto e programas de formação de lideranças políticas. A partir dos conteúdos virtuais, um amplo público é atingido diretamente e é formado pela entidade. Ao lado deles, não é circunstancial o fato de que muitas das organizações criadas por setores do empresariado promovam programas de formação de lideranças políticas: trata-se de uma via pertinente para a difusão de concepções de mundo a longo prazo. Os líderes formados nesses programas ocupam cargos de poder na esfera pública e privada e se constituem como multiplicadores dos princípios teóricos e práticos ensinados pelas organizações privadas. O anseio de formar dirigentes políticos é típico de uma organização preocupada com a disputa de hegemonia e com a difusão de suas concepções. A *Politize!* é produto e produtora desse processo ; com membros oriundos de programas de formação de lideranças de outras organizações da sociedade civil - principalmente da Fundação Lemann -, organiza ela mesma suas próprias iniciativas desse molde. A partir desses mecanismos, conforme destaca Fontes (2018), muitos setores do empresariado conseguem financiar indiretamente candidatos e garantir a eleição de um grupo pré-selecionado por eles.

Os programas de formação de lideranças da *Politize!* têm como nortes o conhecimento da política, o estabelecimento do “diálogo plural”, o exercício da empatia e o incentivo ao “protagonismo comunitário”. Entre seus princípios, aparece o apoio à democracia, a comunicação não violenta, a sustentabilidade e o trabalho em rede para uma ação política com “fundamentos sólidos” e com “responsabilidade pelos fins” (POLITIZE!, 2024, p. 16).

Esses eixos são fundamentados por membros da *Politize!* pela percepção de que a democracia brasileira é corroída pela polarização e pelo radicalismo. A solução seria, portanto, forjar um *ethos* democrático pautado no diálogo e na colaboração entre diferentes atores. Essa mesma concepção aparece nos conteúdos da instituição voltados para o grande público, como os planos de aula da Escola da Cidadania Ativa.

O foco é na formação de um indivíduo com determinados valores e aptidões que o permitam atuar na política de forma “cooperativa” e “ativa” na busca de soluções aos problemas alarmantes. A análise desses princípios afirmados deve ser combinada à identificação de outros tantos assuntos que são ocultados. A ausência de determinados temas é um dado relevante e expressivo sobre a seleção de determinados significados para pautar a formação cidadã.

Cabe destacar que os programas da *Politize!* têm alta capilaridade no meio digital e fora dele. De acordo com a OSC (POLITIZE, n.d.k), seu site já foi acessado por mais de 100 milhões de usuários, 14.508 professores foram treinados pela instituição e 158.121 estudantes foram atingidos por ela. A Plataforma Escola da Cidadania Ativa conta com a adesão de dez secretárias de educação - DF, MT, PB, RS, RR, AM, BA, SE, AC e SP.

O conjunto de características da *Politize!* é mais bem compreendido quando comparado às formulações do neoliberalismo de Terceira Via. De acordo com essa vertente, a década de 1990 revelou um esgotamento da capacidade do Estado e a necessidade de uma “nova forma” de fazer política, cujo centro é o estabelecimento de uma “sociedade civil ativa” de moldes específicos. Tal necessidade é justificada por uma suposta obsolescência das divisões sociais e políticas que nortearam a questão cidadã na modernidade. Conceitos clássicos como classes sociais, exploração do trabalho e direitos universais são considerados ultrapassados e incapazes de explicar a sociedade contemporânea. O neoliberalismo reformado preza pela “[...] eliminação de todos os nexos teóricos e históricos ainda presentes que insistiriam em ligar o mundo atual com o chamado "velho mundo das polaridades" (LIMA; MARTINS, 2005, p. 52).

O meio social é percebido como uma conjunção de indivíduos plurais e diversos, capazes de chegar a acordos mútuos se abandonarem os “radicalismos” do passado. Não há interesses econômicos ou projetos políticos em disputa, e sim sujeitos isolados que, se usarem o raciocínio de forma correta e se comportarem cooperativamente, chegarão às mesmas conclusões para a evolução da sociedade. Não há mais antagonismos entre grupos sociais, e sim diferenças que podem ser neutralizadas pela busca de um bem comum. Como consequência disso,

A política ter-se-ia desprendido das amarras das ideologias e das grandes organizações, voltando-se para as ações de valorização dos indivíduos e de sinergia de esforços para "renovação das solidariedades danificadas" pelas disputas de tempos atrás (MARTINS; OLIVEIRA; NEVES; MELO; SANTOS, 2005, p. 128).

A "nova política" deveria, portanto, focalizar em atitudes individuais que colaborem para a unificação de cada indivíduo com os demais. Todas as divisões estruturantes econômica, social e politicamente são tidas como ultrapassadas. Trata-se de um processo de desqualificação da política, que passa pela depreciação do papel do Estado e pela negação dos debates referentes à esfera macro da sociedade.

O movimento de desqualificação da política é seguido por sua repolitização - da qual a *Politize!* é uma das expressões. No lugar das discussões estruturais e fundamentais, emergem temas específicos cuja abordagem deve sempre passar pela busca de "soluções" aos problemas. Sustentabilidade, comunicação, cultura, consciência cidadã e outros temas que extrapolam o conflito entre capital e trabalho são colocados como os novos eixos de debate político. Para Fontes (2008), trata-se de uma política de conta-gotas, com discussões e ações parciais, localizadas e de apaziguamento de problemas sociais gritantes. Emerge uma cidadania despolitzada, já que é alheia a discussões globais.

Nessa forma de ação cidadã, o capital aparece não somente no patrocínio a iniciativas sociais e políticas, mas na determinação de uma lógica empresarial a essas ações. Como mostram Martins, Oliveira, Neves, Melo e Santos (2010), decisões políticas passam a ser fundamentadas por atributos como inovação, praticidade e eficiência, prescindindo de uma discussão mais profunda.

O foco dessa repolitização da política é o indivíduo apartado da realidade social. Independentemente de sua origem e de suas visões de mundo, ele deve participar da política a partir de um mesmo *ethos*: empreendedor, ativo na busca de "soluções" aos problemas e "cooperativo" com o Estado e com os demais indivíduos.

O indivíduo isolado é, assim, o ponto de partida e de chegada da ação cidadã. Este é responsabilizado pelas suas próprias mazelas e dele se espera uma atitude colaborativa e resolutiva dos problemas. Espera-se, assim, superar supostas desresponsabilização e passividade do passado - nomenclaturas atribuídas ao processo por meio do qual grupos sociais reivindicam direitos universais que seriam responsabilidade do Estado. Com isso, "O bem-estar social, que, antes, era tarefa da aparelhagem estatal, passaria a se constituir como tarefa dos próprios indivíduos e

grupos sociais" (PINA, 2016, p. 73). Trata-se do individualismo como valor moral primordial, conforme destacam Lima e Martins (2005).

Essas formulações encontram correspondência com a proposta de formação da *Politize!*, que prescinde dos temas estruturantes da política moderna. A ausência de menções a classes sociais, exploração do trabalho, reivindicação por direitos universais, movimento social ou modelos econômicos ganha um novo sentido, inserida na concepção segundo a qual tais assuntos são ultrapassados. Não se revela um esquecimento, e sim uma seleção de significados - nem sempre explícita - sobre o que significa a ação política na contemporaneidade. Chama atenção ainda a ausência de referências a formas de reivindicação de direitos perante o Estado. Nas acepções do neoliberalismo de Terceira Via,

Não se trata mais, como no "welfarismo", de redistribuir bens de acordo com certo regime de direitos universais à vida, isto é, à saúde, à educação, à integração social e à participação política, mas de apelar à capacidade de cálculo dos sujeitos para fazer escolhas e alcançar resultados estabelecidos como condições de acesso a certo bem-estar. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 223).

A perspectiva de luta por direitos universais, conforme destaca Pina (2016), é substituída por atividades voluntárias e/ou comercializáveis. Também nesse sentido entende-se a priorização de princípios e conteúdos que se voltam para a formação de determinadas atitudes individuais em meio à prática cidadã. A ênfase reiterada na cooperação entre indivíduos para a solução de problemas é resultado de um deslocamento da política do macro para o micro, em uma expressão da política à conta-gotas percebida por Fontes (2008). Com isso, "[...] o importante princípio da participação política, ressignificado pela burguesia mundial, ganha um caráter 'asséptico' de participação social em boa parte das ONGs preexistentes" (MELO, 2005, p. 124), a partir do esvaziamento da profundidade da ação política.

Outro aspecto essencial é a ausência de discussões sobre modelos econômicos e de análise sobre a fase atual do capitalismo e suas consequências para a cidadania. Para Dardot e Laval (2017, p. 235), "[...] a grande vitória ideológica do neoliberalismo consistiu em "desideologizar" as políticas seguidas, a ponto de não serem sequer objeto de debate". Um robusto programa de formação cidadã, com alta capilaridade e abrangência, que abdica de discutir esse assunto, que muito impacta os direitos cidadãos, aparece como uma expressão de tal fenômeno.

A consequência desse processo é uma abordagem reificada dos problemas sociais, na medida em que estes são isolados de sua origem na totalidade social. Percebe-se nas propostas da *Politize!* um reconhecimento desses problemas, mas não das estruturas que estão na raiz deles. Assim, os estudantes podem reconhecer problemas sociais como a ausência de oportunidades, a evasão escolar, o desemprego e a baixa presença de determinados sujeitos nos espaços institucionais. Entretanto, ele não desenvolve a capacidade de identificar quais macroestruturas de poder e quais mecanismos levam a esses problemas sociais.

Esse conjunto de processos leva à produção e à reprodução de um senso comum sobre cidadania e ação política, que envolve a seleção de determinados significados e a exclusão de outros tantos. Cumpre papel-chave, nesse sentido, a apropriação de vocabulários associados à transformação social, depurando-os de seu potencial contra-hegemônico e deixando-os alinhados às concepções de mundo dominantes. Emerge um “sistema de simulacros” e uma *novilíngua* (ARANTES, 2000), a partir dos quais muitas palavras passam a ser esvaziadas de seus sentidos e até mesmo a significar o seu contrário:

[...] “cidadania”, mera participação numa comunidade qualquer; “solidariedade”, filantropia, é claro; bem público, interesses agregados de grupos sociais; desempregado, indivíduo de baixa empregabilidade; “parceria”, sempre que a iniciativa privada então com a iniciativa e o poder público com os fundos, etc. De fato, um “espantoso deslizamento semântico”. (ARANTES, 2000, p. 31).

As expressões associadas à política e à cidadania são exemplares desse processo. A participação cidadã e a democratização passam a ser as nomenclaturas utilizadas para se referir a apropriação das decisões públicas por atores patrocinados pelo grande empresariado. A ação política é traduzida como atitudes individuais deslocadas da arena macro da sociedade. A busca por justiça social é circunstanciada à união entre as vítimas e os algozes da injustiça. Assim, constitui-se o que Fontes (2008) denomina como “democracia retórica”, por meio da qual o discurso de participação popular é utilizado para legitimar a manutenção das decisões estruturais nas mãos de um seletivo grupo, associado a empresas e APHs.

A constituição de um discurso que se apropria de termos contra-hegemônicos e os depura no sentido da reprodução da hegemonia não é um fenômeno recente.

Conforme afirma Castelo (2013) sobre os significados de política difundidos pelo neoliberalismo,

Este processo de expropriação ideológica não deve causar espanto, pois não é novidade na história. Desde o início da tradição moderna de constituição da classe trabalhadora, na primeira metade do século XIX, as classes dominantes, por meio dos seus representantes teóricos, operam uma tentativa de incorporação de ideais igualitaristas às ideologias burguesas. Isto não foi um capricho da história. (CASTELO, 2013, p. 13).

De tal forma, as aspirações por igualdade e por liberdade da classe dominada foram direcionadas para uma política de manutenção da hegemonia burguesa. O discurso cidadão da modernidade carrega a tentativa de fazer coexistir a desigualdade das condições materiais com a afirmação da igualdade; a existência da submissão com a aspiração por liberdade; a realidade da exploração com a ideia de dignidade humana; a socialização da participação política com a reprodução da propriedade privada dos bens econômicos, sociais e culturais; e a profunda divisão da sociedade com valores universalizantes.

Os princípios da formação cidadã propostos pelo neoliberalismo indicam não apenas um fenômeno particular, mas uma acentuação de contradições fundamentais do conceito moderno de cidadania. O ocultamento da base material da sociedade para a afirmação dos direitos cidadãos está na origem de sua gestação. Conforme destaca Tonet (2005), a percepção de um cidadão livre e igual aos demais só é possível por meio da aparente separação entre cada sujeito e sua condição de classe particular. Essa apartação é elevada a uma condição extrema nas formulações neoliberais, incluindo aqui as de Terceira Via. O deslocamento da política para a esfera das atitudes individuais oculta ainda mais a relação entre o sujeito e sua materialidade social. A formação cidadã passa a priorizar as relações interpessoais com valores cooperativos universais; dessa forma, tomam como ponto de partida e de chegada o indivíduo apartado da totalidade social.

Na versão do neoliberalismo de Terceira Via, a igualdade é ocultada e a liberdade é afirmada pela radicalização do individualismo. Os problemas relativos à desigualdade social são direcionados para o eixo exclusão/inclusão e a política referente a ela é circunstanciada a ações de apaziguamento dos efeitos mais nefastos desse fenômeno. Referências a classes sociais desaparecem da *novilíngua* da ação política. Já sobre a liberdade, na origem da gestação desse conceito pela burguesia,

Marx e Engels (2007) afirmavam que ele era baseado na separação do homem em relação aos demais, constituindo-se como um indivíduo limitado a si mesmo e “livre” para agir movido pelos seus próprios interesses; a aplicação prática desse princípio era o direito à propriedade privada. A versão do neoliberalismo leva ao limite essa condição, apartando ainda mais o indivíduo de uma comunidade coletiva e afirmando-o como livre para pensar e agir tomando a si mesmo como único referencial.

Em vias de conclusão desta pesquisa, considera-se necessário destacar que as críticas feitas ao neoliberalismo de Terceira Via não partem da desconsideração das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que se manifestam desde a transição entre os séculos XX e XXI. Embora não seja o foco desta investigação, é necessário considerar que a globalização neoliberal alterou as configurações do trabalho e da classe trabalhadora, e que os acontecimentos do século XX demonstraram a importância de forjar novas experiências políticas das classes dominadas. Entretanto, em vez de uma investigação que dê conta da complexidade dessas transformações, as vertentes neoliberais buscam impor uma concepção de mundo simplificada, na qual não há mais classes sociais, exploração do trabalho ou interesses em disputa. No mesmo sentido se dá a afirmação de uma suposta nova forma de fazer política. Em vez de visar a importante necessidade de reinvenção de formas organizativas das classes dominadas, o neoliberalismo de Terceira Via implica experiências subservientes aos setores do empresariado. Trata-se, portanto, de novas formas de um antigo fenômeno, a saber: o uso do capital para impedir a participação autônoma dos setores explorados e para direcionar as suas formas de intervenção na realidade.

A disputa pela hegemonia se dá de forma permanente, e os fenômenos aqui descritos não são estanques e nem atemporais. De um lado, alguns setores dominantes forjam um novo bloco histórico conservador que se apresenta de forma distinta das formulações do neoliberalismo de Terceira Via. De outro lado, cabe às classes dominadas constituírem formulações e experiências organizativas que deem conta de organizar amplos setores em direção a uma concepção de mundo contra-hegemônica. Para isso, será necessário se apoiar em um projeto que possa ser traduzido em um conjunto de propostas, de vocabulários e de formas organizativas que sejam passíveis de alcançar hegemonia.

FONTES PRIMÁRIAS

POLITIZE!. *Balanço Patrimonial* – exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. [s.l.], 2015. Documento eletrônico. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1aoP5pRM2nmoyCzoNHMR3gHkQTQ-mO4TI>. Acesso em: 15 jul. 2025.

POLITIZE!. *Código de ética*: Programa Embaixadores Politize!, [s.l.], 2024a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QU_Mo2pB0hIJqq7XRkMFnbPEMDRKfeeH/view. Acesso em: 23 jun. 2025.

POLITIZE!. *Balanço Patrimonial* – exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. [s.l.], 2024b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1z6DTR9gibUNej58_5jBXp7fjxmgx2px1/view. Acesso em: 15 jul. 2025.

POLITIZE!. *Demonstração do resultado do exercício referente ao exercício de 2023*. [s.l.], 2024c. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GXrYanbRfN8Pjah6SPETNYSVHTeQYcvy/view>. Acesso em: 15 jul. 2025.

POLITIZE!. Cidadania 382, [s. l.]: n.d.a Disponível em: <https://www.politize.com.br/cidadania-382/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

POLITIZE!. Diferenças entre igualdade e equidade, [s.l.]: n.d.b Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mWjm_9uHoT3bQJcqAepGQidsaqH0Ekj-/view/. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Hegemonia nos espaços de tomada de decisão, [s.l.]: n.d.c. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16hHCFfE31_nRl8wVve_4PvWQCkQBsn4Z/view. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Simulando negociação sobre direitos fundamentais negados durante a pandemia, [s.l.]: n.d.d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jYu2eTcQdX9YvxDpsHgYAG9WTmG5OMBm/view>. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Moral e ética, [s.l.]: n.d.e. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eLt8NmtyJn8SKEwcN90Z0KNDJ_bFCdQz/view. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Entre o direito e a justiça, [s.l.]: n.d.f. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15_jflH6G1IEjt2CE2uMI1kNiCEPamtXZ/view. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Relatório do Programa Escola da Cidadania Ativa, [s.l.]: n.d.g. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_9NZM5UqGvWvLASPIsaPZIfsroxPiOm2/view. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Relatório de resultados (janeiro 2022 - dezembro 2022), [s.l.]: n.d.h. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QGs4p-T7Hba9-ixhBCvqUvoTpV5l0n0F/view>. Acesso em: 06 maio 2024.

POLITIZE!. Multiplicadores Politize!, [s. l.]: n.d.i. Disponível em:
<https://www.politize.com.br/multiplicadores/>. Acesso em: 23 jun 2025.

POLITIZE!. Formação de lideranças, [s.l.]: n.d.j. Disponível em:
<https://www.politize.com.br/formacao-de-liderancias/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

POLITIZE!. Politize!, [s.l.]: n.d.k. Disponível em: <https://www.politize.com.br/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

POLITIZE!. Politize!, [s.l.]: n.d.l. Disponível em: <https://www.politize.com.br/impacto/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bianca Daéb's Seixas. *O conceito de cidadania nos documentos que regulam a educação no Brasil: uma análise a partir da concepção de Vita Activa em Hannah Arendt.* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, [s.l.], v. 21, n. 46, pp. 606-644, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684>. Acesso em: 31 jul. 2024.

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos ABONG*, [s.l.], n. 27, maio de 2000.

BARROS, Guilherme. A (continental) microcosm for global challenges called Brazil. *Lemann Foundation*, 20 set. 2022. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/en/news/a-continental-microcosm-for-global-challenges-called-brazil>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e institui a reforma do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018b.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Lopez, Félix Garcia (org.). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: Ipea, 2018. 176 p. ISBN 978-85-7811-329-2. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8396>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CAETANO, Maria Raquel; MENDES, Valdelaine da Rosa. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, pp. 01-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3gSKnH8wTBJFbcCdTQfjTwg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. *Revista Trabalho Necessário*, [s.l.], v. 20, n. 42, pp. 01-26, 2022.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARIELLO, Lisia Nicoliello. Construindo redes de intelectuais orgânicos: o Programa de Bolsas Lemann Fellowship da Fundação Lemann (2007-2018). *Germinal: marxismo e educação em debate*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 767-792, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/56789>. Acesso em: 31 jul. 2024.

COLOMBO, Luiza Rabelo; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo. A ofensiva ultraconservadora: uma análise da formação e atuação da frente de direita na educação brasileira. *Revista História & Luta de Classes*, [s.l.], n. 75, pp. 75-86, 2018. Disponível em: https://www.liepe.com.br/assets/data/files/A_ofensiva_ultraconservadora.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

COLOMBO, Luiza Rabelo. Reflexões sobre o movimento Escola Sem Partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras. *Entropia*, [s.l.], v. 2, n. 3, pp. 52-68, 2022. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/383>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CUNHA, Natiele Pucinelli da. *Crise de representação e organizações suprapartidárias de formação e renovação política: uma análise da atuação da RAPS e do RenovaBR (2018-2022)*. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2023.

DALAROSA, Adair Ângelo. *Estado, educação e cidadania*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Guarapuava, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, [s.l.], v. 36, n. 11, pp. e00223120, 2020.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 16, n. 47, p. 289-305, maio 2011.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcante de. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita*

para o social e esquerda para o capital: intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã Editora, 2010. p. 39-95.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [s.l.], v. 13, n. 2, pp. 735-765, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FEGADOLLI, Priscila Cristina do Nascimento. *As ideias de inovações educacionais da Fundação Lemann: cartel educacional e ação privatista (2011-2021)*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

FONTES, Virgínia. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. In: MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França (org.). *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 189-226.

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz/UFRJ: 2010.

FONTES, Virgínia. *Sociedade civil empresarial e a educação pública*. [s.l.]: Grupo de Trabalho e Orientação, 2018. Texto base de apresentação realizada no XXII Encontro Estadual APASE, abril de 2018. Disponível em: http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/artigos/Sociedade-civil-empresarial-e-a-educacao-publica.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

FONTES, Virgínia. As lutas de classes vistas pelo seu avesso: a subversão reacionária. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [s.l.], v. 6, n. 8, pp. 57-80, jun. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Talentos da educação*. São Paulo: Lemann, 2016. Disponível em: https://storage.googleapis.com/site_liderancias/Livro%20Talentos%20da%20Educacao%202016.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Ecossistema de Impacto*. São Paulo: Lemann, n.d. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/parceiros/ecossistema/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. *Censo GIFE 2018*. São Paulo: GIFE, 2019. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2018>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GODOY JUNIOR, Valdy José. *Ensina-se a virtude?: conexões do Mênon de Platão com o ensino de valores na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HELLINGER, João Ricardo Jurgensen. *Formação para a cidadania na educação básica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

HOEVELER, Rejane Carolina. Imperialismo e neoliberalismo nas Américas: o caso do Council of the Americas (MM2017). 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC68/mc683.pdf>. Acesso em: 20 abr 2025.

HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [s.l.], v. 4, n. 5, pp. 145-159, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 1 jul. 2025.

IBERICO, Angela Maria Figueroa. *Educação para a cidadania na escola: representações de professores de ensino médio*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

INOVAÇÕES que transformam a educação. PORVIR, 2023. Disponível em: <https://porvir.org/sobre-nos/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LEHER, Roberto. Prefácio: Uma penetrante perspectiva teórica para compreender como os dominantes dominam. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 2010. p. 11-18.

LESSA, Sérgio. Ética: uma enorme imprecisão. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 3, n. 1, pp. 22-36, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635467>. Acesso em: 1 jul. 2025.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã Editora, 2005, p. 43-67.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARMENTINI, Gabriel; FELDHAUS, Diego Calegari. Politize!: educação política a qualquer pessoa, em qualquer lugar. In: PACHECO, Andressa Sasaki Vasques et al. (org.). *Inovação social e empreendedorismo: relatos de experiências com a Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: Trem da Ilha Editorial, 2021. p. 164-186.

MARMENTINI, Gabriel; FERREIRA, Bianca; SAMOGIN, Paula. Educação Política à Luz do Novo Ensino Médio: o Caso da Politize!. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 20, pp. 61-77, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://parlamento.esociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/255>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARTINS, André Silva. Formulações da classe empresarial para a formação humana: da educação política à educação escolar. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, pp. 291-313, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2216>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 2010, p. 23-38.

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, Daniela Motta de; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 2010, p. 105-154.

MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas: 1845-1846*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MUTZ, Andressa Silva da Costa; GOMES, Raquel Salcedo. O fenômeno edutubers segundo a Revista Nova Escola. *Educação & Realidade*, [s.l.], v. 47, pp. e117122, 2022.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA NETO, Amarílio. Netnografia da reforma curricular do ensino médio brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 26, pp. e260002, 2021.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Apresentação. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã Editora, 2005a. p. 15-17.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã Editora, 2005b. p. 85-126.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria

Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã Editora, 2005c. p. 19-39.

NOVA ESCOLA. *Associação Nova Escola*. São Paulo: Fundação Lemann, 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PINA, Leonardo Docena. *Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PONTES, Ana Carolina Amaral de. *Educação para cidadania: uma análise sobre o aprendizado para a participação e democracia, numa leitura arendtiana*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

RODRIGUES, Bruno Alysson Soares. *O pisa e o problema da negação do conhecimento: uma crítica marxista ao discurso da educação para a cidadania global*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, Silmara Moraes da. *Educação e cidadania: um estudo sobre os fundamentos filosóficos que orientam a formação para a cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

SIMILARWEB. *Politize*, 2023. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/website/politize.com.br/#overview>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SIMILARWEB. *Porvir x Nova Escola*, 2023. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/website/porvir.org/vs/novaescola.org.br/#overview>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SIMIONI, Carlos Alberto; BAREL, Moisés Stefano. *Novos agentes e a política brasileira: RenovaBR, enquanto think tank*. Repositório Uninter. Escola de Gestão Pública, Jurídica, Política e Segurança. Paraná: Centro Universitário Internacional Uninter, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/1376>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SOARES, Maria Vitória Benevides. Cidadania e direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, [s.l.], n. 104, pp. 39-46, jul. 1998.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Curriculum sem Fronteiras*, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlaumoeller.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Unesp: São Paulo, 2011.